

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FERNANDA PACHECO DE CAMPOS BROZOSKI

**A REVALORIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOECONÔMICA DO ATLÂNTICO SUL
NO SISTEMA INTERNACIONAL**

RIO DE JANEIRO

2013

Fernanda Pacheco de Campos Brozski

**A REVALORIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOECONÔMICA DO ATLÂNTICO SUL
NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula

Rio de Janeiro
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

B885 Brozski, Fernanda Pacheco de Campos.

A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional / Fernanda Pacheco de Campos Brozski. -- 2013.

115 f. ; 31 cm.

Orientador: Raphael Padula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 101-115.

FOLHA DE APROVAÇÃO

À Jussara

RESUMO

No atual cenário geopolítico internacional, as potencialidades presentes na porção sul do Atlântico ganham especial relevância frente ao incremento da demanda mundial por recursos naturais estratégicos. Neste contexto, o Atlântico Sul pode vir a tornar-se uma zona de projeção de poder de potências externas não só em razão da magnitude das reservas petrolíferas descobertas recentemente, mas também devido à presença de valiosas riquezas minerais dos fundos oceânicos e ao ressurgimento das rotas sul-atlânticas como importante via de comunicação e intercâmbio mundial. Neste trabalho buscamos evidenciar, sob diferentes óticas, os aspectos geopolíticos de maior relevância no Atlântico Sul. Inicialmente, fizemos um levantamento de seus fatores físicos de importância econômica e geopolítica. Logo, a partir de análises formuladas em diversos campos teóricos, o caracterizamos como instrumento estratégico para expansão de poder. E, por fim, procuramos identificar nas tendências de atuação sobre esta região elementos que nos permitissem vislumbrar o significado estratégico que o Atlântico Sul vem adquirindo na atual conjuntura geopolítica mundial. Do nosso ponto de vista, a compreensão da dimensão estratégica das riquezas presentes no sul do Atlântico é um elemento fundamental para se pensar caminhos possíveis de fortalecimento econômico e político para a América Latina e a África.

ABSTRACT

In the current international geopolitical environment, the opportunities present in the southern portion of the Atlantic gain special relevance against the increase in global demand for strategic natural resources. In this context, the South Atlantic may ultimately become a zone of power projected by outside powers, not only because of the magnitude of the recently discovered oil reserves, but also due to the presence of valuable mineral resources on the seafloor and the resurgence of south Atlantic routes as an important means of communication and international trade. In this work we seek to show, through different lenses, the geopolitical aspects of greatest relevance in the South Atlantic. Initially, we conduct a survey of its physical factors of economic and geopolitical importance. Next, from the analyses made in several theoretical fields, we characterize it as a strategic tool to expand power. And, finally, we seek to identify in the performance trends of this region elements which allow us to envision the strategic significance that the South Atlantic is acquiring in the current international geopolitical landscape. From our point of view, understanding the strategic dimension of the wealth present in the South Atlantic is a key element for thinking about possible ways to strengthen economics and politics in Latin America and Africa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - ATLÂNTICO SUL: GEOGRAFIA E POTENCIALIDADES	
ECONÔMICAS	13
1.1. Características geográficas	13
1.2. Recursos energéticos e minerais estratégicos	16
1.3 O comércio no Atlântico Sul	28
1.4. O Direito do Mar e a regulamentação da mineração na Área	33
1.5. O posicionamento estratégico do Brasil no Atlântico Sul	44
CAPÍTULO 2 – O ATLÂNTICO SUL COMO REGIÃO GEOPOLÍTICA	
ESTRATÉGICA	48
2.1 A incorporação do Atlântico Sul ao Sistema Interestatal Capitalista.....	48
2.2 O mar no pensamento geopolítico clássico e o Atlântico Sul nas projeções de poder das grandes potências	55
2.3 A disputa global por fontes de recursos energéticos e minerais estratégicos..	58
CAPÍTULO 3 - A CONJUNTURA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E AS CONFLUÊNCIAS DE INTERESSES NO ATLÂNTICO SUL	67
3.1. Projeção dos Estados Unidos sobre o Atlântico Sul	67
3.2. Projeção soviética e britânica sobre o Atlântico Sul	75
3.3. Projeção da China e de outros atores externos sobre o Atlântico Sul	80
3.4. Projeção do Brasil e de atores regionais sobre o Atlântico Sul	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
BIBLIOGRAFIA	100

INTRODUÇÃO

A delimitação do tema desta dissertação partiu de um estímulo inicial que tinha como foco o estudo de fatores que pudessem alavancar uma inserção internacional mais ativa do Brasil e da América Latina. Buscando um eixo que fornecesse um número significativo de elementos geoestratégicos relevantes para o desenvolvimento da região, estabelecemos o Atlântico Sul como objeto central de nosso estudo. Esta escolha decorre do fato de identificarmos na porção sul do Atlântico uma série de fatores geopolíticos que podem interferir na ordem de poder mundial e estimular transformações necessárias a uma melhor inserção internacional dos países da região.

Ao longo do trabalho, pretendemos abordar estes fatores utilizando três eixos de análise, que correspondem aos três capítulos que estruturam o texto: 1) Atlântico Sul: geografia e potencialidades econômicas; 2) O Atlântico Sul como região geopolítica estratégica; e 3) A conjuntura geopolítica mundial e as confluências de interesses no Atlântico Sul.

O primeiro eixo consistiria em uma caracterização geral do Atlântico Sul como meio de intercâmbio comercial e como fonte de recursos econômicos. Sugerimos como ponto de partida uma descrição das especificidades geográficas da área referida e uma breve exposição do debate acerca de sua delimitação. Posteriormente, elencaremos algumas riquezas do Atlântico Sul, em especial recursos minerais e energéticos, com grande potencial econômico a ser aproveitado. Logo detalharemos o fluxo do comércio mundial que circula em suas águas e questões relativas ao Direito do Mar e à regulamentação das atividades de exploração dos recursos marinhos presentes na Área. Por fim, analisaremos fatores geográficos relacionados à segurança e defesa que revelam a importância do Atlântico Sul como via de comunicação, tanto para os países que estão em sua margem como para as grandes potências mundiais.

A elaboração deste conteúdo implicaria a consulta de dados e estatísticas divulgados pelo Ministério de Minas e Energia, pelo Serviço Geológico do Brasil (ou CPRM – Companhia de pesquisa de recursos minerais), pela Autoridade Internacional dos Leitos Marinhos (ISBA), além dos estudos difundidos por institutos e programas de pesquisa de geologia de diversas universidades brasileiras e pelo

Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental (REEMPLAC). Ademais, tomando em conta a relevância do debate acerca do posicionamento estratégico do Brasil no Atlântico Sul, também consideramos como bibliografia fundamental para esta seção os diversos estudos realizados no âmbito do pensamento geopolítico brasileiro.

Nossa intenção neste capítulo é demonstrar o alto valor estratégico que o Atlântico Sul tem para o Brasil, América do Sul e a África Ocidental. Consideramos que esta análise pode ser realizada, entre outros aspectos, por meio da observação de variáveis como as potencialidades em recursos naturais, o comércio internacional, o transporte ultramarino e a defesa territorial.

O segundo eixo de análise estará orientado ao estudo do Atlântico Sul como instrumento de projeção de poder. Inicialmente, abordaremos aspectos histórico-estruturais do contexto em que o Atlântico Sul estreia no sistema interestatal como meio de expansão de alguns Estados europeus. Logo, veremos de que forma o mar se plasmou no pensamento geopolítico clássico como uma valiosa ferramenta que possibilitava o acúmulo de poder. E, para finalizar o capítulo, analisaremos algumas mudanças na conjuntura internacional que conduziram o mundo a uma acirrada disputa pelo controle de fontes de riquezas energéticas e minerais.

Para introduzir esta seção, consideramos pertinente expor a perspectiva da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais sob a qual nossa investigação estará assentada. Com esta finalidade, nos apoiaremos, sobretudo, nas ideias desenvolvidas por José Luis Fiori e John J. Mearsheimer a respeito da dinâmica de funcionamento e das características estruturais do Sistema Interestatal Capitalista. Neste tópico buscaremos apresentar a expansão atlântica como um fenômeno que se produziu em razão de fatores orgânicos intrínsecos ao sistema em formação na Europa.

Além disso, com a intenção de compreender as mudanças nas relações de poder no sistema mundial e a lógica que orienta os projetos de expansão das potências centrais, nos apoiaremos em análises históricas e conjunturais elaboradas por autores como Paul Kennedy, Eric Hobsbawm, Giovanni Arrighi, José Luis Fiori e Luiz Alberto Moniz Bandeira. A análise que nos propomos aqui também requer uma visita às principais formulações de autores da geopolítica clássica, como Alfred Mahan e Nicholas Spykman.

Finalizaremos o segundo capítulo buscando identificar as transformações geopolíticas internacionais que ocorreram ao longo do século XX e que produziram alterações nas estratégias de expansão das grandes potências. Para tanto, traremos para a presente pesquisa as reflexões apresentadas pelo cientista político norte-americano Michael Klare e pelo geógrafo britânico Philippe Le Billon sobre o acirramento da disputa por recursos energéticos e minerais no mundo.

Por fim, o terceiro eixo de nossa pesquisa estará dedicado a examinar a ação dos principais atores que intervêm no Atlântico Sul, avaliando de que forma os interesses e as tendências de atuação das diversas forças contribuem para a atual conjuntura de revalorização da região. Apoiando-nos em estudos históricos e conjunturais e na análise de documentos oficiais publicados pelo Estado brasileiro, avaliaremos, principalmente, as projeções dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Rússia, da China e do Brasil sobre o Atlântico Sul.

O objetivo deste capítulo é identificar as reais possibilidades de a fração sul do Atlântico tornar-se uma zona de projeção de potências externas em virtude da grande magnitude de suas reservas petrolíferas, da existência de riquezas minerais estratégicas presentes na Área e do ressurgimento das rotas do sul-atlânticas como importante via de comunicação e intercâmbio mundial. Esperamos também que a análise destes fatores ofereça aos Estados da América do Sul e da África atlântica elementos para se pensar estratégias mais efetivas de inserção internacional.

Tomando em conta os três eixos de análise que estruturam nossa pesquisa, recorreremos a distintos métodos de estudo. O primeiro eixo, de caráter mais descritivo e qualitativo, demandou a análise de dados estatísticos e geográficos que foram extraídos tanto de fontes oficiais do governo como de entidades nacionais e internacionais competentes. Para desenvolver o segundo e o terceiro eixo de análise, exploramos produções teóricas e acadêmicas elaboradas por historiadores; cientistas políticos; teóricos da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais; e especialistas em análises geopolíticas e da conjuntura internacional. Este material nos permitiu delimitar as tendências históricas e compreender parte da dinâmica de funcionamento do Sistema Mundial, no qual o nosso objeto de estudo está inserido.

No atual cenário de mudanças no quadro geopolítico mundial, consideramos uma tarefa bastante oportuna dissertar sobre o ressurgimento do Atlântico Sul como

região estratégica. Justificamos a relevância deste estudo tomando em conta dois eventos essenciais da presente conjuntura internacional: 1) o acirramento da disputa global por novas fontes energéticas e minerais; e 2) o aumento da margem de manobra dos países periféricos devido a relativa perda de poder de alguns importantes players globais.

O objetivo mais amplo deste trabalho é identificar indícios geopolíticos, geoeconômicos e geo-históricos que comprovem a nossa hipótese de que o aumento da importância geoestratégica do Atlântico Sul, constatada principalmente desde o início da Guerra Fria, é uma propensão que tende a se acentuar nos próximos anos.

CAPÍTULO 1 - ATLÂNTICO SUL: GEOGRAFIA E POTENCIALIDADES ECONÔMICAS

1.1. Características geográficas

Considerando que neste primeiro capítulo a ideia principal é fazer um reconhecimento dos aspectos econômicos mais relevantes das riquezas presentes no Atlântico Sul, estimamos que seria proveitoso, antes de abordar qualquer dos temas implicados neste conteúdo, expor algumas singularidades da geografia do Atlântico Sul.

Inicialmente procuraremos expor algumas especificidades geográficas de caráter mais geral sobre a porção sul do Oceano Atlântico. Vale sublinhar, no entanto, que certos aspectos serão abordados com mais profundidade em outros tópicos deste capítulo ou na seção posterior, dedicada à compreensão de nosso objeto de estudo como elemento estratégico na geopolítica mundial.

Partimos, assim, da delimitação apresentada pela geógrafa e historiadora Therezinha de Castro (1999, p.19), quem define o Atlântico Sul como o:

Espaço marítimo compreendido entre: três frentes continentais, América, África e Antártica; e três corredores, o do norte – constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar – e dois no sul – respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana/africana, comandada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo. É assim considerado o mais internacional dos oceanos.

O Atlântico Sul se encontra no Hemisfério Oceânico, isto é, na metade ao sul do Equador, que se diferencia do Hemisfério Continental por possuir maior densidade de massa líquida. Esta característica confere à porção sul do Atlântico uma vantagem geopolítica significativa: a possibilidade de conexão permanente¹ com os grandes oceanos Índico e Pacífico. Como veremos mais adiante, apesar de estar à margem dos atuais grandes fluxos comerciais, hoje, com a crescente obsolescência dos canais de Suez e Panamá, estas passagens interoceânicas tendem ganhar importância.

A formação geológica das margens continentais sul-atlânticas é bastante antiga, razão pela qual, ao contrário do Índico, são regiões no geral estáveis, pouco propensas a sismos, maremotos e atividades vulcânicas. Outro fator que determina

¹ Ao norte, a conexão via marítima é dificultada pela imensa massa continental ou pelas águas do Ártico que permanecem congeladas durante boa parte do ano.

o Atlântico Sul como zona isenta de fenômenos naturais violentos e de grandes proporções são os regimes de ventos e correntes marítimas que formam circuitos anti-ciclônicos. Além disso, Castro (1999, p.22) aponta que “as derivas dessas correntes marítimas são caracterizadas como autênticos circuitos de ligação formando, naturalmente, o laço entre as águas americanas e africanas”. Desta forma, a associação de condições naturais propícias e ambiente adequado às instalações portuárias, devido às baixas altitudes das costas, fortalece neste setor meridional do Atlântico a tendência a um uso mais intensivo do mar como via de comunicação com o mundo.

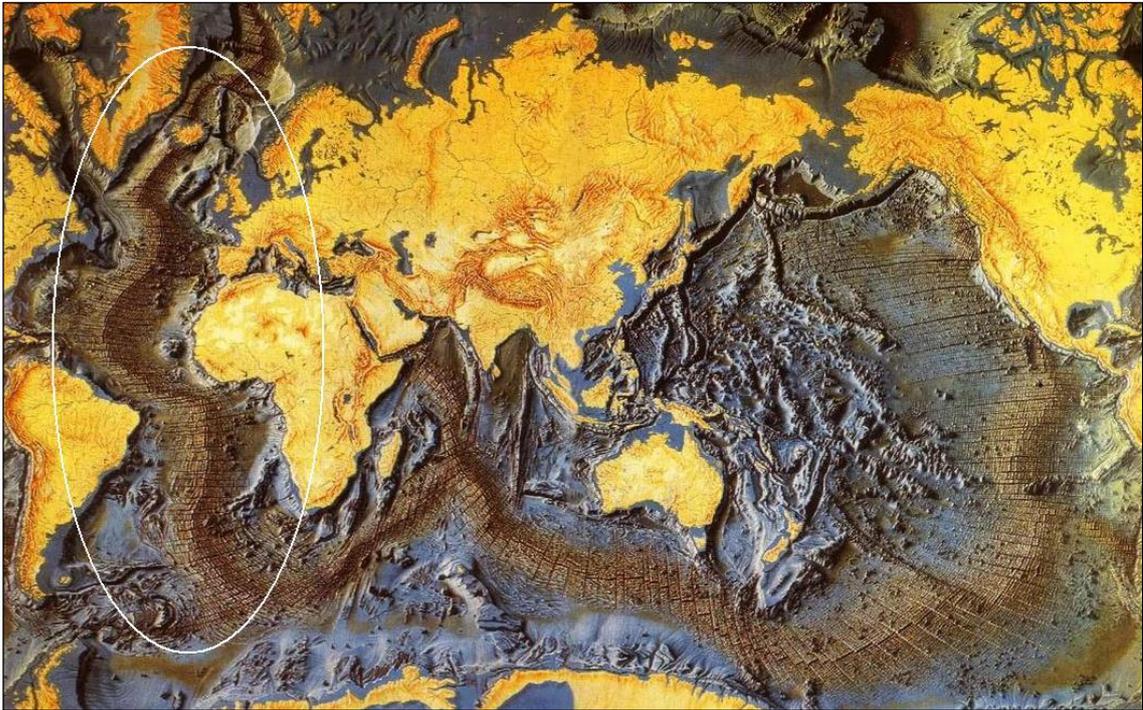
Quanto à topografia marítima, é interessante notar que a plataforma continental² em ambos os lados do Atlântico Sul é relativamente estreita, sendo a da Argentina a mais larga e a de todo o setor africano a mais reduzida. A pequena extensão das plataformas continentais significa que as regiões abissais estão próximas à costa, e, conforme veremos no tópico 1.3, estas zonas atualmente representam “a última fronteira exploratória” de fontes estratégicas de riquezas minerais e energéticas.

Em sentido paralelo aos continentes americano e africano, se encontra a Dorsal Meso-atlântica, uma cordilheira submarina que compõem um sistema mundial de cadeias montanhosas oceânicas³ formadas pelo afastamento de placas tectônicas.

² "A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base." (CNUDM, art. 76, par. 1).

³ O conjunto global de dorsais alcança aproximadamente 65.000 km. A Dorsal Meso-atlântica, que se estende desde a latitude 87°N até a ilha Bouvet ao sul, à latitude 54°S, possui 11.300 km.

Mapa 1 – Dorsal Meso-atlântica



Fonte: <http://vitingeo.wikispaces.com>

A maior parte da Dorsal Meso-atlântica encontra-se submersa, no entanto, em alguns pontos do oceano emerge formando ilhas. As ilhas do segmento sul-atlântico que têm formação nesta dorsal são: Ascensão (82 km²), Santa Helena (122 km²), Tristão da Cunha (98 km²), Gough (65 km²), de domínio da Inglaterra; São Pedro e São Paulo (0,013 km²), que pertence ao Brasil; e Bouvet (49 km²), território norueguês⁴. As outras ilhas do Atlântico Sul de importante valor estratégico são: Fernando Pó (2.017 km²), São Tomé e Príncipe (1.001 km²), na bacia africana; Shetlands do Sul, Sandwich do Sul, Geórgias do Sul, Malvinas (16.384 km²), possessões britânicas sub-antárticas; Trindade e Martim Vaz (10,4 km²) e Fernando de Noronha (26 km²), de jurisdição brasileira. Apesar de o Atlântico ser praticamente desprovido de ilhas⁵, no último tópico deste capítulo veremos como estes pequenos territórios foram, e ainda são, “trampolins” para a defesa e expansão sobre o continente.

Em praticamente todos os países banhados pelo Atlântico Sul existe uma intensa concentração demográfica em cidades localizadas no litoral ou a uma

⁴ Na parte norte da Dorsal Meso-atlântica também estão as ilhas: Islândia, Açores, Jan Mayen, Kolbeinsey e Bermuda.

⁵ A título de comparação, o Pacífico, por exemplo, possui 25.000 ilhas.

distância de até 1.000km da costa. Em proporção, esta é uma realidade mais evidente do lado africano devido tanto a aspectos geográficos como históricos. Suas duas principais bacias hidrográficas, dos rios Congo e Níger, não proporcionaram facilidades para a penetração em direção ao interior, seja pelo alto relevo bem próximo da linha costeira, seja pelas divisões causadas por disputas territoriais. Já no continente americano, as características hidrográficas das bacias do Amazonas e do Prata, estendidas sobre planícies⁶, permitiram amplo acesso aos territórios mais afastados da costa. Segundo Castro (1999, p.19),

Os rios africanos, ao contrário das bacias fluviais sul-americanas (sobre tudo a Amazônica e Platina), não desempenharam seu papel geohistórico natural de vias de comunicação e portas de acesso ao interior do continente. (...) Enquanto o Amazonas é navegável para transatlânticos até 1500km de sua foz, a penetração no Congo só é facilitada até os 150km.

Atualmente, a forte concentração econômica, política e social no litoral em todos os países sul-atlânticos leva as autoridades estatais a considerar a “zona costeira” em si como um recurso marinho de importância significativa. O Brasil é o país que possui o maior litoral no Atlântico Sul (cerca de 7.500km), seguido pela Argentina (4.700km), Angola (1.600km), e Namíbia (1.500km)⁷.

1.2. Recursos energéticos e minerais estratégicos

Na costa atlântica sul-americana, se encontram, aproximadamente 1,1% das reservas mundiais de petróleo provadas e 0,4% das reservas de gás. Do total de petróleo, 0,9% estão em território brasileiro e 0,2%, em solo argentino; e do total de gás, ambos os países possuem, cada um, 0,2% das reservas globais. (EIA, 2011). No entanto, há duas considerações a se fazer a respeito da “pouca expressão” destas cifras no cenário mundial. Primeiro, devemos atentar para o potencial ainda inexplorado da enorme reserva do “pré-sal” e das prováveis descobertas na plataforma continental argentina. E, segundo, não se deve deixar de considerar o potencial regional como um todo, pois constitui um fator bastante relevante ao avaliarmos a emergência do Atlântico Sul na atual conjuntura. Se somamos aos países acima as reservas de petróleo e gás dos demais países sul-americanos, a

⁶ Cabe esclarecer que a Bacia Platina em sua maior parte é de planície, porém há zonas, como a sub-bacia do Paraná, que estão situadas em outro tipo de formação geológica.

⁷ Extensões aproximadas.

porcentagem em relação às reservas mundiais se aproxima de 18 % no caso do petróleo e de 3,5%, do gás.⁸

A maior parte das reservas de petróleo e gás do Brasil se encontra em sua plataforma continental, cerca de 95% e 85% respectivamente. A exploração destas reservas corresponde, aproximadamente, a 90% da atual produção brasileira de petróleo e a 75% da produção nacional de gás (ANP, 2011). O mar territorial brasileiro tem uma dimensão de 3,5 milhões de km² que pode ser ampliada para 4,5 milhões de km² se a ONU considerar procedente o pedido de alargamento de suas águas jurisdicionais de 200 milhas para 350 milhas. Esta ampliação implicaria também a incorporação de parte das reservas de gás e petróleo do pré-sal ao território brasileiro. Desde 2001, as novas descobertas de campos de petróleo incrementaram as reservas brasileiras em aproximadamente 67% e possibilitaram que o Brasil aumentasse em 60% sua produção petrolífera. Hoje, o Brasil ocupa o 13º lugar no *ranking* dos países produtores de petróleo (BP, 2011).

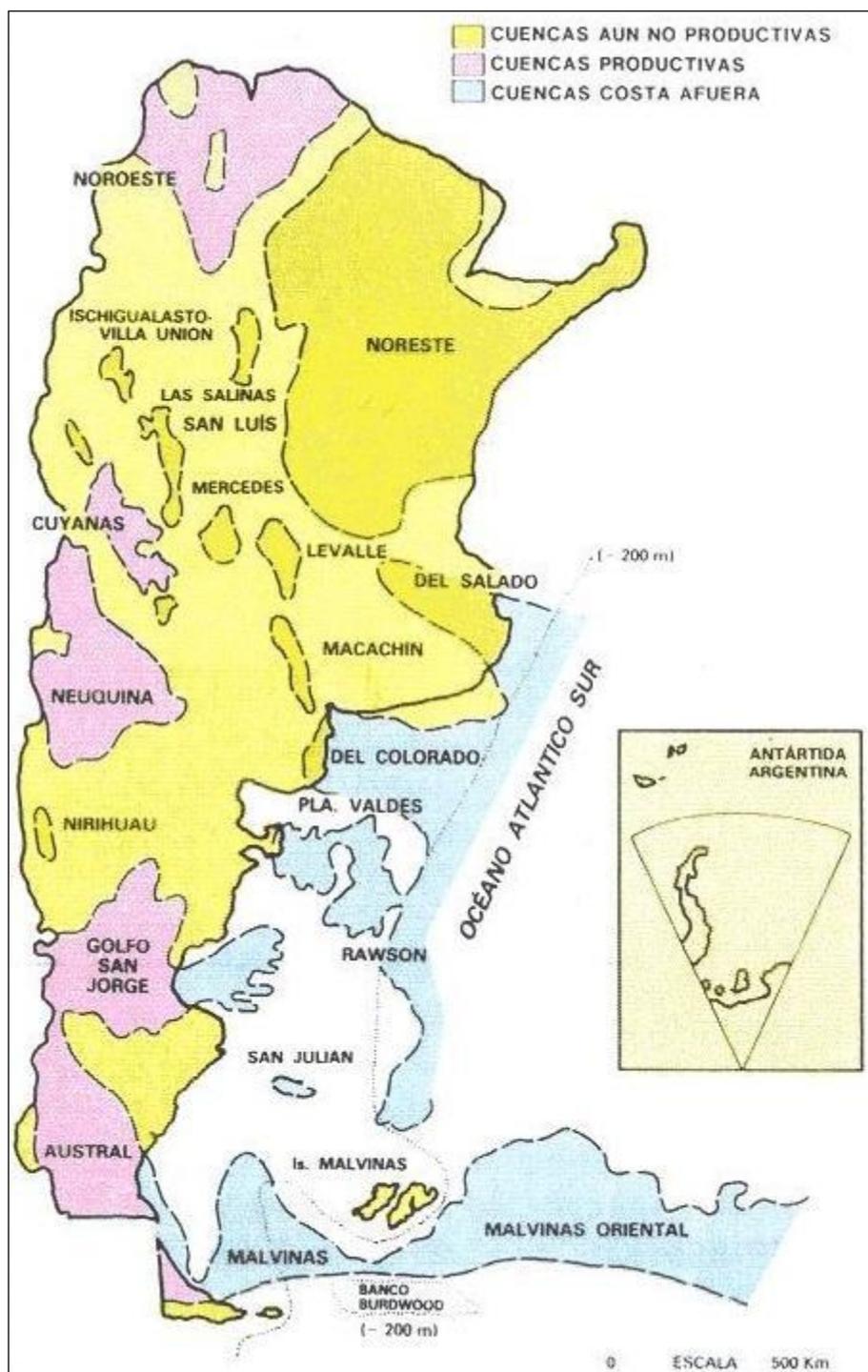
A Argentina possui 4.665 km de costa atlântica e 2,8 milhões km² de mar jurisdicional. Das cinco bacias de petróleo e gás produtivas que a Argentina possui, duas, Golfo San Jorge e Austral, incluem reservas *offshore* no Atlântico.

Para que se tenha a dimensão da importância dessas reservas, segundo Daniel Jorge Martínez Llana (2010, p.22):

A casi 100 años del descubrimiento, la cuenca del Golfo San Jorge, que abarca las provincias de Chubut y Santa Cruz, es la que aporta cerca del 50% de la producción del crudo argentino y todo indica que esa posición será mantenida en los próximos años. Se destaca entre todas las regiones petroleras con más de 46.000 m³ diarios, representando el 46% del total de los barriles de crudo extraídos en el territorio nacional. Si bien esta cuenca aporta principalmente crudo, en ella se fue recuperando un creciente volumen de gas [aporta un 9% de la producción nacional]. [La Cuenca Austral], compartida por las provincias de Santa Cruz y Tierra del Fuego, se prolonga sobre el mar adyacente a Santa Cruz y la isla de Tierra del Fuego, y aporta en conjunto unos 5.800 m³ diarios de crudo y aporta un 20% del volumen de gas natural producido a nivel nacional. La Cuenca Austral cuenta con pozos marinos que permiten alcanzar los 27 millones de m³ de gas diarios.

⁸ Só a Venezuela, incluindo as recentes descobertas de petróleo da Faixa Petrolífera do Orinoco, possui o equivalente a 18% das reservas globais. A produção petrolífera do Equador corresponde a 0,4% e a da Colômbia e do Peru a 0,1% cada. Em relação ao gás, a Venezuela também se destaca com 2,7% do total mundial, o Peru com 0,2%, a Bolívia e a Colômbia com 0,1%, cada.

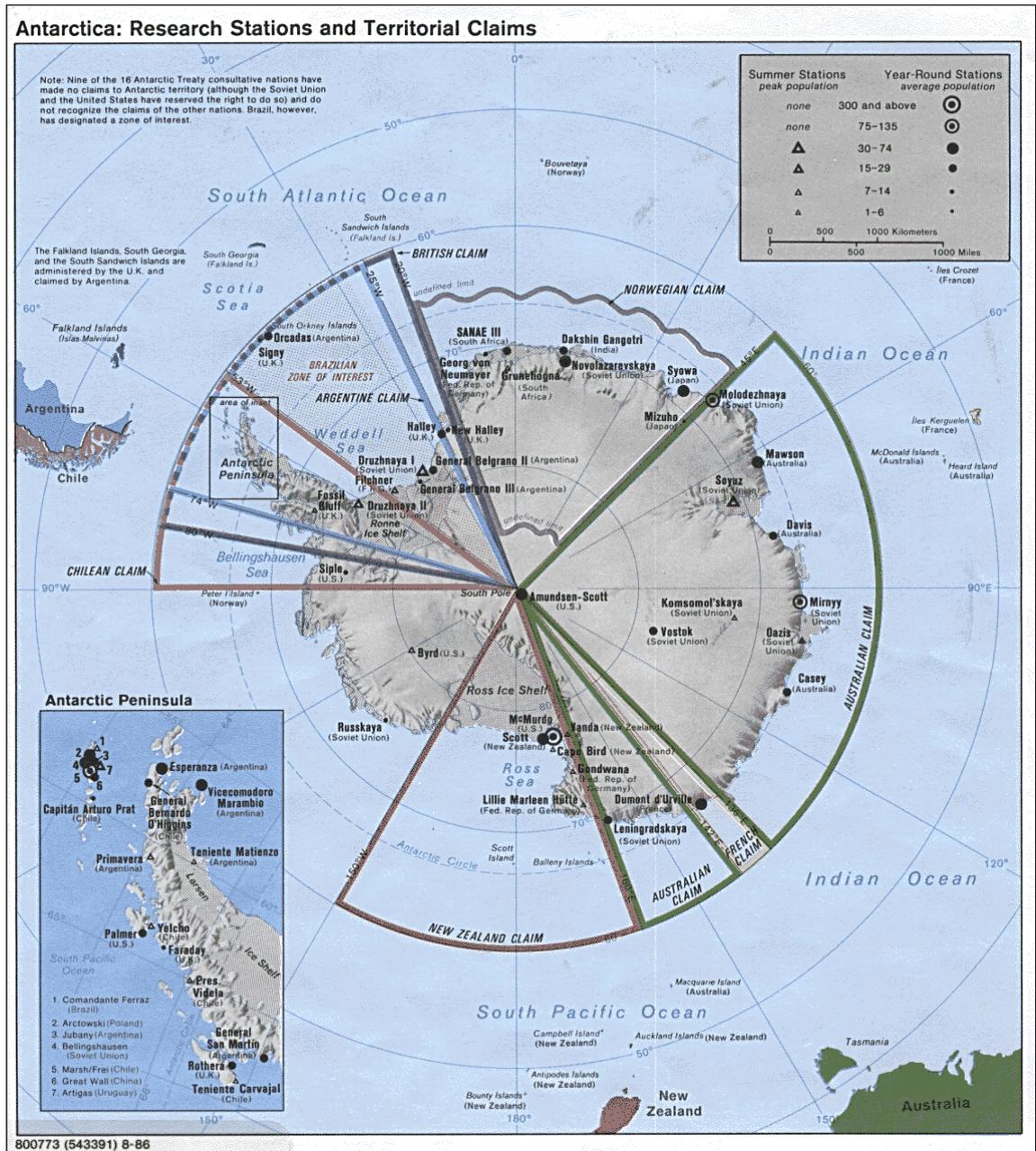
Mapa 2 - Reservas argentinas de petróleo offshore



Fonte: Secretaría de Energía de la República Argentina

Além dos recursos energéticos do litoral atlântico, outra grande fonte de riquezas é o setor antártico sobre o qual a Argentina reivindica soberania. Este território também é demandado pelo Chile e pela Inglaterra, conforme podemos visualizar no mapa a seguir.

Mapa 3 - Reclamações territoriais sobre a Antártida



Fonte: <http://www.zonu.com/>

Em artigo escrito em 1977, Vivián Trías (1977, p.8) revela que, já naquela época, a Antártida –por possuir “enormes depósitos de hidrocarburos” e “riquíssimas vetas de urânio, cobre, plomo y otros metales” – figurava como uma zona importante de projeção.

El Atlántico Sur es el acceso directo a la Antártida y su relevamiento, realizado a partir del "Año Geofísico Internacional" (1957-1958), ha detectado riquezas minerales y naturales formidables. Es una nueva tierra de promisión, el renacimiento de "El Dorado" en la era nuclear.

O historiador uruguaio ainda ressalta as imensas reservas de petróleo das Ilhas Malvinas, zona de histórica disputa entre a Argentina e a Inglaterra.

Múltiples sondeos y estudios detenidos concluyen en la certeza de enormes reservas petroleras en el subsuelo marítimo del área donde están las Malvinas. Se calculan en más de 200 mil millones de barriles en las napas difundidas desde Bahía Blanca a Tierra del Fuego.

Investigações mais recentes confirmaram a existência de grandes jazidas de petróleo tanto no setor antártico reclamado pela Argentina, como nas Ilhas Malvinas, onde hoje empresas inglesas já realizam atividades de exploração petrolífera sob a plataforma continental argentina.

Na África estão localizados 8% das reservas mundiais de petróleo e 7% das reservas de gás. Os países localizados na costa sul-atlântica africana possuem cerca de 60 bilhões de barris de reservas provadas, o que corresponde a 3,5% do total mundial. Destes países, a Angola e a Nigéria se destacam entre os cinco maiores produtores de petróleo do continente⁹ e são responsáveis por mais da metade da produção africana (EIA, 2011). Também são deles as cifras que indicam os maiores crescimentos de depósitos petrolíferos nos últimos vinte anos. As reservas angolanas aumentaram em 10 vezes, passando de 1,4 bilhões de barris, em 1991, para 13,5 bilhões, em 2011. Já as reservas nigerianas quase dobraram, subiram de 20 bilhões para 37,2 bilhões de barris, nos mesmos anos. Hoje, a Angola ocupa o 16º lugar no *ranking* mundial de produção de petróleo e a Nigéria, o 12º lugar (BP, 2011). Vale destacar que ambos os países pertencem a OPEP.

Conforme apresentamos na tabela 1, há outros países africanos banhados pelo Atlântico Sul que possuem reservas menos expressivas, entre eles: Congo (1,9 bilhões de barris), Gabão (3,7 bilhões) e Guiné Equatorial (1,7 bilhões). As recentes descobertas de petróleo *offshore* na região do Golfo da Guiné também podem vir a incluir São Tomé e Príncipe nesta lista. O potencial petrolífero da Namíbia e da África do Sul é bastante inferior ao dos demais países produtores da costa atlântica africana. No entanto, se fala de recentes descobertas *offshore* que podem alterar esta condição.

⁹ Segundo dados de Energy Information Administration (EIA), 90% das reservas petrolíferas da África estão na Angola, Nigéria, Egito, Argélia e Líbia.

Tabela 1 - Reservas comprovadas e Produção diária de petróleo no Atlântico Sul

Países	Reservas totais comprovadas, Bilhões (A)	% das reservas mundiais	Produção diária, Milhões (B)	% da Produção mundial	Longevidade atual das reservas (A/B)
África do Sul	0,02	0,0%	0,18	0,2%	0,3
Angola	13,50	0,8%	1,75	2,1%	21,2
Argentina	2,52	0,2%	0,61	0,7%	11,4
Brasil	15,05	0,9%	2,19	2,6%	18,8
Gabão	3,68	0,2%	0,25	0,3%	41,2
Guiné Equatorial	1,10	0,1%	0,30	0,4%	4,3
Nigéria	37,20	2,3%	2,46	2,9%	41,5
Rep. Democ. do C	1,94	0,1%	0,30	0,4%	18,0
Soma dos países	102,24	6,2%	25,65	9,6%	10,9

Fonte: British Petroleum (2012) / Energy Information Administration (2012)

No Atlântico Sul, a Nigéria é o país com a maior reserva de gás, com cerca de 5,1 trilhões m³, o equivalente a 2,5% das reservas mundiais. Apesar da significativa dimensão de suas jazidas, o país produz praticamente o mesmo que a Argentina, que possui apenas 34 bilhões m³. O Brasil, que possui uma reserva de gás um pouco maior, de 45 bilhões m³, produz menos da metade da produção argentina. Na tabela 2 a seguir, apresentamos os dados relativos às reservas e a produção de gás em outros países do Atlântico Sul. Vale destacar que as reservas de gás natural da África do Sul estão se esgotando, porém os recursos de gás de xisto revelam um grande potencial. Além disso, este país possui aproximadamente 95% das reservas de carvão da África e 4% das reservas mundiais (EIA, 2012).

Tabela 2 - Reservas comprovadas e Produção diária de gás no Atlântico Sul

Países	Reservas totais comprovadas m3 (A)	% das reservas mundiais	Produção diária m3 (B)	% da Produção mundial
África do Sul	28.316.846.710,00	0,0%	3.491.118,09	0,0%
Angola	310.069.471.474,50	0,1%	29.402.972,34	0,3%
Argentina	340.516.567.230,22	0,2%	106.263.873,54	1,2%
Brasil	452.512.264.251,71	0,2%	45.761.128,76	0,5%
Gabão	28.316.846.710,00	0,0%	232.741,21	0,0%
Guiné Equatorial	28.316.846.710,00	0,0%	17.921.072,85	0,2%
Nigéria	5.110.000.133.514,40	2,5%	109.215.893,09	1,2%
Rep. Democ. do Congo	90.613.909.472,00	0,0%	25.911.854,25	0,3%
Soma dos países AS	6.388.662.886.072,83	3,1%	338.200.654,12	3,8%

* Os dados referentes à Argentina, Brasil e Nigéria foram são divulgados pela BP. Os dados dos demais países foram retirados do site da EIA

Fonte: British Petroleum (2012) / Energy Information Administration (2012)

Além do petróleo há outros recursos naturais estratégicos dos fundos marinhos que vêm atraindo a atenção de diversos países. Atualmente, muitos

Estados estão fazendo altos investimentos em pesquisa e tecnologias de exploração em águas profundas e aplicando grandes esforços para assegurar o direito de mineração de três compostos presentes na chamada Área¹⁰: crostas cobaltíferas (crostas de manganês enriquecidas por cobalto); nódulos polimetálicos (formações rochosas ricas em níquel, cobalto, cobre, ferro e manganês); e sulfetos polimetálicos (ricos em ferro, zinco, prata, cobre e ouro).

Nos anos 60, começou a crescer o interesse pela exploração de recursos situados no leito do mar e no subsolo dessa zona. No entanto, após a década de 70, devido à falta de tecnologia adequada e de a atividade de extração mineira em terra ainda apresentar forte potencial, o interesse pela mineração de recursos dos fundos marinhos diminuiu consideravelmente. Hoje, diante de um horizonte de esgotamento cada vez mais evidente das reservas minerais em terra firme e do expressivo desenvolvimento tecnológico em águas profundas alcançado em vários países, os fundos oceânicos são considerados a nova fronteira da mineração mundial.

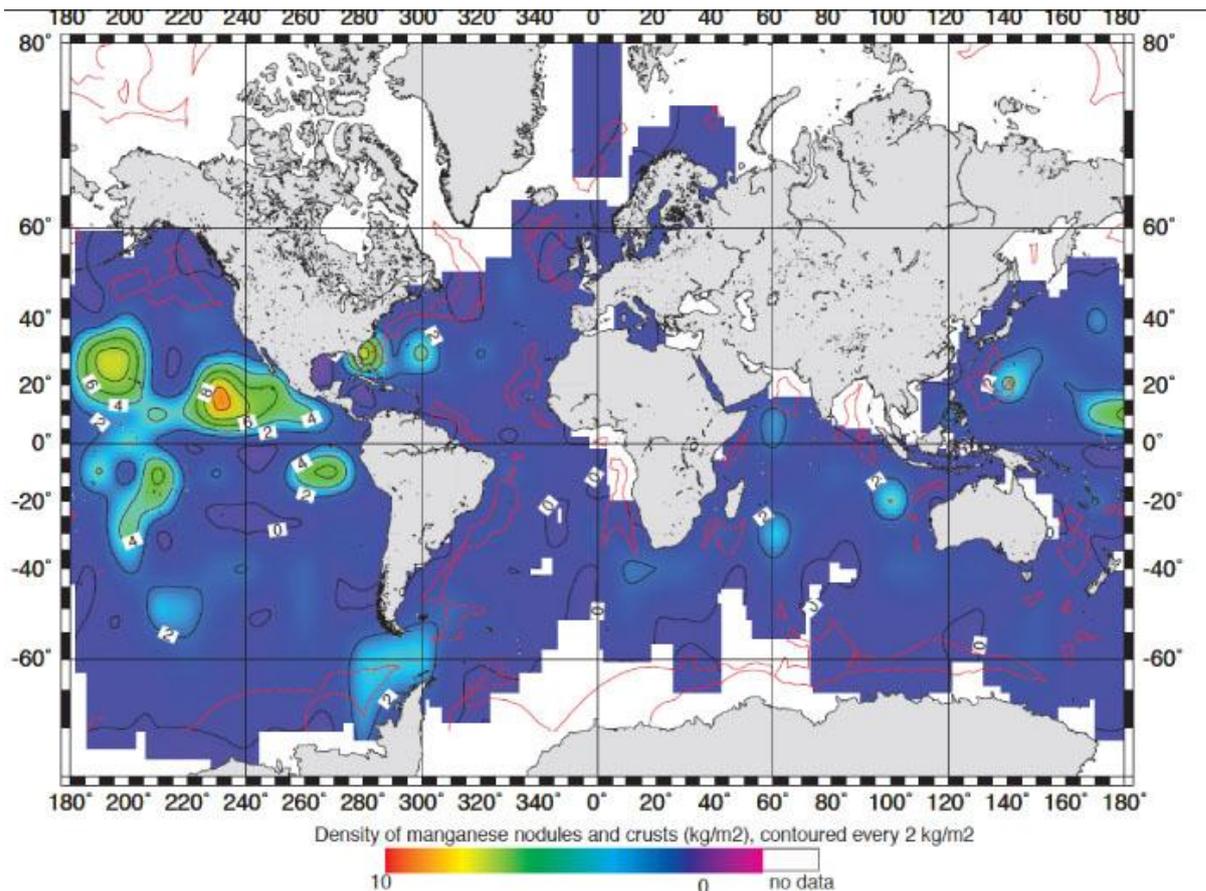
Os minerais situados na Área tem um significado importante na agenda de desenvolvimento de diversas potências, como os EUA e a Alemanha. Os metais encontrados nestas reservas podem suprir a demanda de indústrias estratégicas de importantes economias mundiais, lembrando que esta demanda vem crescendo substancialmente devido ao intenso processo de industrialização de países como a China e Índia. O cobre, o cobalto, o manganês e o níquel, por exemplo, são componentes de grande aplicação em diversas operações metalúrgicas, como a produção de diferentes tipos de ligas metálicas utilizadas na fabricação de turbinas de avião, motores marítimos e na indústria automobilística e química. Além disso, são matérias-primas valiosas para a produção de aço e ferro e na fabricação baterias.

Os depósitos mais promissores destes três compostos estão localizados nos oceanos Pacífico e Índico. Isso se deve, principalmente, à existência de maiores investimentos em pesquisa nesta região. No Atlântico Sul, o registro de ocorrência destes minerais ainda requer mais estudos. Entretanto, as pesquisas já realizadas apontam a presença de nódulos polimetálicos nas bacias oceânicas ao redor da Ilha de Trindade; de crostas cobaltíferas, na Elevação de Rio Grande; e de sulfetos polimetálicos próximos ao arquipélago de São Pedro e São Paulo. Cabe também

¹⁰ A Área corresponde aos fundos oceânicos que se situam além dos limites de qualquer jurisdição nacional.

destacar que os nódulos polimetálicos do Atlântico Sul, devido a sua formação geológica, apresentam taxas de magnésio e ferro mais altas em comparação aos demais oceanos. Abaixo, no mapa 4, podemos observar as incidências mundiais de crostas cobaltíferas e nódulos de manganês¹¹; e no mapa 5, as ocorrências globais de sulfetos polimetálicos.

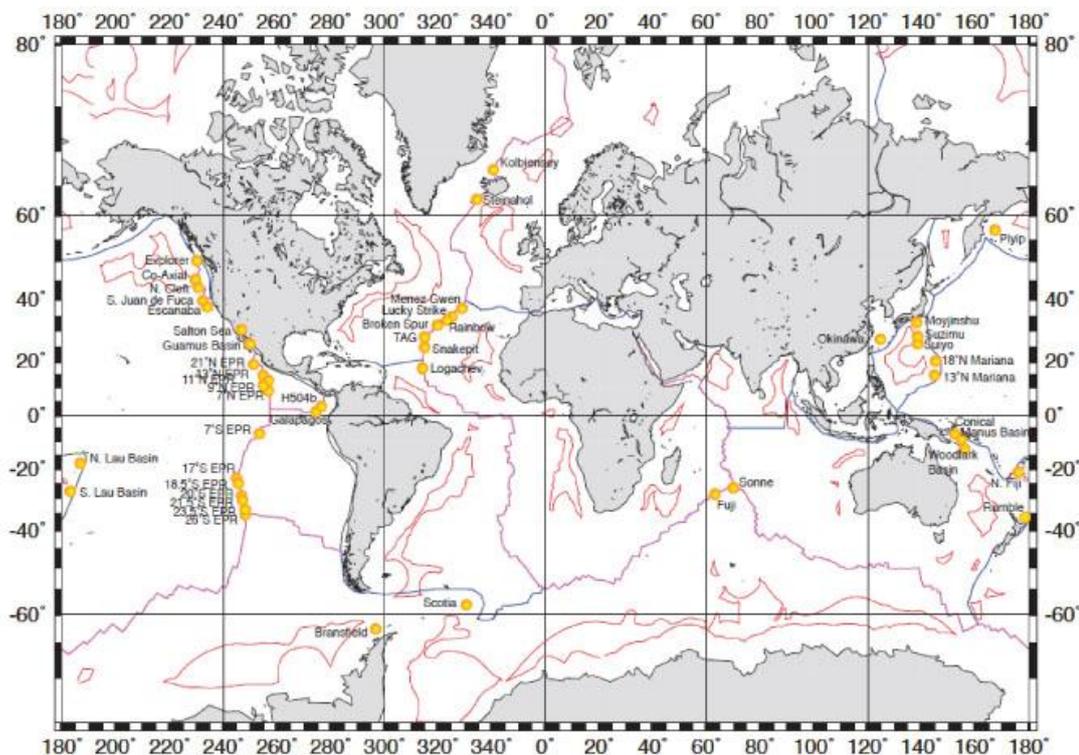
Mapa 4 - Distribuição global de nódulos de manganês e crostas de cobalto



Fonte: National Oceanography Centre

¹¹ Substancia essencial que conforma os nódulos Polímetálicos

Mapa 5 – Sulfetos Polimetálicos no mundo



Fonte: National Oceanography Centre

De acordo com Kaiser Gonçalves de Souza *et alii* (2007, p.99), dentre os três compostos, o mais visado nos dias atuais são os sulfetos polimetálicos.

Atualmente, os sulfetos polimetálicos têm atraído mais atenção das indústrias de mineração do que os nódulos polimetálicos... Os países líderes nesse campo são os Estados Unidos da América, a França, a Alemanha, o Reino Unido, o Japão, a Rússia, a Austrália, a China e a Coreia do Sul. Em alguns países, como Portugal e Itália, a exploração de sulfetos marinhos também vem sendo desenvolvida nos últimos anos.

De acordo com um relatório técnico sobre recursos marinhos não vivos divulgado pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil,

Parece também não haver dúvidas de que o avanço tecnológico para detecção, exploração e exploração de nódulos e sulfetos polimetálicos e crostas de cobalto, além de hidratos de metano, por parte de nações que querem ficar independentes de importações para sua indústria, deverá em breve tornar econômica a mineração desses bens nos fundos oceânicos. (BRASIL, 2009, p. 5)

O setor antártico, sobre o qual a Argentina, o Chile e a Inglaterra reivindicam soberania, também é outra grande fonte de riquezas energéticas e minerais. Investigações mais recentes confirmaram a existência de grandes jazidas de petróleo tanto no setor antártico reclamado pelos três países, como nas Ilhas Malvinas, onde hoje empresas inglesas já realizam atividades de exploração

petrolífera sob a plataforma continental argentina. Ademais, a Antártida também possui grandes depósitos de urânio, cobre, chumbo e outros metais.

Segundo dados divulgados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) também já se constatou a existência de uma variada gama de outros recursos minerais que podem ter importantes aplicações econômicas. Parece-nos interessante elencar tais riquezas seguindo a proposta que Souza e outros pesquisadores dos órgãos acima mencionados sugerem para distinguir os recursos minerais marítimos brasileiros segundo duas categorias de importância, socioeconômica ou político-estratégica.

O espaço marinho brasileiro do Atlântico Sul e Equatorial pode ser visto sob duas perspectivas diferentes: 1) aqueles que têm valor político-estratégico, pois sua identificação e requisição para exploração nas áreas internacionais dos oceanos, em especial aquelas situadas no oceano Atlântico Sul e Equatorial adjacentes à Plataforma Continental brasileira, garantem uma ampliação da área de soberania nacional, e 2) aqueles que têm valor socioeconômico por estarem situados na Plataforma Continental brasileira e terem a capacidade de movimentar a economia e gerar empregos em curto e médio prazos. (SOUZA, 2007, p.53)

As riquezas minerais classificadas no texto de Souza como de importância político-estratégica são as crostas cobaltíferas e os nódulos e sulfetos polimetálicos, já tratados anteriormente. Vejamos, então, os de importância socioeconômica. Ao longo de toda a plataforma continental brasileira e principalmente na região sul há uma quantidade¹² considerável de areia e cascalho (granulados siliciclásticos). Para Souza, este mineral é o primeiro da lista de prioridades por suas possibilidades de aproveitamento na construção civil e na recuperação de áreas erodidas na costa¹³.

Também se constatou que no espaço marítimo entre o Pará e Cabo Frio se encontra uma das maiores jazidas de minerais bioclásticos do mundo. Este tipo de mineral é rico em carbonato de cálcio, que pode ser utilizado em rações animais, em complementos nutricionais, em implantes de cirurgias ósseas, na indústria de cosméticos e no tratamento de água e esgotos (SOUZA, 2010, p.5)

Há décadas, ambos os granulados, siliciclásticos e bioclásticos, vêm sendo explorados com índices bastante positivos de aproveitamento econômico em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Japão, Suécia, Bélgica, Finlândia, Dinamarca, Polônia, entre outros.

¹² 5,2 bilhões m³ entre Laguna e Mampituba e 7,2 bilhões m³ entre São Francisco e Itajaí.

¹³ O Mar do Norte, uma das mais ricas áreas do mundo em areia e cascalho, foi fracionado pela Inglaterra, Holanda, Bélgica e França em áreas de concessão para dragagem.

Ainda estão incluídos na categoria de relevância socioeconômica a fosforita, sais minerais (evaporitos), enxofre, carvão, hidratos de gás e minerais pesados (ouro, diamante, platina, cometa, ilmenita, rutilo, zircão, etc). A fosforita, material utilizado como fertilizante e fonte de fósforo na indústria, pode ser encontrada tanto na margem americana do Atlântico Sul, como na africana. A exploração deste recurso vem ganhando importância à medida que o Brasil, grande produtor de alimentos, está se tornando cada vez mais dependente da importação de fertilizantes.

Em território marítimo brasileiro, os depósitos de evaporitos (camada de sal sob a qual se encontram os depósitos de petróleo do pré-sal) se estendem da bacia de Alagoas ao platô de São Paulo. As pesquisas que constatarem evidências de enxofre na plataforma continental brasileira, apesar de incipientes, são bastante promissoras¹⁴.

O carvão, detectado em vários pontos da costa brasileira e da África do Sul, apresenta uma alta incidência em plataformas continentais em todo o mundo. As maiores reservas comprovadas se encontram na Inglaterra, Japão, Canadá e Austrália (MARTINS, 2007, P.174). A exploração deste mineral em áreas oceânicas vem sendo desenvolvida há vários anos. Para Martins,

Para se ter uma idéia da importância desses depósitos, pode-se indicar que 30% da produção de carvão do Japão e 10% da Inglaterra provêm de camadas sedimentares submarinas. A região da Nova Escócia no Canadá contribuiu com 80% do carvão extraído dos depósitos submarinos de Sidney.

Além do carvão como fonte de energia alternativa ao petróleo, foi encontrado no Atlântico Sul depósitos de hidratos de gás (um tipo de hidrocarboneto constituído de moléculas de gás, principalmente de metano, retidas em moléculas sólidas de água congelada). Estudos realizados no mundo todo apontam uma crescente valorização deste mineral como recurso energético. Acredita-se que as reservas mundiais de hidratos de metano sejam duas vezes maiores que as de hidrocarbonetos fósseis e representam hoje o maior reservatório de carbono do planeta. (United States Geological Survey -USGS)

Apesar de ainda escassos, vêm crescendo no Brasil os investimentos em pesquisas científicas e desenvolvimento de tecnologias para tornar a mineração de

¹⁴ Segundo Martins (2007, p.172) “todas as bacias que abrigam hidrocarbonetos tendem a ter depósitos de enxofre ... Dessa forma, é provável a existência de depósitos de enxofre bastante expressivos na margem continental brasileira, devido à presença de extensas bacias evaporíticas”.

hidratos de gás viável. A Índia e o Japão são países que aplicam grandes recursos financeiros nesta área. Em águas brasileiras já foi confirmada a presença desse recurso na foz do Amazonas e na bacia de Pelotas.

Dos minerais pesados (placeres), os depósitos mais importantes no Atlântico Sul são de diamante na Namíbia (principal reserva mundial) e de ouro e diamante na África do Sul. Além destes países, há indícios de diamante nas margens continentais da Angola e de Serra Leoa. A costa brasileira, do Piauí ao Rio Grande do Sul, detém depósitos de metais pesados de diversos tipos, incluindo ouro e diamante também.

Segundo Martins (2007, p.130), o estudo realizado pelo Programa sobre Ciência Oceânica em Relação aos Recursos Não vivos (OSNLR) – um projeto conjunto da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC) e da Divisão de Assuntos Oceânicos e Direito do Mar (Doalos), ambos das Nações Unidas (ONU) – classifica hierarquicamente os recursos minerais marinhos mundiais segundo os seguintes critérios:

- a) Acumulações de interesse econômico e científico global relativo (areias silicosas, vasas carbonáticas ou silicosas), embora reconhecendo que possam ser importantes em algumas áreas.
- b) Depósitos de interesse econômico futuro, mas de considerável interesse científico (sulfetos polimetálicos, lamas metalíferas, nódulos e crostas polimetálicas).
- c) Materiais de interesse econômico, mas de interesse científico variando desde alto, como no caso de petróleo, gás e zona costeira, à intermediário, como os sedimentos carbonáticos, fosforitas, placeres, areia e cascalho.

Tanto a classificação acima, como os resultados do estudo sintetizados na tabela 3 (MARTINS, 2007, p.131) demonstram também que tipo de relevância as riquezas oceânicas vem adquirindo para o desenvolvimento das nações costeiras. Os conceitos utilizados na tabela abaixo distinguem os recursos marinhos não vivos em função de: 1) Distribuição mundial do bem mineral; 2) Potencial econômico dos depósitos já explorados ou dos ainda por explorar; 3) Taxa de crescimento do interesse científico em tais minerais; 4) Quantidade relativa do esforço científico empregado atualmente. Recursos identificados como de “interesse científico” são também matéria-prima de indústrias que envolvem o desenvolvimento de tecnologias de ponta. Segundo Medeiros (2010), o sucesso das novas políticas industriais que os países passarão a adotar para estimular o desenvolvimento vai depender do grau de maturidade industrial e proximidade com a fronteira tecnológica alcançados até o momento. Neste contexto a busca pela atualização industrial é de fundamental importância.

Tabela 3 – Importância dos recursos marinhos não vivos

Recursos	Disponibilidade	Potencial econômico	Interesse atual	Nível de esforço
Areia e cascalho	abundante	alto	moderado	moderado
Carbonatos	abundante	médio	moderado	moderado
Placeres minerais	abundante	alto	moderado	moderado
Fosforitas	comum	médio	moderado	moderado
Areias silicosas	abundante	baixo	moderado	moderado
Vasas calcárias	abundante	baixo	baixo	baixo
Nódulos polimetálicos	comum	médio	alto	alto
Lamas metalíferas	comum	médio	moderado	baixo
Crostras Manganésíferas	limitada	baixo	moderado	moderado
Sulfetos polimetálicos	limitada	baixo	alto	alto
Petróleo e gás	comum	alto	alto	alto
Zona costeira	abundante	alto	moderado	alto

Fonte: Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

Vale a pena chamar a atenção para os itens “nódulos polimetálicos”, “crostras manganésíferas”, “sulfetos polimetálicos” e “petróleo e gás”. Todos estes minerais, de acordo com o estudo, apresentam uma disponibilidade menor que o “interesse” sobre eles.

Em relação às informações apresentadas na tabela acima, devemos destacar também a distinção feita entre materiais de “interesse econômico” e de “interesse científico”. Esta discriminação nos remete a algumas reflexões levantadas no campo da geopolítica sobre o valor dos recursos naturais. Certos autores argumentam que a importância das *commodities* não é medida somente em razão de seu significado para a economia de um Estado. São também bens de valor estratégico, isto é, que podem representar oportunidades de expansão de poder relativo dentro do sistema interestatal. Veremos com mais detalhes este tema no capítulo seguinte.

1.3 O comércio no Atlântico Sul

Apesar de o fluxo do comércio mundial ser muito maior no Hemisfério Norte, o Atlântico Sul constitui importante rota comercial para a Europa e para os EUA. Por ele passa grande parte do petróleo e materiais estratégicos com destino à Europa e uma parcela significativa do petróleo importado pelos EUA. Além disso, para grande parte dos países sul-atlânticos o mar é a sua principal via de exportação. Para citar um exemplo, mais de 95% do comércio internacional do Brasil e praticamente toda a importação brasileira de petróleo transitam pelas águas do Atlântico Sul (MIDC).

Considerando que na costa sul-atlântica praticamente todos os países são primário-exportadores, para dimensionar a relevância do Atlântico Sul como rota de

comércio analisamos dados de importação e exportação relacionados a três *commodities* – petróleo, minerais e alimentos¹⁵ – que têm maior peso na balança comercial de vários países da região. Outra razão para este recorte é a importância que tais recursos têm como materiais estratégicos para a economia, indústria bélica e a segurança e defesa de grandes potências e alguns países emergentes.

Tomando em conta os laços mais estreitos no âmbito das relações sul-sul e identificando os atores externos com maior presença no Atlântico Sul, buscamos examinar dados de intercâmbio comercial dos Estados Unidos, da União Europeia¹⁶ e da China com alguns países da costa ocidental da África e da América do Sul¹⁷. Apesar de a base de dados analisada, Comtrade, não especificar a via de comunicação utilizada (terrestre, aérea ou marítima), sabe-se que o transporte marítimo é o principal modal usado para a exportação dos bens selecionados.

Ao observar as tabelas abaixo, fica evidente que os países africanos e sul-americanos da costa atlântica não estão entre dos principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos, a Europa e a China. Ainda assim, o Atlântico Sul é uma importante via de acesso para americanos às fontes energéticas localizadas no Oriente Médio; consiste na via substitutiva da “linha vital” de comércio para os europeus; e cresce em importância frente a expressivo aumento da demanda chinesa por bens primários.

Os três principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos são, em ordem decrescente, Canadá, México e Arábia Saudita. Hoje, o Atlântico Sul, além de possibilitar o acesso às reservas sauditas, conecta os Estados Unidos a três parceiros promissores no que se refere ao Petróleo: Nigéria, Angola e Brasil. Apesar dos dados do Comtrade apontar uma participação pequena desses países nas importações americanas de petróleo – 7,4%, 2,9% e 2,3 %, respectivamente – um estudo realizado pelo EIA¹⁸ destaca que os três países ocupam, na ordem, o 5º, o 10º e o 11º lugar como fornecedores de óleo bruto para os Estados Unidos. O estudo também aponta que os americanos demonstram um crescente interesse em incrementar a importação de petróleo proveniente da África e da América do Sul.

¹⁵ Bens que correspondem aos seguintes capítulos do Comtrade: 27 (petróleo e derivados); 26 (minérios); e 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 (alimentos diversos).

¹⁶ Sigla que representa os 27 países que pertencem a União Europeia.

¹⁷ África do Sul, Angola, Gabão, Namíbia, Nigéria, Rep. Democ. do Congo, Congo, Guiné Equatorial, Argentina e Brasil.

¹⁸ <http://www.eia.gov/petroleum/imports/companylevel/>

Vale destacar que a Venezuela, país de peso nas instancias regionais sul-americanas, é o 4º provedor deste bem para os Estados Unidos.

Há se que destacar também a participação da África do Sul, do Brasil e da Namíbia nas importações estadunidenses de minérios, tópico que inclui materiais estratégicos para a indústria armamentista. Os países sul-atlânticos, juntos representam aproximadamente 20% das compras norte-americanas desta *commodity*. Com relação à importação de alimentos, os dados analisados não merecem destaque. Isto se deve, principalmente, ao fato de os Estados Unidos estar entre os maiores produtores mundiais de alimentos.

Tabela 4 – Importações estadunidenses

Importações estadunidenses de Petróleo e Derivados (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	Part. % nas Imp. EUA	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	66	0,01%	0,7%
Angola	13.662	2,9%	12,7%
Gabão	4.531	1,0%	34,1%
Congo	2.426	0,5%	51,8%
Nigéria	34.192	7,4%	30,5%
Rep. Democ. do Congo	596	0,1%	30,7%
Guiné Equatorial	1.086	0,2%	-
África - Países Selecionados	56.560	12,2%	8,8%
Argentina	1.233	0,3%	24,9%
Brasil	10.762	2,3%	40,2%
Importações estadunidenses de Minério (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	Part. % nas Imp. EUA	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	412	9,88%	2,9%
Angola	-	-	-
Gabão	108	2,6%	6,4%
Namíbia	195	4,7%	26,3%
Nigéria	0	0,0%	0,2%
Rep. Democ. do Congo	0	0,0%	0,0%
África - Países Selecionados	714	17,1%	3,5%
Argentina	15	0,4%	0,8%
Brasil	204	4,9%	0,5%

Fonte: Comtrade

Segundo as estatísticas realizadas pela Eurostat¹⁹, os principais fornecedores de petróleo da União Europeia são, em primeiro lugar, a Rússia, em seguida, a Noruega e a Líbia. O Atlântico Sul não é a via de comunicação entre estes três países e a Europa. Entretanto, essa porção do Atlântico permite que os europeus tenham acesso a África do Sul, seu 3º maior fornecedor de carvão, e à Nigéria, seu 7º exportador de petróleo e seu 6º provedor de gás. Lembrando que a Arábia Saudita também é um importante supridor de petróleo para a UE (ocupa o 4º posto),

¹⁹ Gabinete de Estatísticas da União Europeia <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>>

é importante ressaltar que, frente à progressiva obsolescência do canal de Suez para transição dos atuais superpetroleiros, a rota do cabo e a circulação pelo Atlântico Sul ganham cada dia mais relevância como trajetos comerciais com destino a Europa.

Além disso, o Atlântico Sul também se revela como uma área de extrema importância estratégica se considerarmos a grande e crescente dependência europeia da importação de minerais e que 23,5% de suas compras provem do Brasil e 5,5% da África do Sul. Em relação ao comércio de alimentos, dentre os países do sul-atlânticos, somente merece destaque a participação brasileira nas importações da EU, com um 3,3%.

Tabela 5 – Importações europeias

Importações europeias (UE-27) de Petróleo e Derivados (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	art. % nas Imp. Uni. Euro	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	1.942	0,2%	20,0%
Angola	8.733	0,9%	8,1%
Gabão	757	0,1%	5,7%
Namíbia	2	0,0%	3,2%
Nigéria	31.367	3,2%	28,0%
Rep. Democ. do Congo	214	0,0%	11,0%
África - Países Selecionados	43.016	4,5%	17,6%
Argentina	43	0,0%	0,9%
Brasil	3.313	0,3%	12,4%
Importações europeias (UE-27) de Minério (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	art. % nas Imp. Uni. Euro	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	2.698	5,5%	18,9%
Angola	-	-	#VALOR!
Gabão	99	0,2%	5,9%
Namíbia	7	0,0%	0,9%
Nigéria	14	0,0%	16,1%
Rep. Democ. do Congo	2	0,0%	0,1%
África - Países Selecionados	2.820	5,7%	13,9%
Argentina	1.038	2,1%	56,4%
Brasil	11.580	23,5%	26,2%

Fonte: Comtrade

Segundo o EIA²⁰, a passagem pelo Cabo da Boa Esperança também vem adquirindo importância para conectar o ocidente, principalmente a África Ocidental, ao mercado asiático.

South Africa's Cape of Good Hope (Cape) is a significant point for oil tanker transit around the continent. According to Lloyd's Analysis of Petroleum Exports (APEX) database, in 2010 approximately 3.3 million barrels a day (bbl/d) of oil transited from west to east around the Cape originating mostly from West Africa (1.8 million bbl/d) and the Western Hemisphere (1.2 million bbl/d) and destined for Asian Markets. At the same time, 1.9 million bbl/d,

²⁰ <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SF>

originating mostly in the Middle East, transited west around the Cape to Atlantic Basin markets.

Como podemos ver nas tabelas abaixo, os países do Atlântico Sul ainda têm uma participação muito pequena nas importações chinesas de petróleo. Hoje, os países que mais exportam este bem para a China são a Angola, com uma participação de 9%; o Brasil, com 1,8%; e o Gabão, com 1,6%, aproximadamente. No entanto, ao atentarmos para as cifras das importações chinesas das outras duas *commodities*, percebemos que o Atlântico Sul também tem grande valor estratégico por conectar a China a importantes fornecedores de minérios e alimentos. Cerca de 18% da demanda chinesa de minérios e 8% da de alimentos é suprida pelas exportações brasileiras. A África do Sul também participa com 6% nas compras chinesas de minérios.

Tabela 6 – Importações chinesas

Importações Chinesas de Petróleo e Derivados (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	Part. % nas Imp. China	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	1.176	0,4%	12,1%
Angola	24.810	9,0%	23,0%
Gabão	132	0,0%	1,0%
Congo	4.352	1,6%	92,9%
Nigéria	1.381	0,5%	1,2%
Rep. Democ. do Congo	303	0,1%	15,6%
Guiné Equatorial	1.549	0,6%	-
África - Países Selecionados	33.702	12,2%	5,3%
Argentina	319	0,1%	6,4%
Brasil	4.885	1,8%	18,2%

Importações Chinesas de Minério (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	Part. % nas Imp. China	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	8.822	5,9%	61,7%
Angola	-	-	-
Gabão	354	0,2%	21,0%
Namíbia	66	0,0%	9,0%
Nigéria	81	0,1%	94,8%
Rep. Democ. do Congo	847	0,6%	24,7%
África - Países Selecionados	10.170	6,8%	50,3%
Argentina	67	0,0%	3,7%
Brasil	26.157	17,4%	59,2%

Importações Chinesas de Alimentos (2011)			
	Valores (US\$ milhão)	Part. % nas Imp. China	Part. % Exp. Países de Origem
África do Sul	79,9	0,2%	1,5%
Angola	0,2	0,0%	-
Gabão	0,0	0,0%	0,0%
Namíbia	1,4	0,0%	0,1%
Nigéria	1,2	0,0%	0,1%
Rep. Democ. do Congo	0,1	0,0%	0,2%
Gana	68,6	0,2%	4,1%
África - Países Selecionados	151,4	0,4%	1,9%
Argentina	804,1	2,4%	3,4%
Brasil	2.731,6	8,1%	5,3%

Fonte: Comtrade

Hoje, um tema que tem estado em pauta é a atenção que a China dedica a construção dos corredores bioceânicos na América do Sul que conectariam o Pacífico e o Atlântico. Para alguns analistas este seria um indício do aumento do interesse chinês nas *commodities* dos países sul-atlânticos.

Para finalizar este tópico, gostaria de chamar a atenção para a participação das três *commodities* analisadas na exportação dos países da região. Mais de 30% das exportações de petróleo da Namíbia, da Nigéria e do Gabão rumam em direção aos Estados Unidos. Já a Angola destina 13% de sua exportação petrolífera para os estadunidenses e 23% para os chineses. O Brasil vende 40% de sua produção de petróleo para os Estados Unidos, 12% para a Europa e 18% para a China.

A importância destes mercados para os países sul-americanos e africanos analisados fica ainda mais evidente quando observamos os dados de exportação de minérios. Cabe destacar que a China é o destino de cerca de 62% da exportação de minérios da África do Sul; 95%, da Nigéria; e 60% do Brasil. Para a Europa, o país que mais exporta é a Argentina, aproximadamente 57% de sua produção.

Estes dados revelam, em parte, a dependência que os países da América do Sul e da África Ocidental têm do Atlântico Sul, visto que este é seu instrumento vital para escoar seus principais produtos.

1.4. O direito do mar e a regulamentação da mineração na Área

As discussões de longa data sobre o Direito do Mar e o debate mais recente acerca das regras de exploração dos recursos minerais nos fundos oceânicos são fortes indicativos da importância estratégica destas riquezas. Desde o início do século XX vem se realizando uma série de negociações que visam criar uma regulamentação jurídica sobre o mar, que tenha reconhecimento internacional. Os debates sobre a largura do Mar Territorial e os direitos dos estados sobre a zona contígua começaram em 1930, em Haia, na Holanda. Nesta ocasião, 43 países, que se encontravam reunidos em razão da Liga das Nações, não puderam entrar em comum acordo com relação a este tema. Em 1945, no contexto do pós-guerra, os Estados Unidos, sob o governo do presidente Harry Truman, ampliou a extensão de seu Mar Territorial de 3 para 200 milhas, reclamando, assim, o direito à exploração das reservas de petróleo e gás descobertas em sua plataforma continental.

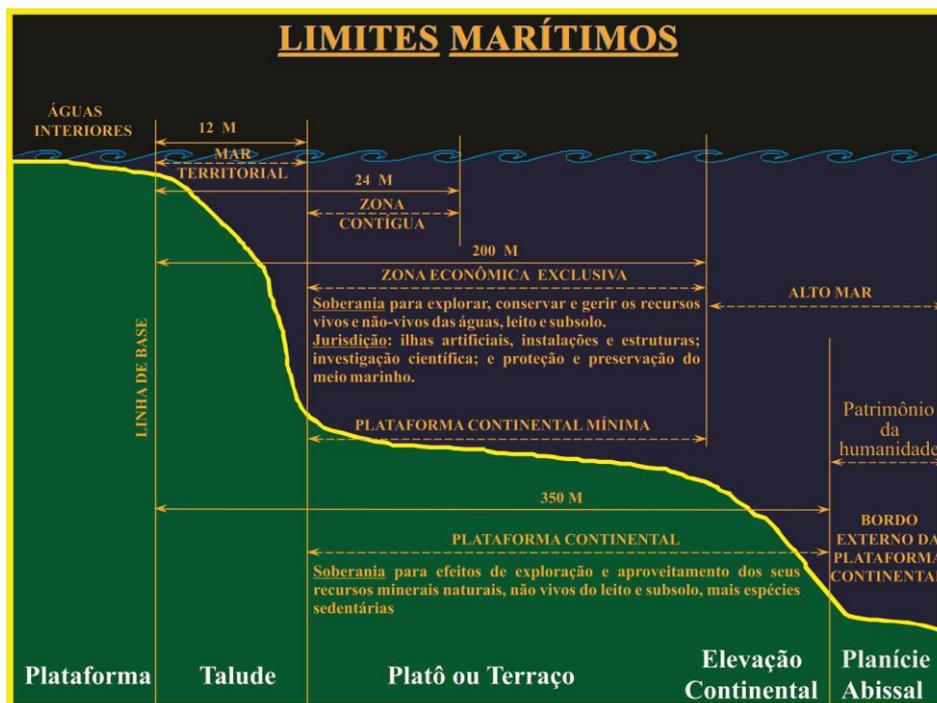
Tal medida alterou o entendimento do mundo em relação ao espaço oceânico e estimulou os demais países a fazerem o mesmo. Em 1947, o Peru, alegando a necessidade de proteger sua fronteira marítima contra a pesca em larga escala realizada por barcos estrangeiros, principalmente de bandeira norte-americana, também declarou soberania sobre as 200 milhas do seu Mar Territorial. Nos anos seguintes, diversos países da América Latina tomaram a mesma decisão e, em 1952, Chile e Equador também estenderam suas fronteiras marítimas, seguidos de Argentina, em 1966; Uruguai, em 1969; e Brasil, em 1970.

As duas primeiras Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – em 1958 e em 1960, em Genebra – não produziram nenhuma resolução significativa. Em 1970, em Nova Iorque, se deu a primeira reunião da III Conferência, cujas resoluções somente terminaram de ser sistematizadas em 1982, em Montego Bay, na Jamaica. Esta conferência, conhecida como Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), é considerada um marco do direito internacional. Fixou os seguintes limites a partir da linha de base: 12 milhas náuticas (22 km) para o Mar Territorial e a Zona Contígua; e 200 milhas náuticas para a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A plataforma continental também ficou delimitada em 200 milhas, no entanto, os países que comprovassem uma extensão maior de sua plataforma continental poderiam reivindicar perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU o reconhecimento dessa área, que pode alcançar no máximo 350 milhas náuticas.

A lei brasileira nº 8.617/1993, elaborada segundo as normas estabelecidas na referida Convenção, define que:

a soberania do Brasil estende-se ao mar territorial, ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao seu leito e subsolo, em outras palavras, o Mar Territorial é considerado parte do território nacional sob o qual o Estado exerce soberania absoluta. Em relação à Zona Contígua, 'o Brasil poderá tomar as medidas de fiscalização necessárias para evitar as infrações às leis e aos regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários, no seu território, ou no seu mar territorial, podendo inclusive reprimir as infrações a tais leis e regulamentos'. (BRASIL, 1993)

Figura 1 – Limites marítimos



Fonte: Marinha do Brasil

Nas águas, no leito e no subsolo da ZEE, ainda de acordo com a norma jurídica, o Brasil exerce direitos de soberania “para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos... com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos”. Na Plataforma Continental, os direitos de soberania ficam restritos à exploração dos recursos naturais (minerais, não-vivos e organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias) presentes no leito e no subsolo.

Em 1989, foi criado o plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) com o objetivo de estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental (PC) do Brasil. Com base nos estudos realizados por este programa o governo brasileiro elaborou uma proposta de ampliação da PC e, em 2004, submeteu à apreciação da CLPC. O país busca o reconhecimento de uma área de, aproximadamente, 960.000 km² que, acrescentada aos 3,5 milhões km² de Mar Territorial e ZEE, constituiria um espaço marítimo que corresponde a 50% da extensão continental do Brasil (de cerca de 8,5 milhões km²).

A primeira demanda brasileira foi recusada em virtude de o órgão da ONU não considerar procedente a inclusão de cerca de 190.000 km² do total solicitado. O mapa abaixo assinala a localização das áreas requisitadas. As zonas que a CLPC

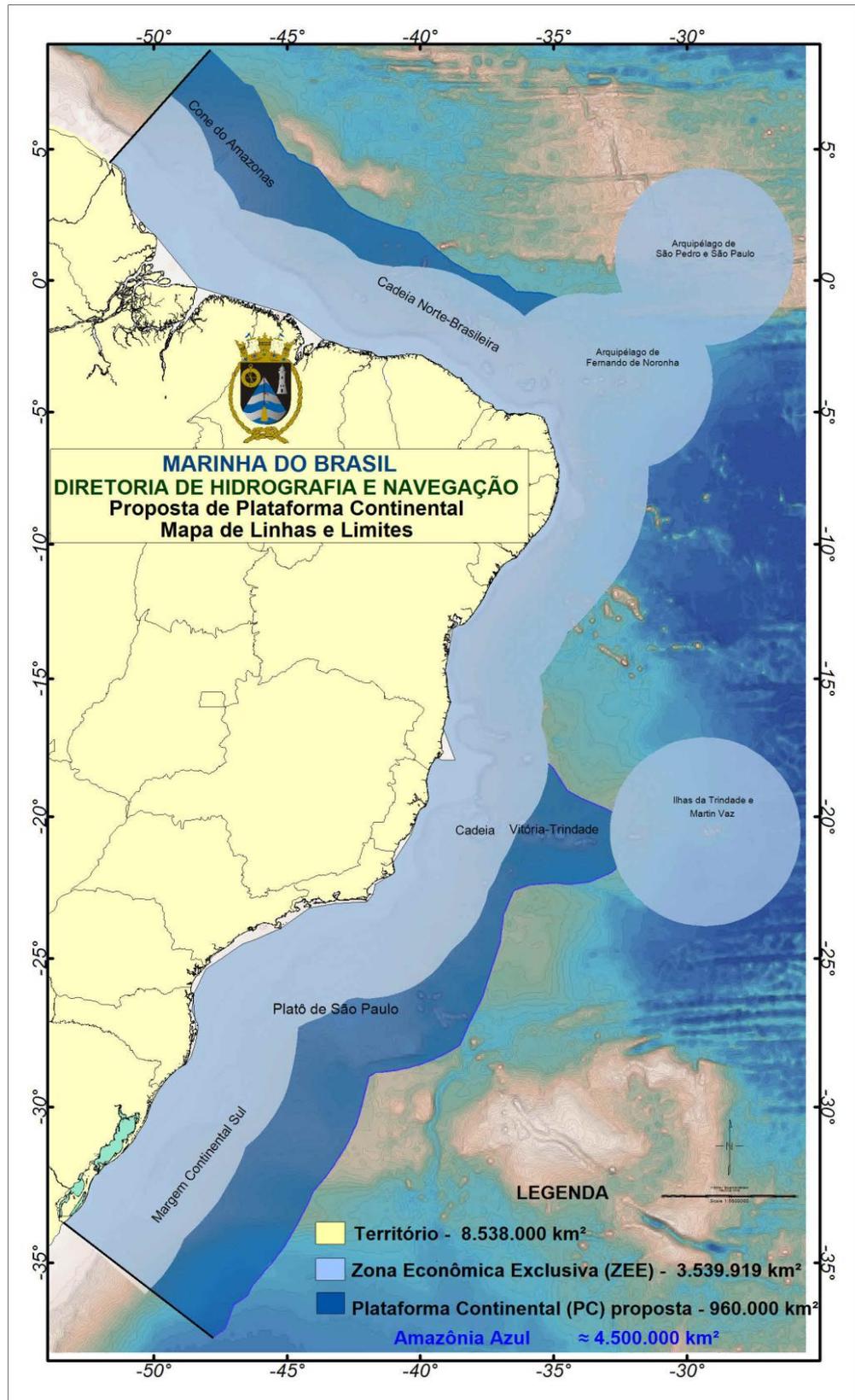
não concordou estão localizadas no Cone do Amazonas, nas Cadeias Norte Brasileira e Vitória-Trindade e na Margem Continental Sul. A região que abarcaria o “pré-sal”, no Platô de São Paulo, não foi questionada. Diante desta negativa, em 2009, o Brasil realiza uma nova proposta que, em suma, era uma defesa do projeto original. A CLPC manteve sua decisão e negou novamente. Em 2012, o Brasil insiste entregando outra proposta²¹.

Em 2009, a Argentina também apresentou à CLPC um relatório solicitando a extensão de sua plataforma continental. Para elaborar a proposta, o país criou, em 1997, a Comissão Nacional de Limite Exterior da Plataforma Continental (Copla), composta por uma equipe técnica intergovernamental. A aprovação do relatório acrescentaria cerca de 1.800 milhões km² à área marítima argentina, o que representaria uma ampliação de mais de 35%, de quase 4.800.000 km² para cerca de 6.500.000 km². No entanto, parte da área solicitada é espaço marítimo adjacente aos territórios em disputa com a Inglaterra: Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul, além da zona antártica. Desta forma, a concordância com a proposta argentina está condicionada à resolução destes pleitos em outras instâncias internacionais. Em 2012, assim como o Brasil, diante da reprovação da CLPC, a Argentina apresentou novo relatório que também aguarda avaliação.

Os mapas 6 e 7 a seguir, mostram as áreas marítimas reivindicadas pelo Brasil e pela Argentina, respectivamente.

²¹ Foi emitida recentemente pela CIRM uma resolução que estabeleceu que o Brasil tem o direito de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisas na sua plataforma continental além das 200 milhas, ainda que o seu limite exterior não tenha sido definitivamente estabelecido. Isso está previsto nos Artigos 76, 77 e 246 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Mapa 6 – Plataforma Continental Brasileira

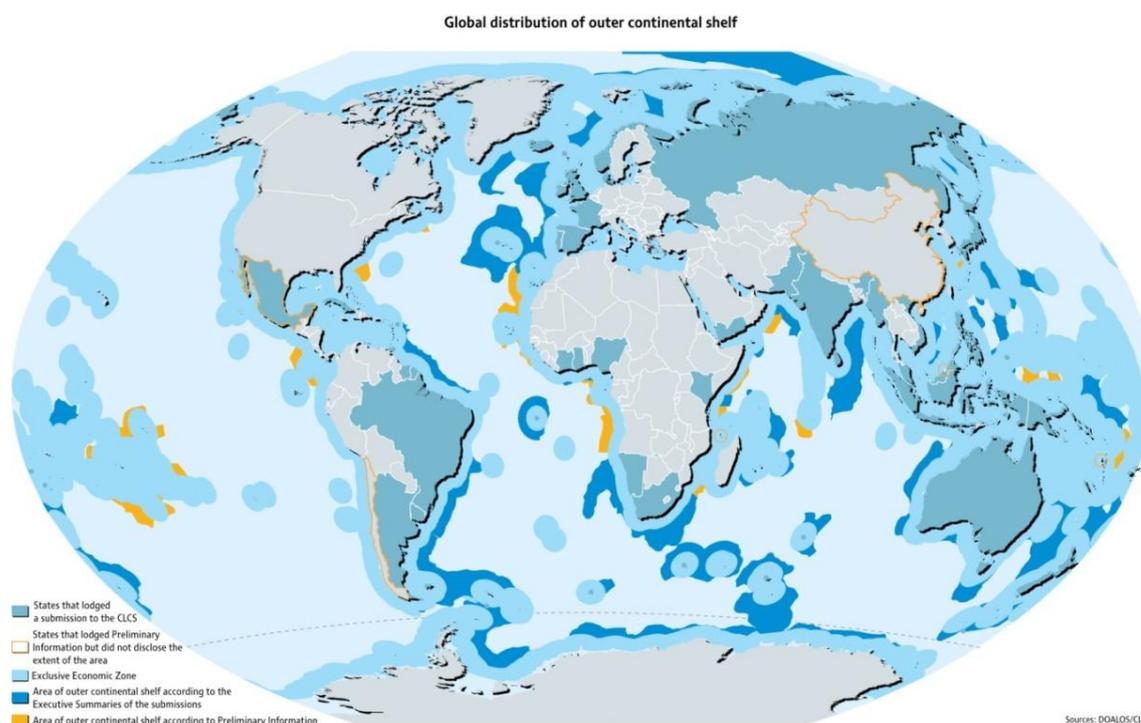


Fonte: Marinha do Brasil

Em toda a costa sul-atlântica há outros 6 países que solicitaram, em 2009, a ampliação de suas plataformas continentais. Ainda na América do Sul, o Uruguai requer a incorporação de 90.000 km² ao seu território marítimo. Do lado africano, a Namíbia pede reconhecimento de cerca de 1 milhão de km²; a África do Sul, de 1.130 milhões km²; a Nigéria, de 8.000km²; Gana; de 15.000 km²; e Côte d'Ivoire, de 15.000 km².

No mapa a seguir, podemos observar destacado em azul escuro as áreas requeridas pelos países que apresentaram submissões ante a CLPC.

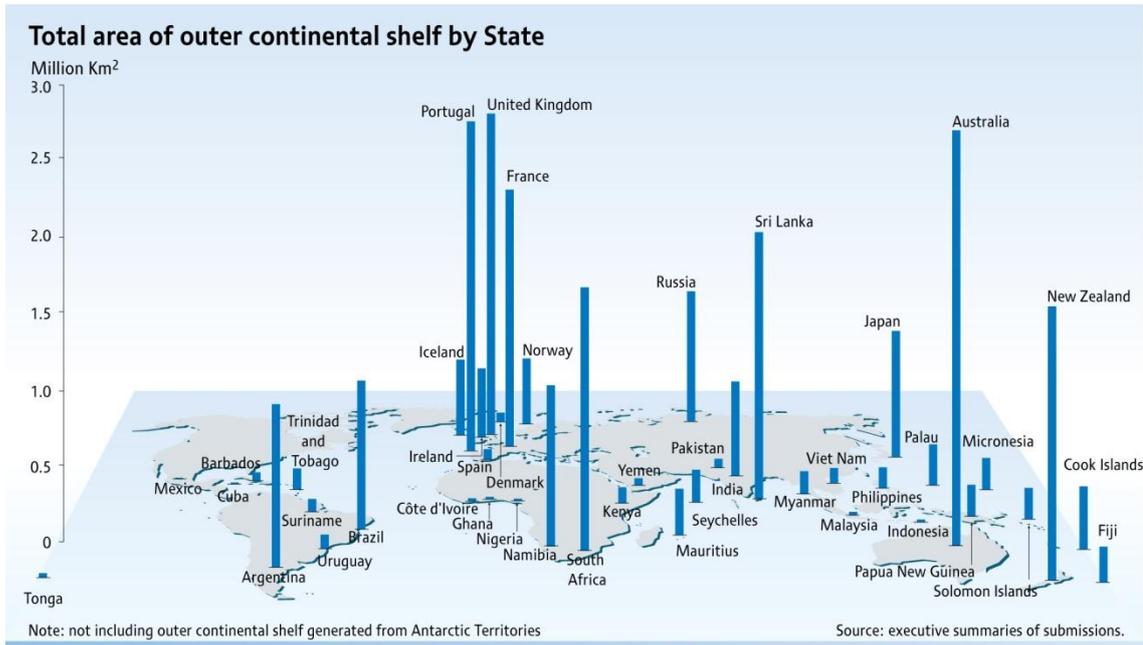
Mapa 8 - Distribuição global da Plataforma Continental Exterior



Fonte: GRID-Arendal / United Nations Environment Programme (UNEP)

No gráfico abaixo, as áreas solicitadas estão identificadas por país. É interessante notar como as requisições apresentadas pelo Brasil, Argentina, África do Sul e Nigéria estão entre as mais amplas no mundo. Cabe observar também as elevadas demandas realizadas pela Inglaterra, França, Rússia e Japão. Estes são dados úteis para a nossa análise posterior sobre a atuação de grandes potências e alguns países emergentes em relação aos recursos marinhos.

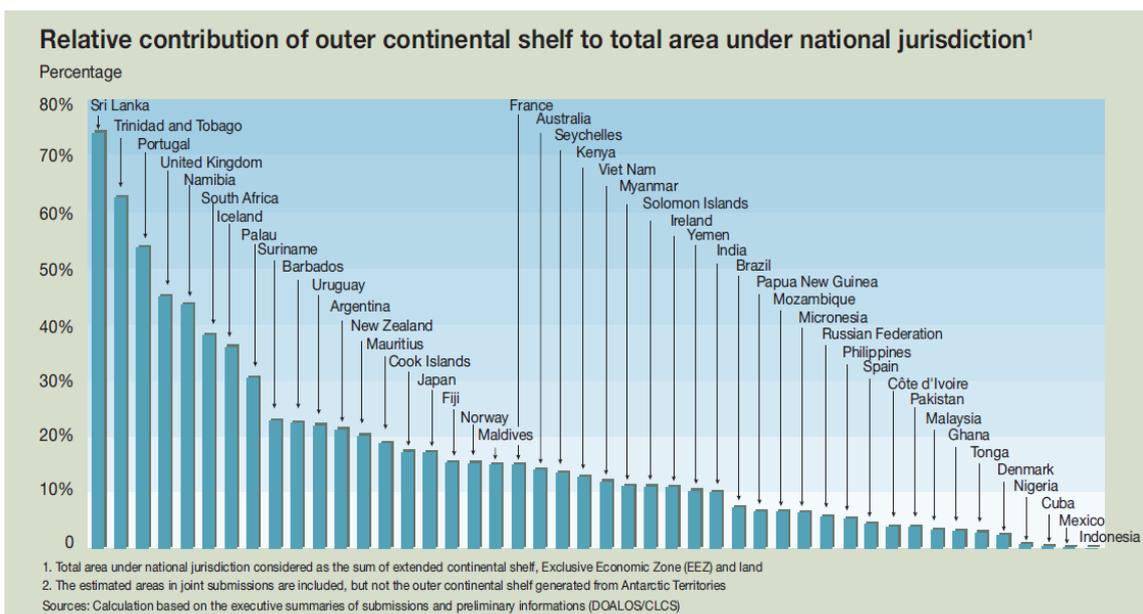
Figura 2 - Área total da Plataforma Continental Exterior por estado



Fonte: GRID-Arendal / United Nations Environment Programme (UNEP)

Outro gráfico interessante elaborado por UNEP/GRID-Arendal (2011), com base nos dados divulgados pela Divisão das Nações Unidas para Assuntos do Oceano e Direito do Mar (DOALOS), mostra o acréscimo relativo das solicitações à área total sob jurisdição nacional.

Figura 3 - Contribuição relativa da extensão da PC à área marítima nacional



Fonte: GRID-Arendal / United Nations Environment Programme (UNEP)

Até 1982, um dos temas que mais gerou obstáculos para a concretização de acordos a foi a regulamentação das atividades de exploração dos recursos marinhos presentes na Área. A polêmica que dividia as opiniões e impedia o consenso era quem teria direito a explorar as riquezas das áreas internacionais: qual seria o principal ator a executar as atividades de mineração e quem seriam os beneficiados. Segundo Souza, formaram-se dois grupos, de um lado estavam os países menos desenvolvidos que se posicionavam a favor da outorga de amplos poderes a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)²² na “regulamentação da mineração na Área, atendendo aos interesses dos países produtores terrestres dos metais encontrados nos nódulos polimetálicos”. Do outro lado, estavam os Estados Unidos, o Japão e a Comunidade Europeia defendendo, desde uma perspectiva liberal, “um sistema paralelo, segundo o qual partes da Área seriam reservadas à exploração em regime internacional, pela Autoridade, e outras partes seriam livres para exploração direta e em benefício próprio”. O autor destaca que,

Na ocasião foram aprovadas a limitação da exploração na Área e a divisão equitativa dos benefícios, o que gerou um impasse nas negociações. Impasse este que resultou em um novo texto enfatizando a necessidade de se fortalecer a economia mundial e aumentar a disponibilidade de recursos minerais. Acabou-se optando por um sistema paralelo de exploração a ser feito tanto pela Autoridade, por meio da Empresa²³, quanto pelos Estados, com regras de limitação da produção e de proteção aos países em desenvolvimento, um mecanismo antimonopólio e a revisão do sistema após um certo prazo. (SOUZA, 2007, p.15)

A conferência de Montego Bay é considerada um grande avanço nas negociações para implementação das normas de exploração dos fundos oceânicos. No entanto, antes que o acordo entrasse em vigor em 1994, os países com recursos financeiros e alta capacidade de mineração oceânica seguiram atuando em prol de seus interesses buscando adaptar o conteúdo da Parte XI do anexo III da CNUDM – que se refere à exploração na Área²⁴. Hoje, conforme aponta Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (2011, p.51)

A exploração e o aproveitamento dos recursos da Área podem ser realizados pela Autoridade sob duas formas: execução direta, por intermédio da Empresa, que pode atuar isoladamente ou em parceria com estados membros (*joint ventures*), ou através do regime de concessões,

²² A Autoridade é uma entidade de caráter supranacional encarregada da supervisão e gestão das atividades na Área em prol do no interesse da humanidade. Foi criada em 1994, quando a CNUDM entrou em vigor, mas entrou em funcionamento apenas em 1996.

²³
²⁴ Neste anexo constam as regras para a prospecção, exploração e aproveitamento dos recursos minerais e de Nódulos Polimetálicos na Área, aprovado em 2000, aplicável a qualquer entidade que pretenda explorar os fundos oceânicos.

onde estados participantes ou suas empresas, públicas ou privadas, exercem as atividades em associação e sob a supervisão da Autoridade.

Para Souza, as alterações realizadas no texto original da Convenção representaram um grande retrocesso em relação ao acordo de 1982. O autor argumenta que as normas estabelecidas segundo o princípio de “patrimônio comum com justiça distributiva” foram ajustadas para satisfazer os interesses das grandes potências. Segundo o geólogo, atualmente há uma corrida internacional pela requisição de blocos de exploração na Área.

“nas últimas décadas, dezenas de empresas de mineração envolveram-se diretamente na prospecção de nódulos polimetálicos no leito marinho. Até o presente momento, quase 2.000.000km² de áreas de títulos de mineração já foram emitidos no Oceano Pacífico e no Oceano Índico para a exploração desses recursos. Outras áreas já estão sendo requisitadas no Oceano Índico para exploração de sulfetos polimetálicos. Tão logo a Autoridade conclua a elaboração de regulamentos internacionais para a exploração de crostas cobaltíferas, outras áreas de mineração também poderão ser requisitadas para a exploração desse recursos, aí se incluem áreas do Atlântico Sul, situadas em frente à Plataforma Continental Brasileira. Cabe ao Brasil tomar a iniciativa, de forma a garantir que os recursos minerais da Área adjacente à Plataforma Continental Jurídica Brasileira possa vir a constituir uma reserva estratégica para as futuras gerações brasileiras. (SOUZA, 2007, p.248)

Considerando o expressivo aumento do interesse sobre os recursos das zonas oceânicas internacionais, Souza e outros especialistas vêm apontando a necessidade do Brasil investir mais em pesquisa mineral na Área para viabilizar a requisição de blocos de exploração próximos à Plataforma Jurídica brasileira. Na opinião do geólogo esta deve ser considerada uma questão estratégica de elevado grau de importância, visto que estas zonas podem ser requisitadas por outros países, o que poderia implicar riscos para a segurança do país. Segundo Vaz (2011, p.65), “os países concessionários têm direito de criar ‘zonas de segurança’ em torno deles, suscitando assim barreiras para o trânsito de embarcações e dificultando potencialmente rotas marítimas de interesse do país no Atlântico Sul”.

Uma saída, de acordo com Souza, é aprofundar as relações entre os países limítrofes do Atlântico Sul através de convênios de cooperação em pesquisa e ciência e tecnologia. Para o autor,

O desenvolvimento de tecnologia marinha para a exploração e exploração em águas profundas representa um componente político-estratégico importante para os países que queiram ampliar sua influência para a área internacional dos oceanos.

As regras contidas na CNUDM se aplicam somente a exploração e aproveitamento de nódulos polimetálicos. Os regulamentos referentes aos sulfetos

polimetálicos e crostas cobaltíferas ainda estão em processo de elaboração. De acordo informações difundidas no site da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA)²⁵, apesar da ocorrência de nódulos polimetálicos em todos os oceanos, existem determinadas especificações que caracterizam as áreas de mineração que podem ser aproveitadas.

However, not all nodule fields are eligible for mining. Several attempts were made to calculate the probable resources for future development. These approaches started by determining the number of mine sites that the world's oceans could accommodate. A mine site was defined as a portion of the seabed where a commercial operation could be maintained for 20-25 years with a production of 1.5 to 4 million tonnes per year of "good nodules. (IBSA, s.d.)

Atualmente, as minas que atendem estas condições estão localizadas nos oceanos Pacífico e Índico.

Nodules have been found in all the oceans and even in lakes. However, nodules of economic interest are more localized. Three areas have been selected by industrial explorers: the centre of the north central Pacific Ocean, the Peru Basin in the south-east Pacific Ocean and the centre of the north Indian Ocean. (IBSA, s.d.)

Como observamos no mapa 3, praticamente não há incidências deste composto mineral no Atlântico Sul. Viabilizar a atividade de mineração destes recursos no Atlântico Sul demandaria primeiro um esforço por detectar áreas consideradas exploráveis pela Autoridade. Dois programas impulsionados pelo Estado brasileiro ganham destaque neste sentido. Um é o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), criado em 1997. Este projeto tem como propósito:

"avaliar a potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), através da caracterização do meio físico, da avaliação dos recursos minerais, da identificação e detalhamento de áreas de relevante potencialidade mineral, do levantamento de informações geológicas para a gestão integrada da plataforma e da zona costeira e na indução de atividades de pesquisa que contemplem o desenvolvimento tecnológico e a inovação aplicada à exploração de recursos minerais marinhos." (CAVALCANTI, 2011, p.54)

O outro projeto, criado em 2009, é o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA). Os objetivos deste programa são similares às do REMPLAC, porém aplicados à zona marítima internacional. Diversos especialistas assinalam que, apesar destes esforços, estes projetos demandam mais investimentos para tenham

²⁵ Sigla do nome em inglês *International Seabed Authority*.

um resultado efetivo. Para Leite (2010, p.138), faltam equipamentos, navios de pesquisa e técnicos qualificados para nas áreas bioprospecção e recursos minerais.

1.5. O posicionamento estratégico do Brasil no Atlântico Sul

Exploramos até o momento alguns aspectos físico-políticos do Atlântico Sul que ressaltam sua importância como via de comunicação comercial e como fonte de riquezas naturais com potencial para aproveitamento econômico. Mas ainda nos faltou destacar alguns elementos estratégicos, essencialmente relacionados à segurança e defesa, também determinados por fatores geográficos.

Ao abordar este assunto, Therezinha de Castro recapitula algumas formulações do geoestrategista Alfred Mahan, cujas teorias a respeito do poder marítimo tiveram, no início do século XX, grande influência nas políticas de expansão das grandes potências mundiais e, em especial, dos Estados Unidos.

Daí Mahan, em suas considerações estratégicas sobre o Poder Marítimo haver destacado que o valor militar de um posicionamento naval depende “de sua situação, de sua força e de seus recursos”. Das três, continua, “a primeira é a de maior importância, pois resulta da natureza das coisas; enquanto as duas últimas, quando deficientes, podem ser providas artificialmente de modo, total ou parcial. As fortificações remediadas as debilidades de uma posição, a previsão acumula de antemão os recursos negados pela natureza. Porém, não está na faculdade humana mudar a situação geográfica de um ponto localizado fora do limite de efeito estratégico. (CASTRO, 1999, p.15)

Em outras palavras, a posição geográfica – a “situação” determinada pela “natureza das coisas” – é o condicionante de maior importância segundo Mahan. A este respeito, o pensamento geopolítico brasileiro²⁶ assinala que o Brasil possui vantagens estratégicas: posiciona-se no saliente oriental da América do Sul, com fachada tanto para o Hemisfério Norte quanto para o Sul e cujo ponto mais protuberante forma a zona de estrangulamento (Natal/Dakar) do Atlântico. Para a maioria dos geopolíticos brasileiros, a posição geoestratégica do Brasil imputa ao país um papel decisivo na defesa e segurança da América do Sul e do Atlântico Sul. O posicionamento do território brasileiro proporciona amplas possibilidades de projeção militar (defensiva ou ofensiva) ao país e, também, pode servir de via de acesso para estratégias de expansão de outros Estados. No contexto da Guerra-Fria, Meira Mattos (1975, p.75) faz a seguinte conjectura:

26 Goubery do Couto e Silva, Meira Mattos, Therezinha de Castro.

A estratégia de conquista do nosso hemisfério por uma potência militar europeia ou asiática impõe, como preliminar, a ocupação de bases na vertente atlântica da África. A estratégia de conquista dos Estados Unidos, por sua vez, por potências europeias ou asiáticas que utilizassem essa mesma “via de acesso” – saliente oeste africano, nordeste brasileiro, arco continental envolvendo o Caribe – imporia, como premissa, na parte que nos toca, a ocupação das regiões nordeste e norte de nosso território.

Se por um lado, a grande extensão territorial do Brasil, a maior entre os Estados sul-atlânticos, permite uma enorme capacidade de mobilidade militar, por outro lado, demanda um enorme esforço de defesa. Há varias décadas, já é consenso entre as forças armadas brasileiras considerar a África perímetro de segurança nacional. Já nos anos 70, o general Meira Mattos destacava a importância do continente africano “por sua posição de base intermediária para as ações militares entre a América e a Eurásia” (MEIRA MATTOS, 1975, p.75). Hoje, a necessidade de estreitar os laços entre a América do Sul e a África se faz ainda mais patente se tomamos em conta a dimensão de uma ameaça externa pode ter depois dos extraordinários avanços tecnológicos obtidos na área da indústria bélica até os dias atuais.

Uma política de segurança e defesa que garanta uma participação ativa e condizente com as necessidades que se impõem no Atlântico Sul demanda, principalmente do Brasil, um olhar estratégico sob as ilhas sul-atlânticas. Segundo Castro (1999), as ilhas atlânticas, que durante o século XVI se tornaram “linhas vertebrais” da expansão ibérica, hoje são verdadeiros “trampolins de valor estratégico”. Conforme apontava o geopolítico norte-americano Alfred Mahan, estabelecer pontos de controle – que permitam não só ampliar o poder de defesa do território nacional, mas também assegurar suas linhas vitais de comunicação marítima – era uma estratégia imprescindível às nações com grande vocação marítima. Esta foi e continua sendo a estratégia da Inglaterra que tem a posse das ilhas que formam dois dos três “triângulos geoestratégicos” mais importantes no Atlântico Sul, conforme define Castro.

Mapa 9 – “Triângulos geoestratégicos” no Atlântico Sul



Fonte: CASTRO, Therezinha (1999)

Como podemos ver no mapa acima, apenas um dos triângulos não é inteiramente conformado por territórios ingleses. Este, mais próximo a América do Sul, é composto por possessões brasileiras (Fernando de Noronha, Ilha de Trindade) e as Malvinas – ocupada pela Inglaterra, porém de soberania contestada pela Argentina. Os outros dois “triângulos geoestratégicos” são domínios britânicos: um, formado por Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, é base de apoio essencial na Rota do Cabo; e outro, composto por Gough, Shetlands, Geórgias e Sandwich do Sul, se interpenetra nos outros dois “trampolins insulares”. Duas bases militares de grande porte, equipadas para operações aéreas, estão localizadas nas ilhas Ascensão e Malvinas, esta última é a maior no Atlântico Sul.

Também é importante ressaltar que a área onde se localiza a América do Sul e o Atlântico Sul é considerada, conforme apontado na obra de Nicholas Spykman,

zona de influência e perímetro de segurança nacional dos EUA, potência líder do sistema interestatal. A ação geoestratégica proposta pelo geopolítico estadunidense sugere ao Estado americano estabelecer bases militares em Natal, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, o que foi feito durante a II Guerra Mundial.

Atualmente, considerando o entorno sul-atlântico, os EUA, além de possuir bases em todo o Caribe, Atlântico Norte e continente americano, também contam com as bases militares dos países da OTAN localizadas no Atlântico Sul e na costa ocidental africana. Além da presença norte-americana, as ex-metrópoles Inglaterra e França ainda possuem territórios sul-atlânticos que consistem em pontos estratégicos para possíveis operações militares.

Outro aspecto, recordado por Castro (1999, p.15), que ressalta a importância do Brasil no âmbito regional do Atlântico Sul, é o fator psicossocial. Para a historiadora e geógrafa, a tendência marítima herdada de Portugal fez do país um forte ator na zona sul-atlântica. Esta característica também é destacada na obra de Meira Mattos:

Os estímulos marítimos do espaço brasileiro manifestaram-se desde os primeiros dias de nossa história. Pelo mar recebemos os colonizadores portugueses. Pelo mar transitou o nosso primeiro comércio de pau-brasil, e depois, do açúcar e do café. Pelo mar evadiu-se o ouro das minas gerais. À beira do mar se formaram nossos primeiros núcleos de população e através do mar dele se comunicaram. Por quatrocentos anos foi o mar o nosso único pulmão, nossa principal via de comunicação interna e externa. Ainda hoje é o mar o vínculo de quase a totalidade de nosso comércio exterior. E não nos espantemos se nossa procurada auto-suficiência de petróleo vier do fundo do mar. (MEIRA MATTOS, 1984, p.131)

No entanto, o geopolítico aborda este tema chamando a atenção para a necessidade de o Estado brasileiro explorar todas as potencialidades que o país possui, tanto a marítima como a continental, para que haja um desenvolvimento efetivo.

O atlântico tem sido e ainda é nossa principal artéria econômica. Por isto, talvez, por tanto tempo, esquecemo-nos de que éramos um subcontinente, e que precisávamos também desenvolver as forças de nossa continentalidade. Combinando o aproveitamento pleno de nossas potencialidades marítimas e continentais é que alcançaremos a pujança de nosso destino geopolítico (MEIRA MATTOS, 1984, p.131)

No capítulo seguinte, abordaremos mais detalhadamente a dualidade maritimidade *versus* continentalidade revisitando algumas reflexões a respeito do processo histórico que determinou as diferentes tendências geopolíticas na América do Sul.

CAPÍTULO 2 – O ATLÂNTICO SUL COMO REGIÃO GEOPOLÍTICA ESTRATÉGICA

2.1 A incorporação do Atlântico Sul ao Sistema Interestatal Capitalista

Julgamos conveniente iniciar este capítulo com um exame prévio de aspectos histórico-estruturais do contexto em que o Atlântico Sul passa a integrar o sistema europeu. Ao fazermos isso, expomos também alguns fundamentos da linha teórica realista das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional que permeia nossa análise como um todo. Neste tópico buscaremos apresentar a expansão atlântica como um fenômeno que se produziu em razão de características estruturais do sistema em formação na Europa. A ideia principal que pretendemos desenvolver aqui é a de que o Oceano Atlântico estreia no sistema interestatal capitalista como instrumento de expansão de poder de alguns Estados europeus durante o século XV.

José Luis Fiori, teórico cuja obra aborda o processo de formação do sistema mundial moderno, assinala que, na primeira metade do milênio passado, formou-se uma dinâmica fortemente competitiva de relação de poder entre inúmeras unidades político-econômicas dentro do bastante reduzido universo europeu. Segundo o autor, em discordância com as abordagens economicistas tradicionais, o ímpeto por acumular poder teria sido o fator originário desta dinâmica e do sistema capitalista²⁷. Tendo um “poder soberano” (P1) dado o primeiro passo em direção à expansão de seu poder, foi posto em marcha um vicioso mecanismo de competição entre os diversos “poderes soberanos” (P2, P3,...). Pois estes, interpretando o movimento expansivo de P1 como uma ameaça à própria sobrevivência, realizavam, em resposta, um movimento contraofensivo recíproco.

O poder político é fluxo, mais que do que estoque. Para existir precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato de conquista é a força originária que instaura e acumula poder. Desse ponto de vista, a conquista é um movimento de expansão de um “poder soberano” (P1) que acumula mais poder (>P), sobretudo por meio da guerra contra outros poderes soberanos (P2). (...) Toda relação de poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesma. Em primeiro lugar, pelo lado dos súditos (S), (...). E, em segundo lugar, pelo lado dos demais poderes soberanos (P2, P3...), que resistem à expansão do poder P1, ambicionando

²⁷ A força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação de poder” (FIORI, 2007, p.16)

expandir seu próprio poder. Nesse sentido, a “pressão competitiva do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os “poderes soberanos” precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem. (FIORI, 2007, p.18,19)

Além de ser um fator constitutivo do processo de formação do sistema internacional, conforme aponta Fiori, esta dinâmica competitiva se tornou uma característica estrutural essencial de seu funcionamento. O norte-americano John J. Mearsheimer, acadêmico da área das Relações Internacionais da corrente teórica do “realismo ofensivo”²⁸, discorre sobre este tema destacando que a competição deriva da busca pela sobrevivência dentro do sistema interestatal.

Os Estados no sistema internacional também desejam garantir sua própria sobrevivência. Como os outros Estados constituem ameaças potenciais e não existe nenhuma autoridade superior para os socorrer (...), não podem depender de outros para defender a sua própria segurança. Cada Estado tende a ver a si próprio como vulnerável e isolado e, por conseguinte, deseja prover a sua própria sobrevivência. Na política internacional, Deus ajuda os que se ajudam a si próprios. (...) Apreensivos em relação às intenções últimas de outros Estados e conscientes de que operam num sistema de auto-ajuda, os Estados rapidamente percebem que a melhor forma de assegurarem a sua sobrevivência é serem o Estado mais poderoso no sistema. Quanto mais poderoso um Estado for relativamente aos seus rivais potenciais, menos provável será que qualquer um deles o ataque e ameace sua sobrevivência. (MEARSHEIMER, 2007, p.46,47)

Desta forma, sendo a expansão a condição indispensável à própria preservação, e sendo a conquista a realização prática do ato de expansão, armar-se para a guerra tornou-se uma necessidade vital a todas as unidades de poder. Segundo Fiori (2007, p.18), a guerra e a preparação para a guerra transformaram-se em “atividades crônicas” dentro deste sistema. Seguindo esta linha de argumentação, diversos autores destacam a guerra como a força motriz da expansão ibérica do século XV. Para Fiori,

A lógica implacável desta competição obriga, portanto, que todas as unidades de poder envolvidas participem de uma corrida armamentista permanente, em nome da paz. Todos têm que se armar e expandir para preservar a segurança, a paz e a tranquilidade das suas populações. Nos séculos XIII e XIV, a acumulação de recursos de poder para inibir o ataque dos competidores passava, sobretudo, pela posse ou domínio de novos territórios, camponeses, alimentos e tributos. E, portanto, era a acumulação de recursos para a paz que empurrava os “príncipes” na direção da conquista de novos territórios, desde o momento em que se esgotaram as terras livres, produtivas e desabitadas. Do ponto de vista lógico, portanto, não há como fugir a conclusão implacável: a guerra foi a força ou a energia que impeliu e alimentou a expansão territorial das primeiras “unidades imperiais” de que fala Braudel. (FIORI, 2005 p.26, 27)

²⁸ Teoria que, segundo Mearsheimer, concebe a competição entre os Estados como uma característica estrutural do sistema e a busca permanente pela maximização do poder relativo o objetivo maior de todas as grandes potências. (MEARSHEIMER, 2007)

Paul Kennedy ressalta como a guerra criou as condições materiais e técnicas para que a expansão ibérica ocorresse. Para o historiador, o prolongado ambiente hostil incitou as unidades político-econômicas europeias a se lançarem em uma incessante busca por melhorias na arte da guerra, em especial na esfera marítima. Enquanto grandes impérios, como o chinês e o japonês, se voltavam para o fortalecimento de suas forças terrestres, os reinos europeus seguiam aprimorando sua indústria e ciência naval. Este aperfeiçoamento permitiu que a Europa fosse ganhando paulatinamente uma superioridade militar em relação às demais potências mundiais e conquistasse territórios cada vez mais distantes, ampliando sua rede de comércio para longas distâncias.

El aspecto más luminoso de esta creciente rivalidad comercial y colonial fue el aumento paralelo del conocimiento científico y tecnológico. Sin duda muchos de los progresos de la época fueron un efecto secundario de la carrera armamentista y la lucha por el comercio transoceánico, pero sus beneficios a largo plazo trascendieron su origen poco glorioso. Las mejoras en la cartografía, las cartas de navegación, los instrumentos nuevos como el catalejo, el barómetro y el compás de suspensión, así como los mejores métodos en la construcción de barcos ayudaron a hacer de la travesía marítima una forma de viaje menos impredecible. (...) Las especialidades metalúrgicas y, de hecho, la industria del hierro en su totalidad hicieron rápidos progresos, al igual que las técnicas de minería en profundidad. (...) El efecto acumulativo de esta explosión de conocimiento aumentaría aún más la superioridad tecnológica -y por consiguiente militar- de Europa. (KENNEDY, 2006, p.65)

Fiori considera que a expansão ibérica para fora do perímetro europeu corresponde a um momento de alargamento das fronteiras do sistema altamente competitivo que se formou na Europa. Tal fato histórico é considerado como um movimento expansivo que teria sido resultado de uma intensificação da “pressão competitiva” entre as diversas unidades de poder.

O aumento da “pressão competitiva” foi provocado quase sempre pelo expansionismo de uma ou várias “potências” líderes (...). E a “explosão expansiva” que se seguiu projetou o poder destas unidades ou “potências” mais competitivas para fora de si mesmo, ampliando as fronteiras do próprio universo. A primeira vez que isso aconteceu foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. (...) A segunda vez que isto ocorreu foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. (...). É o momento em que nascem os primeiros Estados europeus, com suas economias nacionais e com uma capacidade bélica muito superior à das unidades soberanas do período anterior. Foi a “explosão expansiva” deste embrião do sistema interestatal europeu – para fora da própria Europa – que deu origem ao “sistema mundial moderno”. (FIORI, 2007, p.23)

Para o autor, deste segundo momento de “explosão expansiva” haveria nascido o sistema mundial moderno. Fiori (2007, p. 44,45) destaca a iniciativa portuguesa como o marco inaugural da conformação do sistema interestatal capitalista.

Seu primeiro passo foi dado por Portugal, ao tomar Ceuta dos Muçulmanos, no norte da África em 1415. Menos de um século depois, os europeus já se consideravam no direito de repartir o mundo, definindo, na cidadezinha de Tordesilhas, o que foi de fato a primeira “ordem mundial europeia”. (...) Movimento expansivo – político e econômico – que acompanha a história do desenvolvimento capitalista e que se tornou uma dimensão constitutiva do sistema mundial moderno.

Em 1415 – quase um século e meio após concluir sua formação territorial com a incorporação de Algarve (1267) –, Portugal torna-se o pioneiro da expansão marítima moderna ao conquistar Ceuta, cidade situada na margem africana da desembocadura do Estreito de Gibraltar. A partir de então, os portugueses se lançam em águas atlânticas e empreendem a conquista de um vasto território colonial. Até o final do século XV, já tinham incorporado ao seu domínio a Ilha da Madeira, Açores e ilhas e regiões da costa oeste africana (Cabo Bojador, Cabo Verde, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, etc).

O historiador Fernand Braudel (2009) disserta sobre o pioneirismo marítimo português retomando duas linhas de explicações para este fenômeno, a “tradicional” e as “novas”. A versão tradicional põe o foco nas condições geográficas favoráveis de Portugal. Neste sentido, a geógrafa e historiadora Therezinha de Castro destaca que, uma vez consolidada a sua extensão,

Transforma-se, então, o espaço geográfico português num retângulo paralelo ao Atlântico, onde os estuários dos rios ofereciam bons abrigos. A posição geográfica do país e a relativa pobreza do solo levariam os portugueses, à semelhança dos fenícios da antiguidade e genoveses-venezianos medievais, a procurar no mar complemento para a sua subsistência; daí se terem transformado num povo pescador. (CASTRO, 1994, p.108)

Sem anular o fator geográfico, as versões “novas”, segundo Braudel, sugerem que – tendo Lisboa se constituído, a partir do século XIII, passagem obrigatória dos principais circuitos comerciais marítimos e importante praça de intercâmbio internacional – Portugal havia se tornado uma potência político-econômica que precisava se expandir. O historiador considera que, embora, no fim do século XIV, Portugal ainda não tivesse reunido todos os atributos de um Estado “moderno”, a conquista da África e das ilhas atlânticas teria sido obra de uma já delimitada

unidade nacional. Prova disso, para Braudel (2009, p.125), seria a coerência do espaço econômico que o império português foi constituindo conforme que sua expansão avançava:

As coisas ficam mais claras depois dos primeiros êxitos da expansão portuguesa, a partir do momento em que ela se apoderou da margem útil da África Negra, desde o cabo Branco até a foz do Congo, isto é, entre 1443 e 1482. Além disso, com a ocupação da Madeira em 1420, a redescoberta dos Açores em 1430, a descoberta das ilhas de Cabo Verde em 1455, de Fernando Pó e São Tomé em 1471, constituiu-se um espaço econômico coerente em que o essencial é a exploração do marfim, da malagueta (...), do ouro em pó (...) e do comércio de escravos.

Em suma, as reflexões dos diferentes pensadores que apresentamos até aqui confluem para a ideia de que o Atlântico Sul passou a integrar o mundo moderno à medida que se tornou uma ferramenta útil para o acúmulo de poder de unidades político-econômicas que buscavam encontrar meios de se expandir e, assim, sobreviver dentro do competitivo sistema europeu.

Apesar de o passo inicial ter sido dado por Portugal, durante o século XVI foi a Espanha quem mais explorou o Atlântico Sul. Os espanhóis logo encontraram em suas colônias americanas metais preciosos que eram de importância vital para financiar as guerras em defesa dos domínios do Império Habsburgo na Europa. Já os portugueses, voltados para o fortalecimento de seu controle sobre a rota das Índias, praticamente limitaram sua atuação na costa atlântica africana. Até por volta de 1550, o Novo Mundo apenas provia os portugueses de Pau-brasil, uma mercadoria de baixo valor quando comparada ao lucro das especiarias. Só a partir da segunda metade do século XVI é que Portugal, com o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil, passou a explorar um pouco mais as águas atlânticas em direção a América.

Estas diferenças determinaram estratégias de colonização distintas em terras americanas. Conforme aponta Castro (1994, p.109), “o vasto império ultramarino que os portugueses construíram até o século XVI, ocupando territórios na África, Ásia e América, nada mais seria do que uma obra de geoestratégia comercial, com base no poder marítimo”. Por este motivo, enquanto os espanhóis buscavam conquistar militarmente a maior extensão territorial possível, os portugueses se instalaram em uma estreita faixa ao longo da costa brasileira.

Como os fenícios e cartagineses da antiguidade, os portugueses ficavam no litoral sem atingir o interior. Suas colônias nada mais eram do que feitorias destinadas ao comércio; não podiam realizar o povoamento tão disseminado com a metrópole pequena e pouco povoada. Por tal razão seu

poderio colonial durou pouco; já, em fins do século XVI, os holandeses se haviam apoderado de seus poderosos estabelecimentos na zona das especiarias de Sumatra e Java. (CASTRO, 1994, p.143)

Para a historiadora, sendo o comércio a diretriz principal da estratégia de expansão de Portugal, por bastante tempo o território colonial português consistia praticamente em estabelecimentos comerciais concentrados no litoral. Segundo o historiador, tal orientação geopolítica postergou a efetiva colonização do Brasil.

Embora Lisboa tenha suplantado as cidades italianas, transformando-se, em meados do século XVI, no entreposto comercial europeu das especiarias, o fenômeno de expansão não corresponde ao de colonização, que se limitou, por muito tempo, ao estabelecimento de feitorias litorâneas, escolhidas de preferência em pontos estratégicos para as comunicações com o interior. Esta feição caracterizou em quase um século a ocupação e colonização periférica do Brasil. (CASTRO, 1994, p.144)

Somente um século depois dos espanhóis, quando começaram a perder a supremacia no comércio das especiarias e seus domínios na costa africana, os portugueses se voltaram para a América e passaram a dedicar-se à conquista das zonas interiores. Segundo Castro (1994, p.143), “pode-se, pois, dizer que, enquanto desaparecia o império ultramarino português nos quatro cantos do Mundo, crescia o espaço português na América, ampliando-se o Estado do Brasil”.

Para a autora, as diferentes estratégias de expansão de Portugal e Espanha são produto de tendências geopolíticas divergentes que ainda hoje determinam o caráter psicossocial de suas ex-colônias. Enquanto Portugal havia se transformado em uma unidade territorial coesa que se projetava para fora de suas fronteiras por meio do mar e com o objetivo primordial de ampliar sua rede de comércio, a Espanha, uma federação de reinos comandados por Castela, buscava consolidar sua hegemonia sobre a Europa e se expandir em direção a Península Itálica. Transpondo para a América a tendência marítima dos portugueses e a continental dos espanhóis,

Enquanto o bandeirante conquistava o Brasil aproveitando o curso dos rios, não desprezando o bojo de uma canoa, o território espanhol era desbravado pela pata do cavalo, pois o navio era para o castelhano ou extremadureño mais uma prisão do que uma redenção. A personalidade da aventura que o mar forjou no português moldou o espírito Bandeirante; o instinto militar que a terra deu ao espanhol, impôs-lhe a personalidade conquistadora-guerreira. (CASTRO, 1994, p.119)

De acordo com Braudel (2009, p. 22), esta inclinação continental fez com que a Espanha desperdiçasse a sua verdadeira chance de afirmar-se como potência predominante na Europa e no mundo.

Num momento em que a Espanha, politicamente, dominava a Europa, Felipe II conquistou Portugal (1580) e instalou seu governo em Lisboa, onde residirá durante quase três anos. Lisboa adquiriu enorme importância. De frente para o oceano, é o lugar ideal para se controlar e dominar o mundo. (...) Sair de Lisboa, em 1582, era abandonar uma posição onde se dominava a economia do império para encerrar a força espanhola no coração praticamente imóvel de Castela, em Madri. Que erro!

O historiador ressalta que naquela época já existiam estratégias que podiam advertir o rei espanhol sobre a importância do mar nas políticas expansionistas de um Estado.

Na época de Felipe IV ainda se encontravam intercessores para recomendar ao Rei Católico que realizasse o “velho sonho português” de transferir de Madri para Lisboa o centro de sua monarquia. “A nenhum príncipe o poder marítimo importa tanto quanto ao da Espanha”, escreve um deles, “pois só pelas forças marítimas se criará um corpo único com tantas províncias tão afastadas umas das outras”. Retomando a mesma ideia, em 1638, um escritor militar antecipa a linguagem do Almirante Mahan: “O poder que mais convém às armas da Espanha é o que se situa no mar...” (BRAUDEL, 2009, p.23)

A tradução da continentalidade espanhola para o território americano foi uma rápida ocupação por meio das armas de uma extensa área de sul a norte da América. No entanto, colonizar e manter tão vasto domínio unificado tornou-se tarefa impraticável, ainda mais se considerarmos que os espanhóis enfrentavam a geografia pouco propícia da Cordilheira dos Andes e populações nativas com elevado grau de organização e militarização. Já a maritimidade dos portugueses os conduziu a ocupar e colonizar uma estreita área ao longo do litoral sul-americano que, posteriormente, possibilitou uma expansão sólida, por meio de expedições, em direção ao interior do continente.

No cenário internacional, se afirmavam duas grandes potências, a Inglaterra e a França, também com tendências geopolíticas opostas: a primeira, mais marítima; e a segunda, mais continental. Castro (1994, p.115) observa que, “no complexo jogo da maritimidade *versus* continentalidade, Espanha, Portugal, França e Inglaterra são justamente as potências que dividirão o continente americano, conquistando-o ou colonizando-o”. Castro argumenta que, do mesmo modo que o Brasil herdou a maritimidade de Portugal, os Estados Unidos também a herdaram da Inglaterra. A geógrafa faz, inclusive, um paralelo entre as políticas de ocupação dos dois países:

Vemos, pois, que o processo de ocupação entre os Estados Unidos e o Brasil apresenta semelhança; em ambos a colonização precedeu a conquista do *hinterland*; tanto no núcleo geohistórico estadunidense quanto no brasileiro, os principais núcleos urbanos são marítimos ou pene marítimos. (CASTRO, 1994, p.136)

2.2 O mar no pensamento geopolítico clássico e o Atlântico Sul nas projeções de poder das grandes potências

Conforme vimos até agora, com a expansão ultramarina ibérica os oceanos tornaram-se importantes veículos de conquista de territórios supridores de matéria-prima e garantidores de posições estratégicas que asseguravam o controle de rotas vitais de comércio. O domínio dos mares passou a ser percebido como um valioso instrumento de acúmulo de poder. O controle de territórios além-mar possibilitava à metrópole: acessar fontes de matérias primas; escoar sua produção manufatureira; e controlar posições estratégicas importantes para garantir a segurança de sua marinha mercante e impedir ações expansivas de outras potências. Além disso, o acúmulo de recursos proporcionado pela expansão das atividades manufatureiras e comerciais também ampliava a capacidade dos Estados de financiar guerras.

As ideias sobre a importância do fortalecimento do poder militar naval para uma efetiva estratégia de expansão de alcance global aparecem, ao final do século XIX, sistematizadas nas teorias do almirante estadunidense Alfred Mahan, um dos precursores do pensamento geopolítico clássico. As formulações do autor, compendiadas na obra *A influência do poder marítimo na história* (1890), se basearam em estudos sobre o êxito da expansão britânica. Para o Almirante, a hegemonia da Inglaterra se consolidou baseada no que ele considerou como o modelo ideal de poder marítimo. De acordo com Leonel Itaussu de Almeida Melo (1997, p.15,16),

Mahan partia do princípio que o controle do mar era a chave para o domínio do mundo e, tomando em conta o paradigma da Inglaterra, analisou as condições que considerava essenciais ao poder marítimo de um Estado: a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, a grandeza numérica da população, o caráter nacional e a política de governantes.

Segundo Wanderley Messias da Costa (2008, p.69), “a abordagem inovadora de Mahan sobre o poder marítimo baseia-se numa concepção integrada de todas as atividades relacionadas ao mar”. Para Mahan, a marinha mercante das “potências militares agressivas” – termo que transpondo para a nossa linha de análise poderíamos traduzir como potências detentoras de um projeto de expansão – consistem na verdade em um braço da marinha de guerra. Uma nação com aptidões marítimas, para validar seu poder, devia buscar se estabelecer na rede de comércio global instalando “colônias” e “pontos de apoio” de importância econômica e

estratégica, isto é, buscar territórios que tenham valor comercial e militar ao mesmo tempo.

Nestes três elementos – produção, com a necessidade de troca entre os produtos; navegação, através da qual essa troca é realizada; e colônias, as quais facilitam e alargam as operações de navegação e tendem a protegê-las pela multiplicação de pontos de apoio – encontra-se a chave para boa parte da história (bem como da política) das nações marítimas. (MAHAN *apud* COSTA, 2008, p.71)

Na opinião do almirante as funções do poder naval foram se definindo ao longo da história atreladas ao comércio.

Para ele, desde Hermócrates, há 2.300 anos, os princípios, a natureza e as funções da marinha de guerra são os mesmos, cabendo-lhe a definição dos “pontos de concentração”, “depósitos de munições e suprimentos”, a “comunicação entre esses pontos e a base original”, “o valor militar do comércio” e o modo pelo qual esse “comércio combinado com as operações” pode ser conduzido. (COSTA, 2008, p.69).

Para Mahan, a afirmação dos Estados Unidos como potência mundial requeria necessariamente acentuar a sua tendência marítima. Com base em sua ótica integradora sobre o poder marítimo, o autor argumentava que o fortalecimento do poder militar dos Estados Unidos seria estimulado a medida que sua rede de comércio com o mundo fosse se expandindo. Por esta razão, ele apontava a abertura de um canal no istmo da América Central como uma estratégia de grande relevância para o país. Para Costa (2008, p.68), Mahan:

Combate o mito de que a pujança dos Estados Unidos estaria baseada em atividades ligadas à terra e à conquista do interior, lembrando que, ao contrário, a concentração da riqueza encontra-se principalmente nas faixas costeiras do país, cujas atividades econômicas acham-se direta ou indiretamente articuladas com o comércio marítimo. Com o novo canal, prevê, que essa tendência “continental” deverá diminuir, de modo que os Estados Unidos poderão então fazer valer os seus “direitos naturais” no mar.

Outra visão geopolítica que tem incidência relevante na América Latina, e por consequência no Atlântico Sul, é a elaborada pelo holandês, radicado nos Estados Unidos, Nicholas Spykman. O destacado geopolítico escreve durante a Guerra Mundial, analisando o papel que os Estados Unidos poderiam desempenhar como grande potência na configuração posterior ao conflito.

Para Spykman, os rumos da política mundial eram determinados pelas relações entre as potências do hemisfério boreal²⁹. No entanto, o geopolítico americano inclui o Hemisfério Ocidental como importantes zonas de influência dos

²⁹ No qual a América do Norte e a Eurásia estão situadas.

Estados Unidos para assegurar a defesa de seu território e a sua supremacia mundial. Para Fiori *et alii* (2012, p.109)

Uma questão importante a ser considerada é a posição relativa da América do Sul em área geoestratégica, de interesse e ação (direta e indireta) permanente por parte dos Estados Unidos. Sua postura intervencionista e imperialista na região se respalda na sua estratégia geopolítica de se tornar árbitro político e exercer controle sobre a massa de recursos do hemisfério ocidental, não deixando que nenhuma potência do hemisfério oriental, ou a emergência de uma potência ou coligação de países no continente americano, venha contestar ou ameaçar seu predomínio hemisférico. Esta concepção geopolítica foi formulada por Nicholas Spykman (1942), para quem o predomínio estadunidense no continente deve ser incontestável e irrevogável para a sua segurança.

Diante da possibilidade de unificação da Europa e da Ásia – que se projetava na aliança entre Alemanha e Japão durante a 2ª Guerra –, Spykman encontrava na integração política, econômica e militar do continente americano a saída para compensar o acúmulo de poder resultado da união da Eurásia. Segundo Spykman (Citado em MELLO, 1997, p.114),

Entretanto, nenhum dos Estados americanos aceitaria realizar de bom grado as mudanças imprescindíveis para criar essa economia tipo regional. Só se poderia atingir esta meta seguindo o mesmo procedimento que agora se emprega para reformar as economias nacionais da Europa dentro da Grande Esfera de Comum Prosperidade da Grande Alemanha. Unicamente a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a implacável destruição das economias regionais agora existentes poderia realizar a integração necessária.

No entanto, a geoestratégia proposta por Spykman sugere mais que uma atuação por influência indireta (como a citada acima) ou por meios pacíficos (instrumentos culturais e ideológicos, tratados de comércio, financiamentos, etc). De acordo com Fiori (2012, p.29), a visão de Spykman também levou os Estados Unidos a incorporar uma postura, em relação a América Latina, fortemente intervencionista desde o ponto de vista militar.

Esta visão geopolítica dos EUA, explica a permanência, até hoje, das suas 13 bases militares localizadas em Cuba, Porto Rico, Aruba, Curaçao, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Panamá, e agora de suas novas bases localizadas no território colombiano. Com relação à América do Sul, entretanto, a reativação da IV Frota Naval dos EUA denuncia uma linha de ação mais realista e imperial de delimitação de “zonas de influência” invioláveis, do ponto de vista norte-americano.

2.3 A disputa global por fontes de recursos energéticos e minerais estratégicos

Ao longo da segunda metade do século XX se consolidaram dois fatores que incidiram em mudanças nas estratégias geopolíticas das grandes potências no mundo: um é o prognóstico de esgotamento das reservas petrolíferas dos países centrais e, outro, a descoberta de valiosos recursos minerais e energéticos nos fundos oceânicos.

O primeiro fator conduziu as principais potências mundiais a guiarem sua política externa a partir das demandas determinadas por sua política de segurança energética. Conforme sustenta o norte-americano Michael Klare, esta nova orientação estaria sendo o elemento desencadeador dos grandes conflitos mundiais desde o início do século passado. O segundo fator vem ampliando a ótica da geopolítica tradicional sobre a importância dos mares: o oceano foi deixando de ser valorizado apenas como meio estratégico por sua posição geográfica em relação às rotas comerciais e à defesa e segurança e passou a ser visto também como fonte provedora de riquezas minerais. O descobrimento de zonas mineiras marinhas, proporcionado pelos enormes avanços tecnológicos alcançados nas últimas décadas, irrompeu uma corrida global pelo direito de mineração em áreas oceânicas, acirrando ainda mais a disputa global por recursos energéticos.

Nos anos 1940, a beira da eclosão da Guerra Fria, o despontar da União Soviética se apresentava como um obstáculo à consolidação dos Estados Unidos como maior potência militar do mundo. Somado a isso, segundo Klare, a partir desta década, os americanos começaram a prever o esgotamento de suas reservas petrolíferas e perceberam que sua dependência da importação de petróleo tendia a aumentar. Desde então, para o autor, a prioridade da política externa norte-americana passou a ser ditada pela necessidade de garantir o acesso seguro a fontes energéticas. Este novo cenário demandava dos Estados Unidos uma atuação mais incisiva de intervenção militar global, tanto de forma indireta (apoio a possíveis sócios locais com o fornecimento de armas, assessoramento técnico em segurança, etc), como direta (envolvimento direto do exército norte-americano nos conflitos). Para Klare (2009, p.54), os primeiros contatos da sólida aliança entre os EUA e a Arábia Saudita já foram estabelecidos sob esta perspectiva.

The United States has long considered it essential to engage in both forms of military activity in order to ensure continued access to overseas sources of energy, especially oil supplies from the Middle East. This link between military action and access to foreign oil was initially established in February 1945, when President Franklin D. Roosevelt met with King Abdul Aziz ibn Saud of Saudi Arabia aboard the USS Quincy at the entrance to the Suez Canal and forged a de facto alliance between the two countries, under which the United States agreed to protect Saudi Arabia and the House of Saud in return for privileged American access to Saudi oil. (KLARE, 2009, p.54)

A demanda mundial de energia cresceu de forma substancial nas três décadas posteriores como resultado, de modo geral, da corrida armamentista da Guerra Fria e do período de crescimento econômico “generalizado” no mundo, conhecido como a “Idade do ouro” do capitalismo³⁰. Assim, a conjunção do aumento da demanda por petróleo com a diminuição gradativa das reservas petrolíferas acentuou a disputa global por recursos energéticos.

Nos anos 1970, este contexto associado à ocorrência dos choques do petróleo (1973 e 1979)³¹, levou os Estados Unidos a reafirmarem e intensificarem uma política externa de forte orientação intervencionista quando o assunto era segurança energética. Esta diretriz ficou expressa claramente na Doutrina Carter, em especial em relação à região do Golfo Pérsico: “An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”.

Na década seguinte, segundo o historiador Moniz Bandeira, o discurso dos Estados Unidos passou a incluir outro adversário além do “perigo vermelho”, o “terrorismo internacional”. A dupla retórica para combater tais inimigos justificava, ao mesmo tempo: a aplicação de enormes recursos destinados ao fortalecimento do poder bélico dos Estados Unidos para fazer frente à União Soviética; e intervenções militares em vários países do Oriente Médio, portadores de imensas reservas petrolíferas.

Além de reanimar a corrida armamentista com a União Soviética, ele [os EUA] ampliou a dimensão da ameaça terrorista, vinculando-a, em parte, ao

³⁰ Segundo Franklin Serrano (2005, p.188), “se trata, de fato, de um período de alto crescimento da demanda efetiva, da produção, de altas taxas de crescimento do emprego, alto crescimento da produtividade, recuperação dos países europeus, sucesso de diversos projetos desenvolvimentistas na periferia capitalista e de grande crescimento do comércio mundial”.

³¹ Em 1973 e 1979, houve um substancial aumento do preço do barril de petróleo causado pela redução da oferta deste bem pelos países produtores. No primeiro caso, a diminuição da produção foi uma decisão acordada entre os membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Já no segundo caso, a baixa oferta foi ocasionada pela paralisação da produção iraniana, em consequência da revolução Islâmica.

tráfico de drogas, às guerrilhas e aos governos de esquerda, especialmente em Cuba e na Nicarágua. Essa conjunção possibilitou que o aparelho de segurança nacional dos Estados Unidos (...) racionalizasse a manutenção dos enormes gastos militares, e permitiu que a administração de Reagan, na década de 1980, promovesse um aumento nas despesas militares sem precedentes em tempos de paz, apesar de que a Guerra Fria se desvanecesse. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p.465)

Desta forma, a ampliação da dependência norte-americana da importação de petróleo é resultado tanto da diminuição de sua produção petrolífera, como do incremento da demanda por energia determinado por um crescimento econômico intimamente relacionado ao aumento de seu poder militar. Há que se considerar também que o imenso aparato bélico dos Estados Unidos, o único verdadeiramente global, segundo Klare, é praticamente todo alimentado por petróleo.

Segundo Fiori, os americanos chegaram ao final dos anos 80 com uma avantajada supremacia econômica e militar em relação às demais potências³². Embora, na década de 90, a dissolução do bloco soviético e a consolidação incontestável da supremacia norte-americana levassem a crer que os Estados Unidos recuariam, pelo menos em parte, em sua postura altamente intervencionista, o que se viu foi exatamente o contrário. Em 1991, ano que também marca o fim URSS, os americanos deflagraram a Guerra do Golfo e revelaram ao mundo que, em última instância, a nova hierarquia mundial seria determinada unilateralmente pelos EUA através de seu imbatível poder militar. De acordo com Fiori,

Quando a Guerra do Golfo começou, havia pouco tinham sido realizadas duas reuniões do G7 – em Houston e Dublin – convocadas explicitamente para sacramentar o fim da Guerra Fria e analisar a vitória da liberal-democracia e dos mercados, que deviam ser os dois alicerces da nova ordem mundial que nascia das ruínas do Muro de Berlim. Naquele momento, a guerra apareceu na opinião pública mundial como um fato surpreendente e destoante (...). No fim, entretanto, a guerra acabou cumprindo um papel decisivo no estabelecimento da nova ordem mundial porque definiu o limite último da soberania dos Estados, em cada um dos degraus da nova hierarquia do poder mundial. (2007, p.117)

Para Moniz Bandeira, a Guerra do Golfo tornou evidente o que já vinha se desenhando desde meados do século XX: o elo entre os interesses econômicos da

³² “Em poucas palavras, desde a segunda metade dos anos 80, o mundo esteve sob a “liderança” incontestável de uma só potência orientada por um forte *commitment* liberal. Neste período, os Estados Unidos arbitraram o sistema monetário internacional, promoveram ativamente o livre comércio, incentivaram a convergência das políticas macroeconômicas e atuaram – pelo menos em parte – como *last resort lender* em todas as crises financeiras que abalaram o mundo dos negócios mantendo, ao mesmo tempo, um poder incontestável no plano militar, industrial, tecnológico, financeiro e cultural”. (FIORI, 2007, p.53)

indústria bélica e a orientação da política externa dos EUA voltada para o controle de áreas ricas em recursos energéticos.

Essa guerra, conquanto a opinião pública americana estivesse dividida quanto a sua necessidade e a Resolução autorizando-a só fosse aprovada no Congresso pela maioria de cinco votos, evidenciou que a política do petróleo e a segurança internacional se entreteciam, e que os interesses econômicos determinavam a política externa e militar dos EUA. A atividade militar no exterior constituía um imperativo não apenas de caráter geoestratégico, mas, sobretudo, de crescimento econômico. (2009, p.510)

Durante os anos 1990, como a demanda global por petróleo continuou aumentando de forma extraordinária – visto que as reservas petrolíferas de outros países desenvolvidos também vieram diminuindo gradualmente³³ –, os Estados Unidos se viram forçados a rever sua estratégia de centrar no Oriente Médio seus esforços para garantir o acesso seguro a fontes energéticas.

At present, US efforts to defend key foreign providers of energy and to ensure access to overseas sources of supply remain centered on the Persian Gulf, where they have been focused for the past six decades. In recent years, however, this policy has been extended to other regions, including the Caspian Sea basin and West Africa, as US energy policy has come to emphasize the diversification of oil supplies. (KLARE, 2005)

Ainda que a *variedade* de fornecedores e rotas de abastecimento seja um dos princípios mais elementares de quase todas as estratégias de segurança energética dos países centrais, foi ao longo dos anos 90 que o governo norte-americano se apropriou, de forma explícita, do discurso da necessidade de *diversificação*. Desta forma, os Estados Unidos pode dissimular seus interesses e intervenções no Cáspio na, auto-atribuída, responsabilidade de “reforçar a segurança energética ocidental”. Segundo Klare (2001, p.3),

The strategic nature of American interest in the Caspian region was first articulated by the Department of State in an April 1997 report to Congress. As a major consumer of oil, the report indicated, the United States has a direct interest in enhancing and diversifying world energy supplies. Such diversification is important not only in economic terms – to provide an additional source of energy for American industries and transportation systems – but also as a security measure, to build a hedge against supply disruptions elsewhere. Accordingly, it has become U.S. policy “to promote rapid development of Caspian energy resources” in order to “reinforce Western energy security”.

A estratégia de segurança nacional elaborada ao longo dos dois mandatos de Clinton, ainda que assentada em um discurso fortemente pacifista e em prol da

³³ Segundo um informe da British Petroleum (2011), os Estados Unidos, que possuem somente 2,2% das reservas comprovadas de petróleo do mundo, consomem 21,1% do total produzido. Os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que detêm apenas 6,6% das reservas mundiais comprovadas, consomem 52,5% do total.

democracia e dos direitos humanos, não modificou essencialmente a política externa realizada pela administração anterior de Bush pai. Os gastos militares seguiram aumentando e os EUA expandiram sobremaneira o número de bases e acordos militares no mundo. Fiori (2007, p.136), citando Andrew Bacevich, destaca que na “era Clinton os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 intervenções militares”. Na visão de Fiori:

Apesar da retórica globalista e pacifista do governo Clinton, na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infraestrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 350 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral. Mas não há dúvida de que foi no início do século XXI, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, que o projeto imperial adotou uma postura bélica mais explícita. (2008, p.39)

Foi também em 2001 que pela primeira vez se destacou na *National Energy Policy*³⁴ a importância da África como possível provedora de petróleo para os Estados Unidos. Para Klare (2001, p.57), “If President Clinton was largely responsible for extending the Carter Doctrine to the Caspian region, it is President George W. Bush who has extended it to Africa”. Segundo o autor, a aplicação da Doutrina Carter na África se refletiu em ações militares indiretas em diversos países, no entanto, o principal foco das iniciativas bilaterais americanas tem sido a Angola e a Nigéria.

Conforme vimos até agora, ao longo da segunda metade do século XX, o núcleo da produção petrolífera mundial foi se deslocando do norte para o sul, de países industrializados para países subdesenvolvidos. Em 1950, dois terços da produção diária de petróleo no mundo provinham dos países industrializados do norte, o restante era produzido principalmente no Oriente Médio e em alguns países africanos. Para Klare (2004), até 2025:

two-thirds to three-quarters of world oil output will be from the countries of the global south, primarily the Persian Gulf producers, Iran, Iraq, Kuwait, Saudi Arabia, the United Arab Emirates; Africa, a lot from Algeria, Angola, Libya, Nigeria, and Sudan; from the Andean region of Latin America, Colombia and Venezuela; and from new producers in the Caucasus and Central Asia, the Caspian Sea Basin, Azerbaijan, Kazakhstan, Turkmenistan. This is where most of the world's remaining oil is located.

³⁴ Relatório desenvolvido pelo *National Energy Policy Development Group* (<http://www.whitehouse.gov/energy>).

Na opinião do cientista político norte-americano este movimento, que tende a ganhar ainda maior dimensão à medida que as recentes descobertas de reservas *off-shore* entrarem em atividade, tem levado ao acirramento da competição pelo controle de áreas ricas em recursos energéticos. Em várias destas regiões a própria ação diplomática e militar dos EUA e das grandes potências vem criando um contexto de instabilidade que pode vir a ser um forte obstáculo aos movimentos expansivos dos Estados centrais. Muitos dos países que hoje detêm expressivas reservas petrolíferas foram colônias europeias ou foram formados deliberadamente pelos vencedores da Guerra Mundial, sem considerar aspectos históricos ou étnicos. Em outras palavras, o mundo desenvolvido depende cada dia mais do petróleo produzido em países onde ele mesmo fomentou conflitos étnicos, lutas anticolonialistas ou antiamericanistas.

Há que se considerar também que a acentuada ampliação da demanda por petróleo não é resultado somente do esgotamento das reservas e do fortalecimento militar dos países desenvolvidos. Países com alto crescimento econômico e demográfico, como a China e a Índia, e países historicamente dependentes da importação de petróleo, como Japão e Coreia, também representam um papel relevante na competição mundial por fontes de energia. Ademais, a Rússia, com as recentes descobertas de petróleo e gás na Sibéria e no Mar Cáspio, reaparece como importante *player* no jogo geopolítico dos recursos energéticos no mundo³⁵.

Klare assinala que alguns estudos realizados nos Estados Unidos destacam o crescimento econômico e demográfico chinês como um dos principais fatores do aumento da demanda mundial de energia. Por conseguinte, o prognóstico é que a provável escassez de oferta provocará uma forte ascensão dos preços e a intensificação dos conflitos pelo controle das fontes de recursos energéticos.

Despite these pessimistic assessments – and many others like them – the EIA and DoE³⁶ project that world energy demand will continue to climb as a result of China's rapid economic growth and other built in pressures, producing inevitable shortages and accompanying price increases for years to come. This means, of course, that states will have an enormous incentive to hold on to our secure control over contested territories that harbor value reserves of oil or natural gas, whether on land or in adjacent offshore areas.

³⁵ De acordo com a British Petroleum (2011), o país manteve, em 2010, o posto de maior produtor mundial de petróleo (na frente da Arábia Saudita) e segundo maior produtor de gás (atrás dos EUA)

³⁶ Siglas que correspondem ao *Energy Information Administration* e do *Department of Energy*, respectivamente.

O autor também destaca a preocupação dos Estados Unidos sobre a possibilidade de que outras potências passem a adotar uma política externa mais agressiva, a exemplo da Doutrina Carter. No Atlântico Sul, o Estado chinês vem se fazendo cada dia mais presente na Angola e em alguns países do Golfo da Guiné, fornecendo apoio militar “indireto” aos governos. Por mais que a China ainda não possua uma capacidade para realizar intervenções militares diretas e de longa permanência, os americanos já começam a atentar para esta superposição de interesses na África e projetam na China um rival perigoso em potencial na região.

It is the United States that, until now, has devoted most effort to the protection of foreign oil-producing regimes and that has most vigorously employed military force to ensure safe access to overseas sources of energy. As we have seen, moreover, this remains a major aspect of US foreign policy and has been extended from its initial focus on the Persian Gulf area to the Caspian Sea basin and West Africa. But the United States is no longer the only nation that is pursuing such policies: Increasingly, the People's Republic of China is providing military aid to its major foreign energy providers and, though it is not yet capable of engaging in access operations of the sort long conducted by the United States, appears to be acquiring a capacity to do so. There is a growing risk, therefore, that US and Chinese efforts to militarize their foreign energy endeavors will produce a competitive stance between them and someday spark a dangerous confrontation.

Para Fiori (2007, p.187), o que se está assistindo é:

Uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção de energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção. Por trás dessa transformação, entretanto, se esconde outra mudança ainda mais complexa: a entrada, no tradicional jogo de poder das grandes potências, de alguns países que há mais de quinhentos anos se tornaram o objeto de desejo dos europeus e que foram suas colônias ou protetorados até meio século atrás. Agora, são eles que estão batendo à porta, anunciando sua passagem.

Cabe aqui expor algumas ideias formuladas pelo geógrafo britânico Philippe Le Billon a respeito das *resource wars* – conflitos armados nascidos da disputa por “recursos críticos” (bens estratégicos considerados chaves tanto para o desenvolvimento econômico como para o aumento do poder relativo de um Estado, especialmente no campo militar).

Para Le Billon a natureza e a localização geográfica dos “recursos críticos” são fatores fundamentais a serem considerados em uma análise que busque prever possíveis conflitos em determinada região. Quanto à localização, o autor cita como condicionantes relevantes a proximidade dos centros de controle e elementos do contexto histórico-social, como atritos gerados por reivindicações de autonomia política. Em relação à natureza dos bens, o geógrafo distingue “recursos pontuais”

(geralmente bens não-renováveis, concentrados geograficamente e explorados por indústrias extrativas, como o petróleo) e “recursos difusos” (bens renováveis, dispersos em termos geográficos e explorados por atividades produtivas, como a agricultura).

Point resources that are either close to the centre of control, such as offshore oil, or located in areas with historic claims for political autonomy, are likely to result, respectively, in coup attempts and secessionist wars. Point resources, such as oil or deep-shaft minerals, are generally less lootable than diffuse resources, such as cash crops and alluvial minerals, and often depend on international political recognition for mobilizing investors and accessing markets. (2000, p.17)

Para Le billon, os minerais *offshore* são recursos do tipo “pontuais” que, no geral, por dependerem de reconhecimento político internacional, são mais difíceis de serem apropriados. Além disso, hoje, a maior disponibilidade destes recursos se encontra distante do centro de controle – na periferia do sistema – e, muitas vezes, em zonas onde as fronteiras marítimas não podem ser facilmente delimitadas. Sendo assim, por se tratar de recursos localizados em áreas passíveis de contestação, o geógrafo acredita que as disputas em torno dos recursos *offshore* – riqueza que pode vir a valorizar o Atlântico Sul no cenário internacional – tendem a ser conflitos prolongados.

Offshore oil, while being apparently distant from the centre of control, can be monopolised through international contracts and naval enforcement (e.g. Gulf of Guinea). The higher the availability of valuable resources at the periphery of control, the greater the likelihood of prolonged conflict. (2000, p.35)

Klare (2000, p.49) também ressalta que, devido ao esgotamento de reservas de “recursos pontuais” em terra, principalmente de petróleo e gás, nos próximos anos existe uma propensão ao aumento de conflitos que envolvem recursos em zonas oceânicas.

As doubt increases about the future sufficiency of global stockpiles of key sources of energy, especially oil and natural gas, states seek to maximize their control over – or access to – remaining sources of supply, either to ensure adequate supplies for themselves or to profit from the sale of this supplies to others. The result is a growing risk of territorial disputes over areas harboring valuable reserves of oil and gas and access conflicts, involving efforts by outside powers to ensure access to their major sources of supply in conflict-prone resource areas.

É neste contexto de crescimento da importância do petróleo e do gás para os projetos de expansão de diversas potências que as recentes descobertas petrolíferas na costa dos países banhados pelo Atlântico Sul ganham maior relevância estratégica. Ademais, conforme destaca Alcides Costa Vaz (2011, p.64),

hoje, além das fontes energéticas, o crescente interesse nesta zona também se deve a uma revalorização de suas rotas comerciais marítimas e às novas possibilidades de mineração oceânica na Área.

Tradicionalmente considerado por estas uma área de importância geopolítica secundária, o Atlântico Sul gradualmente transforma-se em espaço no qual se projetam interesses estratégicos e econômicos associados à intensificação dos fluxos comerciais, à descoberta de importantes jazidas de insumos energéticos (gás e petróleo) ao longo das plataformas continentais, de jazidas minerais nestas e, particularmente, na chamada Área, espaço de águas internacionais considerado patrimônio da humanidade e sob jurisdição da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

CAPÍTULO 3 - A CONJUNTURA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E AS CONFLUÊNCIAS DE INTERESSES NO ATLÂNTICO SUL

No primeiro capítulo, procuramos dimensionar o valor estratégico do Atlântico Sul descrevendo e analisando seus aspectos físicos de importância econômica e geopolítica. Logo, no segundo capítulo, buscamos situar o Atlântico Sul num amplo contexto histórico e teórico que nos permitisse visualizar sua relevância dentro das tendências estruturais do sistema interestatal capitalista. E neste último capítulo, pretendemos examinar a ação dos principais atores que intervêm no Atlântico Sul avaliando de que forma seus interesses e tendências de atuação contribuem para o diagnóstico de recente revalorização da região.

A partir da primeira metade do século XX, após a construção do Canal de Suez (1869) e do Canal do Panamá (1914), o Atlântico Sul foi perdendo gradativamente a sua importância como uma das principais rotas do comércio mundial. Os canais possibilitaram o adensamento do fluxo de intercâmbio comercial no Hemisfério Norte, que, naquele momento, era também palco dos grandes conflitos internacionais. No período entre guerras, segundo Eduardo Ítalo Pesce (2010), “o Atlântico Sul permaneceu como ‘o mais pacífico dos oceanos’, apesar de algumas ações isoladas de superfície, na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, e da campanha submarina do Eixo, na Segunda Guerra Mundial”.

O Atlântico Sul apenas voltou a figurar como uma importante zona de projeção de poder das grandes potências no marco da Guerra Fria, principalmente após o governo egípcio ter nacionalizado o Canal de Suez – tornando esta via de acesso vulnerável – e quando o “vazio de poder” deixado na África começou a atrair a atenção da União Soviética.

3.1. Projeção dos Estados Unidos sobre o Atlântico Sul

Iniciaremos este capítulo analisando a ação da potência com maior capacidade de intervenção em todo o mundo e que, por conseguinte, é o ator mais determinante no Atlântico Sul, os Estados Unidos. Para visualizarmos as atuais tendências da atuação estadunidense na região é necessário voltar novamente às ideias formuladas por Nicholas Spykman (1942), cuja obra congrega tanto a base de

sustentação da estratégia de expansão regional norte-americana, a Doutrina Monroe, como lança importantes postulados que nortearam a projeção do poder dos Estados Unidos a nível global durante o século XX.

Frente às ameaças da Guerra Mundial e atentando para o cenário da bipolaridade que se delineava, um dos principais temas em pauta para os estrategistas norte-americanos era a questão de segurança hemisférica. Neste contexto, Spykman argumentava que a América Latina como um todo devia ser encarada como uma zona estratégica de contenção, onde o domínio dos Estados Unidos devia ser inquestionável. Tal visão era ainda mais incisiva em relação à, por ele denominada, América Mediterrânea, que abarcava o Caribe, a América Central, a Colômbia e a Venezuela. Segundo o geopolítico, este espaço tinha de ser visto como um mar fechado sobre o qual a primazia do poder norte-americano devia ser absoluta. Desde então, a presença militar estadunidense nesta área é de uma intensidade considerável. Segundo Fiori (2012, p.29):

Esta visão geopolítica dos EUA, explica a permanência, até hoje, das suas 13 bases militares localizadas em Cuba, Porto Rico, Aruba, Curaçao, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Panamá, e agora de suas novas bases localizadas no território colombiano.

Na América do Sul, a visão de Spykman se manifestou no empenho do Estado norte-americano em enquadrar os países da região à sua estratégia de segurança e defesa nacional. Segundo Eli Alves Penha, vista desde uma perspectiva mais ampla, esta ação significava a incorporação dos Estados sul-americanos e do Atlântico Sul ao seu projeto de expansão global.

Através das fórmulas geopolíticas que ele [Spykman] elaborou para a projeção de poder dos EUA, a América do Sul (...) integrava-se assim na sua concepção a geoestratégia de defesa do Atlântico Sul e do Hemisfério Ocidental. Como ocorreria mais tarde com outras regiões do globo, essa integração obedecia à lógica dos interesses estratégicos de uma grande potência em sua projeção geopolítica mundial. Aos Estados colocados sob sua órbita de influência, caberia definir uma geopolítica que internalizasse as estratégias militares americanas através do binômio segurança e desenvolvimento. (PENHA, 2010, p.80)

Desde os anos 1930, a preocupação de que os governos sul-americanos se aproximassem dos países do Eixo havia levado os Estados Unidos a aplicar uma política de defesa hemisférica destinada a reprimir “subversões internas”. Com a “ameaça vermelha”, os norte-americanos estimularam esta mesma política durante a Guerra Fria, promovendo e apoiando os governos militares na América do Sul que adotavam as chamadas Doutrinas de Segurança Nacional.

Em 1947, no Rio de Janeiro, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um compromisso de defesa mútua entre 19 países americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O propósito era criar um sistema de defesa coletivo que pudesse atuar contra qualquer agressão externa a um dos países membros.

Na opinião de Edson Tomaz de Aquino (2008, p.25), o TIAR era nada mais que um instrumento dos Estados Unidos para reforçar sua hegemonia no hemisfério. Para o autor, esta visão ficou expressa, em 1949, em um relatório divulgado pelo Secretário de Defesa norte-americano, no qual ele destaca o papel do TIAR como mecanismo útil para garantir “a segurança do hemisfério ocidental e o acesso aos recursos do hemisfério essenciais a qualquer projeção transoceânica de um maior poder ofensivo dos Estados Unidos”. Tal discurso revelava que as vantagens deste acordo para os Estados Unidos ultrapassavam o âmbito estritamente militar. O TIAR significava para os norte-americanos mais que um mecanismo de cooperação, era também uma ferramenta para validar o predomínio político, econômico e militar no continente americano. Segundo Gerson Moura (apud AQUINO, 2008, p.26):

O TIAR deveria, portanto, ajudar os objetivos estratégicos dos Estados Unidos na América Latina, a saber: matérias-primas, manter aberta a possibilidade de utilização de bases latino-americanas por forças americanas, proteger linhas de comunicação e finalmente assegurar o apoio latino-americano às posições internacionais dos Estados Unidos. Pode-se perceber que o TIAR não era propriamente um tratado de defesa hemisférica, mas um canal de articulação da hegemonia político-militar dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente.

Segundo Therezinha de Castro (1999, p.17), no aspecto defensivo prático, o TIAR nunca funcionou como um dispositivo regional de defesa efetivo. Para a geógrafa, “os EUA com a OTAN, desde 1949, defendendo diretamente seu território nacional, preferiram tratar com os países do TIAR, nascido dois anos antes, através de acordos bilaterais”. Os países latino-americanos, que desde o início desconfiavam da efetividade desse tratado, confirmaram suas expectativas quando os Estados Unidos, durante a Guerra das Malvinas (1982), apoiaram a Inglaterra

alegando que o agressor era a Argentina³⁷. Abordaremos este fato com mais atenção no tópico seguinte.

Até meados do século XX, os Estados Unidos pouca atenção dedicava ao lado africano do Atlântico Sul. No entanto, este quadro foi se alterando à medida que o movimento de descolonização na África se consolidava. Durante a década de 1960, grande parte dos países africanos conquistou sua emancipação política. As metrópoles aliaram-se às elites locais para, em alguns casos, desacelerar o processo de descolonização, e, em outros, tentar impedir que a independência de suas colônias se concretizasse. Nesta última linha de ação estavam Portugal e Inglaterra, que se recusaram a reconhecer a separação de Angola, Moçambique e África do Sul. Neste contexto, a URSS encontrou terreno fértil para expandir a sua influência, pois os movimentos independentistas, para fazer frente à resistência das metrópoles, demandavam apoio externo.

Assim, o crescente aumento das intervenções dos soviéticos no continente africano começou a inquietar os Estados Unidos. Segundo Penha (2010, p.81),

À medida que a presença soviética se faz mais acentuada na parte meridional do continente, a ação de presença norte-americana tende a aumentar na mesma proporção, introduzindo, não só a África, mas todo o Atlântico Sul como palco da Guerra Fria.

Com o fim da União Soviética, como já mencionamos no capítulo anterior, esperava-se que Estados Unidos exercesse sua supremacia através do emprego de formas de “poder brando”. Este conceito foi formulado por Joseph Nye para descrever a capacidade de um Estado conduzir as ações de outros Estados na direção de seu interesse, sem precisar valer-se do uso da força ou do dinheiro como meio persuasivo³⁸. No entanto, contrariando as expectativas, os norte-americanos incrementaram substancialmente suas intervenções militares no mundo. Segundo o acadêmico Marcelo Santos (2007, p.68):

Aos poucos, durante a década de 1990, os EUA foram estabelecendo os marcos fundamentais de sua supremacia militar global, valendo-se para isso de manobras na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de posições unilaterais, de alianças bilaterais com países estratégicos, do enquadramento do poderio europeu e asiático, da neutralização da China e da Rússia e da anulação de projetos

³⁷ Recentemente, os Estados Unidos tentaram reavivar o TIAR em torno da “Guerra ao Terror”. No entanto os governos da América Latina não demonstraram muita receptividade e o México, inclusive, se retirou do tratado no ano 2002.

³⁸ Tal conceito, hoje bastante freqüente nas análises e teorias da área de Relações Internacionais, é apresentado por Joseph Nye pela primeira vez em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, de 2004.

de qualquer país que pretendesse desafiar o poder norte-americano. (...) Segundo Bacevich (2003), o projeto militar dos EUA pós-Guerra Fria pode ser resumido nos seguintes termos: um compromisso incessante com a manutenção e expansão da sua supremacia militar no mundo; e a crença de que essa supremacia militar é fundamental para garantir uma ordem econômica e política internacional, de acordo com os interesses dos EUA. Pode-se dizer que, após a queda da União Soviética, os EUA passaram a intervir militarmente no exterior com mais frequência do que durante a maior parte da Guerra Fria, orientados cada vez mais por uma visão unipolar do mundo.

Em 1991, mesmo ano do fim URSS, os EUA deram na Guerra do Golfo a primeira demonstração da lógica que regeria a nova ordem política mundial sob seu comando. Sem qualquer justificativa fundada em valores éticos ou nas leis do direito internacional, os americanos deflagraram a guerra e revelaram ao mundo que, em última instância, a nova hierarquia mundial seria determinada unilateralmente pelos EUA através de seu incontestável poder militar.

O geopolítico brasileiro Meira Mattos aponta como um indício claro da intenção norte-americana de seguir fortalecendo e exercendo seu poder militar no mundo a readaptação dos propósitos da OTAN às supostas novas ameaças para a democracia e a paz mundial.

Para isto, em 1991, reuniram-se em Roma a fim de encontrar uma nova missão que justificasse a sua existência futura. Desta reunião saiu a reformulação estratégica, ainda defensiva, visando conter as novas ameaças visualizadas pela Aliança, quais sejam, uma possível revitalização da ameaça de Moscou, a existência de um arsenal atômico em poder da Rússia e de alguns ex-membros do antigo Pacto de Varsóvia, o terrorismo internacional e o perigo de alastramento de conflitos étnicos e regionais. Por volta de 1992 começou-se a perceber a intenção dos “grandes” da OTAN em buscarem uma nova estratégia para a Aliança Atlântica, não mais defensiva. Os sinais destas intenções foram captados pelo geopolítico e estrategista francês Yves Lacoste, que no seu ‘Dictionnaire de Geopolitique’ editado em 1993, escreveu: ‘a OTAN almeja ser um pacto dos países desenvolvidos do Norte, face aos países em via de desenvolvimento do Sul, alargando seu campo geográfico inicial de intervenção e vindo a receber, cada vez mais, as missões da ONU para atuações humanitárias e intervencionistas fora do teatro de operações da Europa Ocidental’.

(MATTOS, 1999)

Apesar da postura arbitrária dos EUA no tocante à Guerra do Golfo, tanto George Bush (1989-1993) como Bill Clinton (1993-2001) não apoiaram sua política externa em um discurso explicitamente belicista. Ambos os governos alicerçaram suas ações diplomáticas em um pensamento político regido pela “ideologia da globalização e [pelo] projeto liberal de desregulamentação e abertura de todos os mercados e das fronteiras econômicas”. (FIORI, 2007, p.135)

Entre tantas acepções que durante a década de 1990 foram atribuídas à idéia de globalização, a noção mais genérica que perpassa os relatórios e discursos oficiais do governo estadunidense é a idéia de um fenômeno global homogeneizador que conduziria o mundo a um inevitável processo de crescimento convergente de todas as economias. As nações que não se incorporassem a esse processo ficariam isoladas e estariam condenadas ao atraso e à pobreza. Abaixo destacamos um fragmento da *National Security Strategy* (NSS) de 1996 para exemplificar a presença desta doutrina nas declarações públicas da Casa Branca.

Nossa estratégia de segurança nacional visa a alargar a comunidade de democracias com livre mercado ao mesmo tempo detendo e limitando variadas ameaças à nossa nação, nossos aliados e interesses. Quanto mais democracia e liberalização política e econômica se disseminarem pelo mundo, particularmente em países de segurança estratégica para nós, mais segura a nossa nação estará e maiores as chances do nosso povo prosperar. (apud AYERBE, 2009, p.38)

Respaldados pela ideologia da globalização, os EUA se outorgavam a missão de difundir a liberdade e a democracia no mundo por meios pacíficos, através de recomendações de políticas econômicas, e pelo uso da força, quando os meios diplomáticos não fossem suficientes.

A incorporação dos países sul-americanos ao modelo neoliberal se realizou pela implementação do “Consenso de Washington”, um pacote de medidas econômicas que tinha como objetivo enquadrar os países latino-americanos no processo de globalização. Os problemas dos países periféricos supostamente seriam resolvidos através da aplicação de medidas como: abertura econômica, com forte redução das barreiras protecionistas; privatização das empresas estatais e de serviços públicos; desregulamentação das finanças, isto é, eliminação dos limites para os movimentos de capital; e flexibilização das relações de trabalho, ou redução dos direitos sindicais e previdenciários (GADELHA, 1998). Na América do Sul, estas medidas resultaram em desindustrialização, aumento do desemprego e da pobreza e aprofundamento da vulnerabilidade externa, etc. Em consequência, em diversos países estourou uma grande onda de contestação ao neoliberalismo que propiciou a ascensão de novas forças políticas ao poder. Vários governos que se instalaram a princípios do século XXI procuraram resgatar projetos nacionais que propunham medidas contrárias às orientações de Washington. Neste contexto, por exemplo, é que sucumbe o projeto estadunidense de criar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

A perda da capacidade de influência ideológica sobre os governos sul-americanos levou os Estados Unidos a adotar, nos anos 2000, uma atitude militar, no geral, passiva frente aos assuntos regionais. Entretanto, segundo Fiori, ao finalizar a década, esta postura começou a mudar:

Já no final do governo de George Bush, os Estados Unidos mudaram sua posição mais passiva e distante dos assuntos sul-americanos e adotaram uma nova postura, mais ativa e realista, sobretudo no campo militar. Foi quando decidiram reativar sua IV Frota Naval responsável pelo controle marítimo do Atlântico Sul. E, logo em seguida, já na administração democrata do presidente Barak Obama, os Estados Unidos assinaram o acordo militar com a Colômbia, que lhe deu acesso a sete bases aéreas e navais, no território colombiano, acertando com precisão os planos de defesa conjunta e autônoma do continente, liderados pelo Brasil. Logo em seguida, os EUA tiveram participação ativa na crise política de Honduras, e na catástrofe natural que destruiu o Haiti, demonstrando vontade política e decisão diplomática de retomar ou reafirmar sua hegemonia no “hemisfério ocidental”. (FIORI, 2009, p.20)

Em 2008, o governo norte-americano reativou sua IV Frota (*U.S. South Atlantic Force*)³⁹, força naval criada em 1943 com a missão de combater a ameaça nazista. O governo estadunidense alegou que a reativação desta força naval, desabilitada desde 1950, era apenas uma decisão de cunho administrativo com fins pacíficos e para apoiar o combate ao terrorismo. Não obstante, várias análises questionam tais argumentos e apresentam diferentes opiniões sobre as verdadeiras causas de tal medida. O historiador Alberto Moniz Bandeira (2008a), por exemplo, vincula a reativação da IV Frota às descobertas de petróleo na porção sul do Atlântico:

As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos fatores, *inter alia*, que provavelmente levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota, para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul.

Em matéria publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil*, o editor-chefe Silvio Caccia Bava (2008) associa o retorno desta força ao cenário sul-americano como uma tentativa dos Estados Unidos de compensar a perda de bases militares na região (como as localizadas no Equador e no Panamá) e como meio para intimidar o ímpeto integracionista latino-americano e os países com claras posições anti-americanistas – em especial a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Dito de outra forma, com esta iniciativa o governo estadunidense buscava, na opinião do autor, reafirmar sua proeminência militar no continente americano.

³⁹ Subordinada ao U.S. Southern Command (Southcom).

A IV Frota vem reforçar a presença dos EUA na região e, de certa forma, compensar a perda de bases militares, como a de Manta, no Equador, e as de Albrook e Howard, no Panamá. Albrook, estratégica para a invasão norte-americana do Panamá em 1989, foi devolvida ao governo panamenho em 1997, que a transformou em aeroporto civil. Manta deverá ser devolvida em 2009. Por decisão da Assembléia Constituinte do Equador, não será renovado, no próximo ano, o acordo que permite aos Estados Unidos manterem uma base militar em território equatoriano. A resposta da superpotência é reforçar sua supremacia militar e intimidar os países latino-americanos mediante a reativação da IV Frota.

Para Fiori *et alii* (2012, p.29) a medida norte-americana corresponde a mais uma ação cujo objetivo era garantir o controle militar de áreas de interesse estratégico. Nas palavras do autor, “com relação à América do Sul, entretanto, a reativação da IV Frota Naval dos EUA denuncia uma linha de ação mais realista e imperial de delimitação de ‘zonas de influência’ invioláveis”.

A despeito das variadas interpretações, há, no geral, um consenso de que a iniciativa dos Estados Unidos seria mais uma ação para fortalecer e manter seu predomínio militar na região. Fiori (2011, p.21) argumenta que, apesar da retórica pacifista inicial, em um segundo momento as reais intenções estadunidenses de demonstrar sua supremacia ficam evidentes no discurso do almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais da Marinha Americana. Segundo o autor, o funcionário estadunidense:

redefiniu o objetivo da nova Frota, como sendo “proteger os mares da região, daqueles que ameaçam o fluxo livre do comércio internacional”, ao mesmo tempo em que advertia que “ninguém deveria se enganar: porque esta frota estará pronta para qualquer operação, a qualquer hora e em qualquer lugar, num máximo de 24 a 48 horas”. O mesmo fato aconteceu com a justificativa para as novas bases militares em território colombiano. Também nesse caso, os argumentos foram humanitários ou ligados aos conflitos internos locais. Mas, de fato, o novo poder aéreo instalado na Colômbia tem capacidade real de se projetar sobre a Amazônia e sobre quase todo o território sul-americano, completando o cerco de proteção naval e aérea do continente, por parte do poder militar norte-americano.

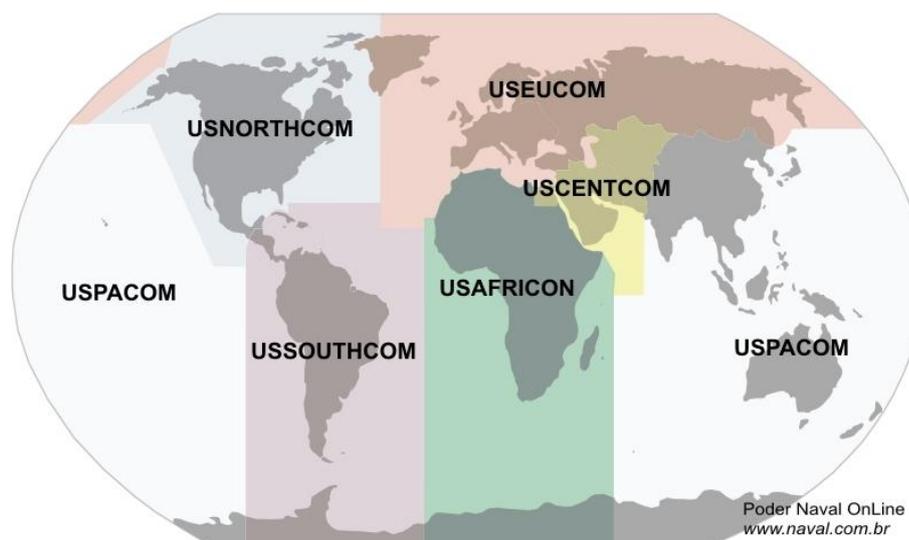
Hoje, a marinha norte-americana realiza operações e exercícios navais freqüentes no Atlântico Sul. Os Estados Unidos possuem instalações militares de grande porte na Ilha de Ascensão⁴⁰ e dois comandos militares para atuar na região: o USSOUTHCOM, criado em 1963; e o AFRICOM⁴¹, constituído em 2007. Além

⁴⁰ Ascensão é a menor das ilhas que compõem o território ultramarino britânico Santa Helena /Tristão da Cunha/Ascensão. Desde a II Guerra Mundial, os Estados Unidos contam com a Base Aérea Wideawake nesta ilha, hoje arrendada dos ingleses.

⁴¹ As forças armadas dos Estados Unidos administram sua atuação militar no mundo através de seis comandos: U.S. Northern Command (USNORTHCOM), U.S. European Command (USEUCOM), U.S. Central Command (USCENTCOM), U.S. Africa Command (USAFRICOM), U.S. Pacific Command (USPACOM), U.S. Southern Command (SOUTHCOM).

disso, cabe destacar que, segundo Eli Alves Penha (2011, p.220), a IV Frota está equipada com “navios à propulsão nuclear e mísseis estratégicos com ogivas nucleares, arma de dissuasão por excelência, e submarino nuclear de ataque cuja missão é o de identificar e atacar forças adversárias no mar”.

Mapa 10 – Divisão do mundo segundo os Comandos Unificados dos EUA.



Fonte: Poder Naval online

O poderio militar estadunidense se faz presente na América Latina através do controle de bases e centros de operações e treinamento. Os norte-americanos, além de disporem de Ascensão e das bases onde a OTAN tem acesso no Atlântico Sul, também contam com suportes fixos em diversas regiões do continente americano: Guantánamo (Cuba), Honduras, Aruba, Curaçao, El Salvador, Colômbia, Chile, Peru, Guiana e Suriname.

3.2. Projeção soviética e britânica sobre o Atlântico Sul

Após o fim da II Guerra Mundial, da mesma forma que os Estados Unidos fomentaram a constituição do TIAR como parte de sua estratégia de defesa, a Inglaterra estabeleceu, em 1955, um acordo de cooperação naval com a África do Sul, o *Simonstown Agreement*, como política para garantir a segurança de sua principal linha alternativa de comunicação, a Rota do Cabo. Na opinião de Eli Alves Penha, dentre estas duas iniciativas, a que contribuía de forma mais efetiva para a segurança do Atlântico Sul era a inglesa. Pois, segundo o autor, o *Simonstown*

Agreement, ao contrário da iniciativa americana, “era um acordo técnico prático e de engajamentos bem definidos” que estabelecia um sistema integrado e coordenado por um único comando, o *South Atlantic Command* (PENHA, 2011, p.177).

Para o acadêmico francês Hervé Coutau-Bégarie, o acordo de *Simonstown* além de favorecer bastante o lado inglês, também era estratégico para os Estados Unidos, visto que garantia o acesso da OTAN à base sul-africana.

La Gran Bretaña obtiene todas las facilidades que pudieran desear: el control de la base pasa a Sudáfrica a partir del 1º de abril de 1957, pero la Royal Navy conserva un libre acceso a ella. Este es extendido a los “buques que sirvan en la Royal Navy y a los buques auxiliares del Reino Unido (...)”. Por interpretación de estas cláusulas, se acuerda un acceso sin restricciones a los buques de la OTAN en caso de guerra (...) De un punto de vista militar el acuerdo es ideal para el Reino Unido y por rebote para la OTAN. (COUTAU-BÉGARIE, 1988, p.95)

Como veremos, a aliança entre Inglaterra, Estados Unidos e África do Sul vai ter um peso importante em quase todas as ações militares inglesas no Atlântico Sul durante a Guerra Fria. Ao longo deste período, o interesse britânico na região foi ganhando cada vez mais densidade devido, principalmente, a três fatores: o fechamento do Canal de Suez, o processo de descolonização dos países africanos e a crescente presença soviética em pontos estratégicos na África atlântica.

A nacionalização do Canal de Suez, realizada pelo governo de Gamal Abdel Nasser, em 1956, revelou quão vulnerável era a segurança da principal rota de comunicação que conectava o petróleo do Oriente Médio à Europa. Neste mesmo ano, a Inglaterra propõe, por intermédio da Argentina, um pacto para a defesa do Atlântico Sul. Segundo Alberto Justo Sosa (1985), a Argentina teria proposto aos governos do Brasil e do Uruguai a criação de uma força naval coletiva que atuaria em conjunto com a Inglaterra para proteger a porção sul do Atlântico. No entanto, conforme vimos no tópico anterior, esta iniciativa coincide com o momento em que os Estados Unidos buscavam afirmar sua supremacia militar sobre o continente, incorporando a América Latina a sua política de defesa hemisférica. A intenção inglesa se chocava, assim, com os interesses norte-americanos, que logo fizeram naufragar este projeto.

Quase dez anos depois, em 1967, o tráfego pelo Canal Suez é suspenso e permanece fechado até 1975. Coutau-Bégarie (1988, p.51-52) identifica esta ocasião como um momento crucial do despertar dos olhares do ocidente para o Atlântico Sul.

Hasta los años '60 estaba [el Atlántico Sur], entonces, desierto y no conservaba sino el cabotaje. Suez desvía el tráfico europeo, Panamá el tráfico americano. Esta situación se trastoca en 1967 por el cierre del Canal de Suez. Este contemplaba cada año el paso de 42 millones de toneladas en el sentido Norte-Sur y de 200 millones de toneladas (de las cuales 80% de petroleros) en el sentido Sur- Norte. Súbitamente, todo este tráfico debe retomar la vieja ruta del Cabo, que vuelve a ser, repentinamente, la arteria vital del mundo desarrollado.

Para o historiador uruguaio Vivián Trías, o país mais afetado com a crise de Suez era a Inglaterra, que, de súbito, se deparou com a grave ameaça de ver-se privada da principal via de comunicação que abastecia sua economia. Em consequência, a Rota do Cabo foi reativada e o Atlântico Sul voltou a ganhar destaque nas políticas estratégicas inglesas.

Gran Bretaña designa como 'life line' (líneas de la vida) la ruta que une a la India con sus puertos, a través del Océano Indico, el Mar Rojo, el Mar Mediterráneo y el Atlántico. Suez es su válvula maestra. Por allí arriban el oro negro del Golfo Pérsico y las materias primas de Asia. Es en Londres, pues, donde más duele su clausura. El Atlántico Sur es la vía sustitutiva e Inglaterra puede convertirlo en un lago británico. (TRÍAS, 1977, p.130)

Associado a esse fato, a partir da década de 1960, a União Soviética foi se tornando um ator cada vez mais presente na África atlântica. O êxito da diplomacia soviética junto a alguns movimentos independentistas africanos foi legando a URSS posições estratégicas no Atlântico Sul que, se bem aproveitadas militarmente, poderiam comprometer o trânsito marítimo que contorna o Cabo da Boa Esperança.

Sob a ótica da Guerra Fria, a medida que a OTAN dispunha da África do Sul, a União Soviética tinha a Angola como bastião avançado de penetração no Atlântico Sul. Posteriormente, em função do acordo soviético-moçambicano de 1977, foi possível contar com este país para realizar manobras navais na região da rota do Cabo aumentando o temor de que a União Soviética pudesse provocar estragos na circulação de petróleo e minerais estratégicos para o Ocidente. Para os países da região a presença soviética contribuía para consolidar a "linha de frente" (Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, e Zâmbia), formada para isolar o regime racista na África do Sul e diminuir a dependência destes países ao sistema de estradas de ferro e portos sul-africanos. (PENHA, p.85)

Além disso, se os soviéticos – contando com Cuba, posição chave no “mar interior” norte-americano⁴² – conseguissem implementar bases navais em seus pontos de apoio atlânticos também poderiam obstaculizar a passagem pela zona de estrangulamento Natal-Dakar. Segundo Trías (1977, p.5),

Si se produjera la implantación naval soviética en Guinea (Bisseau) y Angola, se puede trazar un triángulo estratégico cuyos vértices sean Angola (con su moderno puerto de Lobito), Guinea (Bisseau) y Cuba, que

⁴² Expressão utilizada por Mahan e Skypman para ressaltar a importância geoestratégica do Caribe para os Estados Unidos.

suficientemente provisto de apoyo aéreo-naval controlará el paso del Atlántico Sur al Norte.

A possibilidade real de a presença soviética tornar-se uma ameaça efetiva no Atlântico criou uma convergência de interesses entre Estados Unidos e Inglaterra em torno da defesa do Atlântico Sul. Em linhas gerais, de um lado, os ingleses buscavam salvaguardar rotas vitais de comunicação, e de outro, os americanos procuravam proteger seu entorno de segurança imediato. Essa parceria possibilitava aos Estados Unidos valerem-se dos territórios ingleses sul-atlânticos para as operações da OTAN. Pois, a Inglaterra, ao longo de todo período colonial, conquistou posições que ainda hoje lhe conferem uma inigualável vantagem estratégica. Segundo Penha, a posse do cinturão de ilhas atlânticas – Tristão da Cunha, Ascensão, Santa Helena, Shetlands, Geórgia, Gough, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e Malvinas – é resultado de uma projeção de poder marítimo que se deu através de duas linhas de ação.

A supremacia marítima britânica se consolidou a partir de duas formas principais: a primeira que visava o domínio das rotas, via controle de estreitos, passagens, e a utilização de portos e aquisição de ilhas para o estabelecimento de bases navais; a segunda voltada para a supressão do tráfego comercial entre o Brasil e o continente africano, apontando diretrizes para a futura colonização da África. (PENHA, 2011, p.45)

Em abril de 1982, após varias tentativas de reaver por meios diplomáticos a posse das Malvinas, o governo argentino empreende a ocupação militar da ilha. A soberania sobre este território permitia o controle da passagem de Drake, conexão entre os oceanos Atlântico e Índico. Além disso, pela proximidade, para a Argentina era uma questão de defesa vital possuir o domínio sobre as Malvinas. Quanto ao interesse britânico em manter a posse do arquipélago, há diferentes opiniões. Alguns argumentam que a decisão da Inglaterra de entrar em guerra contra os argentinos tinha importantes repercussões políticas internas. No entanto, para a nossa análise, importa enxergar este fato como uma ação que responde a duas tendências históricas: uma, buscar garantir o controle das rotas marítimas atlânticas através do domínio de pontos estratégicos; e, outra, agir respaldada por uma longa e firme sociedade com os Estados Unidos⁴³.

Por ocasião da Guerra das Malvinas, o governo norte-americano, na gestão de Ronald Reagan, optou por apoiar os ingleses, privilegiando, assim, sua política geoestratégia junto a OTAN, em detrimento do TIAR. Os Estados Unidos ofereceram

⁴³ Ver Fiori et alli *O mito do colapso do poder americano*.

à Inglaterra suporte logístico militar e garantiram através da ONU o respaldo da opinião pública internacional. Segundo Therezinha de Castro (1999, p.26-27),

Os Estados Unidos não têm uma política de *per se* favorável a América Latina ou a qualquer de seus países. Suas diretrizes se ligam a aspirações e responsabilidades globais, e não bilaterais ou regionais; diretrizes geopolíticas globais que se identificam com as geoestratégicas. Assim, no caso das Malvinas, preferiram ver o arquipélago, por seu posicionamento geoestratégico no Atlântico Sul, em mãos do aliado bem mais seguro da OTAN. Devendo-se ressaltar que as Malvinas têm uma importância geoestratégica intrínseca, porém com potencial que pode vir a ser reativado em tempo de guerra. Daí haverem sido consideradas como “portas dos fundos da OTAN”.

O resultado foi, em junho de 1982, a rendição do exército argentino. Para Castro (1999, p.25), a derrota da Argentina na guerra “impôs, a ‘gibraltarização’ do Atlântico Sul. O arquipélago transformou-se em trampolim da OTAN no alinhamento Gibraltar / Ascensão”. Para Penha (2011, p.26), seguindo uma linha de raciocínio similar, argumenta:

E, o que se pensou haver sido um desvio temporário dos recursos da OTAN para o Atlântico Sul, transformava-se num processo de legitimação. A própria Margareth Thatcher falando para os membros da Comunidade Atlântica Europeia afirmava que a intenção de seu governo era o de “ignorar o limite arbitrário do Atlântico Norte”, referindo-se ao artigo 6 do Tratado da OTAN, e por isso, operou, no caso das Malvinas, “fora da área da OTAN em defesa dos objetivos da OTAN”.

Hoje fica mais evidente que o interesse britânico vai além de questões relacionadas apenas a disputas políticas internas ou ao controle de áreas estratégicas que permitem assegurar o comércio e a defesa nacionais. Antes mesmo de estourar a guerra, já havia vestígios sobre a existência de recursos minerais e energéticos na plataforma continental da ilha e no setor antártico próximo (conforme mencionado no primeiro capítulo). No entanto, hoje estes indícios se tornaram mais fortes e empresas inglesas já vêm realizando atividades de exploração petrolífera na região.

No início de 2010, a plataforma petrolífera *Ocean Guardian* aportou nas Malvinas gerando bastante desconforto no governo argentino, uma vez que o litígio internacional pela posse das ilhas ainda não foi resolvido. Segundo Federico Martín Gomez (2011), acadêmico da Universidad de La Plata, “en diciembre de 2010, la empresa Desire Petroleum, presentó ante sus accionistas, el hallazgo de petróleo en el pozo 14/5-2 Rachel North, el cual tiene un profundidad de 3052 metros”. O analista também afirma que, em 2011, a empresa Rockhopper anunciou o descobrimento de outra reserva:

de alta qualidade e uma coluna de petróleo substancial nas Ilhas Malvinas. "Logo de este resultado positivo, cremos que es altamente probable que el pozo Sea Lion demuestre ser comercialmente viable", manifestó el presidente ejecutivo de Rockhopper, Sam Moody. (GOMEZ, 2011)

Desde o fim da guerra, a presença da Inglaterra nas Malvinas tendeu a crescer. Nos dias atuais, assim como os estadunidenses, os ingleses também têm mobilizado suas forças militares navais para realizar operações no Atlântico Sul. Em 2009, a marinha britânica enviou a fragata HMS Edimburgh para "patrulhar e proteger" as águas jurisdicionais das Ilhas Malvinas. No entanto, considerando as características do navio, de alto poder de destruição, o governo argentino questionou a veracidade de tal propósito. A Câmara de Deputados da Argentina, em documento de repúdio à presença da embarcação, declarou:

El buque está armado con un moderno sistema de misiles mar-aire y mar-mar de tipo Sea Dart, con alcance medio, y con instrumentos de última generación. Su capitán, Paul Russell, dijo a la prensa británica que "la tripulación del HMS Edinburgh se ha enfocado en su despliegue hacia el Atlántico Sur, una región de alto perfil político y de gran interés militar conjunto en el cual la Royal Navy ha tenido un efecto continuo y significativo durante muchos años". Y remató con un concepto geopolítico imperialista, expansionista y tradicional británico: "esta es una oportunidad de la Royal Navy para demostrar su impresionante alcance global y su versatilidad". (ARGENTINA, 2011)

Ademais, a Inglaterra fez da própria ilha uma grande fortaleza localizada a uma distância de apenas 480 km do território argentino. De acordo com o geógrafo brasileiro Wanderley Messias da Costa (2012, p.18),

Atualmente, o mais destacado aparato militar em águas do Atlântico Sul é aquele implantado pela Inglaterra nas Ilhas Malvinas. Segundo o International Institute of Strategic Studies (IISS, 2012), esse país dispõe ali de instalações militares de grande porte envolvendo forças aéreas e navais de última geração, tais como navios de combate e de patrulha, avião bombardeiro e de transporte, aviões de caça, helicópteros e, ainda que não admitido oficialmente, submarino nuclear patrulhando essa região.

3.3. Projeção da China e outros atores externos sobre o Atlântico Sul

A China é um ator externo cuja ação deve ser medida não só por sua significativa repercussão na região, mas, principalmente, por incidir sobre o ponto nevrálgico das atuais alterações sistêmicas que podem vir a provocar uma reestruturação da hierarquia de poder mundial. Apesar de a projeção chinesa no Atlântico Sul ser mais modesta que a norte-americana e a inglesa, principalmente no campo militar, segundo Fiori (2009, p.19), o impacto da incorporação da América do

Sul e da África como área de forte influência da política externa da China tem sido um fator de grande ressonância na desestabilização da ordem econômica global.

Neste início do século XXI, na América do Sul como na África, a entrada da China tem sido fator decisivo na desestabilização da antiga ordem econômica dessas regiões e tem sido um componente essencial da intensificação da competição econômica imperialista nessas duas regiões. (Fiori, 2009)

Ainda que, como vimos anteriormente, hoje, a atuação militar da China na África⁴⁴ já começa a se apresentar como uma ameaça para as grandes potências, é a expansão sob o aspecto político-econômico o que mais preocupa seus competidores na região sul-atlântica. O expressivo aumento da presença chinesa na América Latina e na África é patente ao visualizarmos o estrondoso incremento das cifras de intercâmbio comercial e de investimentos nestas regiões.

Com base nos dados do Comtrade, no lapso de uma década, entre os anos 2002-2012, as importações chinesas da África passaram de, aproximadamente, U\$ 500 milhões para U\$ 14 bilhões; e as importações advindas da América do Sul, de U\$ 5,5 bilhões para U\$ 65 bilhões. Isto significa uma ampliação, em valores brutos, de mais de 2000% no primeiro caso e cerca de 1000%, no segundo. Em 2002, a China que representava apenas 1% no total de exportações africanas, passou a representar 6,6%, em 2012. No caso da América do Sul, este aumento foi de 4,3% para 15,3%, no mesmo período.

Ademais, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Empresarial Brasil-China, os investimentos estrangeiros diretos⁴⁵ da China também cresceram de forma espantosa na região. Os mapas a seguir, elaborados por Heritage Foundation, mostram a grande expansão que houve do capital chinês na forma de investimento externo em um período curto de 3 anos e meio.

⁴⁴ Segundo Penha (2011, p.121), “depois da Rússia é o país que mais vendeu armas para os países do continente entre 1996 e 2003”.

⁴⁵ Greenfield, Join Venture, fusões e aquisições parciais e completas.

Mapa 11 – Investimentos Externos Diretos da China no mundo em 2007



Fonte: Heritage Foundation

Mapa 12 – Investimentos Externos Diretos da China no mundo em 2010



Fonte: Heritage Foundation

Para os Estados Unidos, os impactos do crescimento da atuação chinesa na América do Sul ultrapassam o âmbito estritamente econômico, pois o aumento das transações comerciais também tem efeitos políticos que debilitam a influência norte-americana junto aos países da região. Conforme argumenta o professor Williams

Gonçalves, a expressiva ampliação das importações chinesas acabou favorecendo correntes políticas não alinhadas com os Estados Unidos.

As colossais importações de matérias-primas que alimentam o desenvolvimento chinês beneficiaram os países sul-americanos e fortaleceram politicamente os governos de esquerda, que assim puderam apresentar resultados econômicos positivos e praticamente marginalizar as correntes liberais pró-norte-americanas. (GONÇALVES, p.145)

Este movimento não se aplica apenas a América do Sul, o estreitamento das relações entre China e África também vêm demandando uma reação por parte dos norte-americanos. Segundo Penha (2010, p. 212),

O Pentágono procura estabelecer parcerias com a Câmara de Comércio dos EUA para expandir o papel das corporações norte-americanas na África como parte de uma “reação americana integrada” face às disputas pelos recursos petrolíferos principalmente com a China.(...) A china tornou a África uma “linha de frente” na sua busca por mais influencia global, triplicando o comércio com o continente para cerca de 37 bilhões de dólares nos últimos cinco anos e retendo ativos energéticos, fechando acordos comerciais com o Sudão e educando futuras elites da África em universidades e escolas militares chinesas.

Nos próximos anos, o aumento extraordinário da presença dos produtos e do capital chinês tende a acentuar, sobremaneira, a competição pelo acesso aos mercados latino-americanos e africanos. No entanto, na atual conjuntura de acirramento da disputa global por recursos energéticos, também merece grande destaque o forte incremento da participação chinesa em licitações de campos de petróleo no mundo e na região sul-atlântica.

De acordo com Klare (2008, p. 75), desde que a China perdeu sua autossuficiência em petróleo e tornou-se importadora deste bem no início da década de 1990, os chineses adotaram uma política consistente de diversificação de fornecedores de energia.

Chinese leaders appear to have had three key priorities since China first began importing oil in the early 1990s: first to diversify the country's sources of imported energy; second, to rely as much as possible on suppliers with overland, not maritime, connections to China; and third, to entrust the procurement of foreign energy supplies to state-controlled firms. Diversification as policy is evident in the countries supplying China with petroleum.

Desde então, os chineses vêm estabelecendo parcerias com diversos países africanos (Sudão, Angola, República Democrática do Congo e Nigéria) e sul-americanos (Colômbia, Venezuela e Brasil). Além das participações diretas em licitações, a China também tem feito investimentos através de financiamentos que

exigem como contrapartida o fornecimento de uma parcela da futura produção petrolífera. Em 2008, por exemplo, o país ofereceu ao Brasil um financiamento de US\$10 bilhões de dólares para serem investidos na exploração da camada pré-sal, solicitando em troca uma provisão de petróleo ao longo de dez anos.

Não podemos nos esquecer de que, além do Petróleo, o Atlântico Sul está dotado de recursos minerais estratégicos que vêm atraindo a presença de outros atores na região. De acordo com informações difundidas pela imprensa⁴⁶, até 2011, sete países (França, Alemanha, Japão, China, Coreia do Sul, Rússia e Índia) e de um consórcio formado por países do Leste Europeu e Cuba já tinham encaminhado pedidos a ONU para a concessão de blocos de exploração na Elevação do Rio Grande. Vale lembrar que, a China – junto com o Japão, os Estados Unidos e a Alemanha – está entre os países que detêm a tecnologia mais avançada para realizar pesquisa e exploração de nódulos e sulfetos polimetálicos.

A atuação da Índia no Atlântico Sul também tem ganhado destaque em algumas análises. Para Penha, uma demonstração da importância que a região vem ganhando na política externa da Índia é a constituição do IBAS (Fórum de Diálogo entre Índia-Brasil-África do Sul). Segundo o autor, as relações em especial com a África do Sul seria uma estratégia importante para abrir portas junto aos países da bacia atlântica. Atualmente o governo indiano tem buscado estreitar e ampliar os laços com os países da costa ocidental africana. De acordo com Penha,

Do ponto de vista econômico, a Índia tem feito acordos importantes com países do Golfo da Guiné onde também tem buscado se abastecer do petróleo e dos recursos minerais da região. Em troca, tem investido no desenvolvimento de serviços, de tecnologia e de telefonia, áreas em que os indianos se destacam. Com a Nigéria, por exemplo, estabeleceu um acordo de longo prazo para o fornecimento de petróleo e, como contrapartida, vai investir bilhões de dólares em setores de telecomunicações e serviços. (PENHA, p.213)

Por fim, não podemos finalizar este tópico sem mencionar também a presença, ainda que menos importante, da França na região. O país conta com o departamento ultramarino Guiana Francesa situado ao norte da costa sul-americana, localização que, apesar de estar fora dos limites do Atlântico Sul, confere aos franceses uma expressiva capacidade de mobilidade sobre a região. Além disso, a França está entre os cinco países⁴⁷ que possuem domínio tecnológico na área de indústria naval para a construção de submarinos movidos a propulsão nuclear. Em

⁴⁶ <http://www.cprm.gov.br/geomar/reportagens/jornais/Mineracao.pdf>

⁴⁷ Junto com China, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia.

2008, os franceses assinaram com o Brasil um acordo que deu origem ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). O objetivo desta parceria é empreender a construção de submarinos convencionais em paralelo com a transferência de tecnologia que possibilite a fabricação do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro, fabricado com reator nuclear desenvolvido no país.

3.4. Projeção do Brasil e de atores regionais sobre o Atlântico Sul

Apesar da longa interação entre os países sul-americanos e africanos com o seu mar, neste tópico, optamos por um recorte temporal que permitisse localizar dentro da atual conjuntura de revalorização do Atlântico Sul a tendência recente de projeção das nações sul-atlânticas. Deste modo, na mesma linha das análises anteriores, iniciaremos esta seção abordando as primeiras iniciativas no campo da defesa apresentadas por atores regionais e surgidas no contexto da Guerra Fria.

A primeira iniciativa que buscou unificar esforços militares de países das duas costas sul-atlânticas foi a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), lançada na década de 1960 pela África do Sul. No entanto, vários analistas não consideram esta proposta um projeto autônomo originado a partir das necessidades dos países da região. Segundo Sosa (1985) a criação da OTAS estava norteada pelos objetivos colonialistas das metrópoles europeias, em especial a Inglaterra.

La acentuación de la lucha anticolonialista impelió al régimen salazarista de Portugal y al régimen racista de Sudáfrica a proyectar la creación de la OTAS. El argumento invocado era 'el expansionismo soviético'. El fundamento de dicho proyecto era buscar respaldo en los EUA y en Europa occidental para salvaguardar el colonialismo y el racismo en África meridional.

Apesar do aumento da influência da URSS na África, os Estados Unidos não respaldaram este primeiro projeto e, inclusive, através da ONU, impediram a sua consolidação. Entretanto, com o progressivo aumento da presença soviética no continente africano, os norte-americanos se viram impelidos a frear o avanço da URSS atuando em conjunto com a Inglaterra e a África do Sul. Aquino (2008) aponta que:

“a influência de Washington se deu principalmente através da África do Sul, que procurava atuar na região austral de modo a afastar a presença soviética em países circunvizinhos, como na Namíbia e em Angola. Em troca, os Estados Unidos evitavam que qualquer proposta de censura fosse aplicada contra a África do Sul na ONU por seu regime de segregação racial, o apartheid”.

Nos anos 1970, o colonialismo português se extingue com a emancipação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O regime racista da África do Sul, em decorrência de seu isolamento, buscou fortalecer suas relações com os governos das ditaduras militares na América Latina. Além deste fator, Penha (2010, p.179) indica outros elementos que contribuíram para o reaparecimento da proposta de criação da OTAS:

Na década de 1970, a tese da criação da OTAS ganhou alento com a retomada dos velhos temores acerca da ameaça soviética no Atlântico Sul e na África Austral, justificada pela expansão marítima soviética na região e a criação dos países da “linha de frente” formada por governos pró-marxistas. Uma série de acontecimentos extra-regionais também contribuiu para o recrudescimento destes novos temores: a crise do petróleo de 1973 e o fechamento do Canal de Suez trouxeram à tona a questão da segurança da Rota do Cabo já que, ao mesmo tempo, ocorria a intervenção soviética em Angola e Moçambique e o processo de retirada da Grã-Bretanha do porto de Simonstown na África do Sul.

Foi assim que o governo argentino, articulado com a África do Sul, tentou constituir novamente a OTAS, buscando o apoio do Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil. No entanto, o Brasil se opôs à criação do acordo. O governo brasileiro, sob a presidência de Ernesto Geisel, justificou a sua decisão alegando que as bases soviéticas na África, por sua distância, não representavam uma ameaça para os países latino-americanos e que, diante de um perigo real, o TIAR poderia ser acionado. Dentre os fatores que podem ter levado o governo brasileiro a rejeitar a proposta argentina, Sosa (1985) aponta os recentes vínculos comerciais do Brasil com diversos países da África negra. Para Pio Penna Filho (2003), a recusa brasileira também pode ser entendida dentro de um contexto de disputa por maior influência regional entre Brasil e Argentina.

Na década seguinte, o posicionamento dos Estados Unidos e da OTAN ao lado dos ingleses na Guerra das Malvinas colocou em evidência a necessidade de os países sul-atlânticos estabelecerem projetos próprios de cooperação na área de defesa. Para Penha (2011, p.141)

A derrota argentina, por sua vez, conduziu os países da América do Sul à tomada de consciência de suas insuficiências aéreas e navais, conduzindo os mesmos a perspectiva de cooperação militar, como forma de unir esforços no sentido de complementar a capacidade de ação das grandes frotas ocidentais, sobretudo a da Grã-Bretanha que mantém uma presença de natureza colonial nas águas do Atlântico Sul. Sob esta ótica, o fim da Guerra das Malvinas permitiu visualizar a diluição gradativa dos antagonismos entre o Brasil e Argentina.

Em 1986, durante o governo de José Sarney, o Brasil apresentou na Assembleia Geral das Nações Unidas a proposta de constituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) entre os países da costa ocidental da África e da América do Sul, que hoje somados totalizam 24 nações: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. O projeto foi aprovado com 124 votos a favor, 8 abstenções⁴⁸ e 1 voto contrário dos Estados Unidos. O objetivo central do acordo, expresso na resolução 41/11, era a manutenção da paz e da segurança na região. Na opinião de Therezinha de Castro (1999, p.27),

Desfeito o mito da soberania continental com o processo de perda de legitimidade por parte da OEA e ainda o da viabilidade do TIAR, ante o desaparecimento de cena do comunismo, o então inimigo externo comum, o Atlântico Sul sem dispor da proteção dos dois sistemas e ainda de eficazes alternativas, levaria o Brasil, com o objetivo de operacionalizar a linha Sul/Sul, a gerar uma ideia de uma "Zona de Paz e Cooperação".

É interessante notar que, desde suas formulações iniciais, o projeto de criação da ZOPACAS não restringe seu plano de cooperação regional somente à área de Defesa. A proposta previa também o intercâmbio científico e tecnológico, inclusive no setor marítimo, e a colaboração na promoção do "desenvolvimento" dos países membros. Com o fim da Guerra Fria, o projeto incluiu em seus objetivos a pacificação da Angola, a democratização na América do Sul, a emancipação da Namíbia e a solução social para África do Sul. Em mensagem oficial enviada ao Congresso Nacional, em 2012, a Presidência da República também enquadra a revitalização da ZOPACAS entre as estratégias para conquistar o posto brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2012, o Brasil continuará, em conjunto com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), a dar impulso às negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Promoverá o conceito de "responsabilidade ao proteger", no contexto da proteção de civis em conflitos armados, e contribuirá para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (Zopacas). Integrada por 24 países latino-americanos e africanos, a Zopacas valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul em razão do grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, igualmente, sua consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. (BRASIL, 2012a, p.329)

⁴⁸ Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda e Portugal.

A reunião realizada em 2007, em Luanda, considerada o marco de uma revitalização do acordo, demonstra esforços no sentido de incentivar a cooperação Sul-Sul, estreitando as relações entre o Mercosul e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. A Marinha do Brasil também desenvolve já há anos diversas atividades militares de cooperação com países banhados pelo Atlântico Sul. A instituição brasileira realiza cursos, intercâmbios operacionais e exercícios navais conjuntos com nações latino-americanas e africanas. Com a Argentina, o Uruguai e a África do Sul, efetua a operação Atlasur; e com este último país e a Índia, a IBSAMAR. Além disso, a Argentina e o Brasil executam outros cinco exercícios navais conjuntos.

Desde 2003, o Brasil tem ampliado o número de acordos de cooperação na área de defesa com diversos países da África. Entre os compromissos que o país assumiu podemos destacar: formação militar, como a constituição das Forças de Segurança de Guiné-Bissau e do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia; levantamento da plataforma continental da Namíbia e da Angola; doação de embarcações e uniformes para a Namíbia, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. A aproximação resultante destes acordos de cooperação também tem reforçado a demanda da produção industrial bélica brasileira. Angola, Namíbia e Guiné Equatorial têm feito encomendas a nossa indústria naval. Um projeto importante para o desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil e da África do Sul é a construção do “novo modelo de míssil ar-ar”. E neste mesmo sentido, segundo o Itamaraty (BRASIL, 2011c) ainda “estão em discussão possibilidades de trabalho conjunto em outros temas, como o desenvolvimento de avião cargueiro, de míssil terra-ar e de veículos aéreos não-tripulados”. Entre os projetos de capacitação da indústria de defesa nacional, cabe destacar ainda o projeto de construção do submarino de propulsão nuclear, iniciado em 2011, realizado em conjunto com a França.

No âmbito estritamente regional, na América do Sul, o projeto mais significativo é a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, cujo estatuto foi aprovado na Cúpula da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008. O objetivo desta iniciativa não é conformar uma força armada coletiva ou estabelecer um comando único, como no caso do *Simonstown Agreement*. Este organismo foi instituído com a intenção de unificar as ações regionais em matéria de defesa, ampliando as varias

formas de intercâmbio nesta área e buscando criar estratégias conjuntas efetivas para combater ameaças comuns. De acordo com Williams Gonçalves (2011, p.146),

O Conselho representa uma vitória política porque ao regionalizar a cooperação na área de defesa, rompe com a tradição da concepção de defesa hemisférica. Por outras palavras, isso representa a exclusão dos Estados Unidos como formulador de política de defesa para a região. A região, assim, deixa para trás a ideia de defesa do Mundo Ocidental e passa a pensar a defesa a partir das ideias que tem sobre suas necessidades. Segundo essa nova concepção, torna-se muito importante a comunicação e a cooperação permanentes, de modo que o conceito de defesa seja a expressão da pura realidade do continente.

A partir dos anos 1970, segundo Wanderlei Messias da Costa (2012), o mar veio ganhando crescente importância nas políticas de Estado brasileiras em razão das descobertas de petróleo *offshore* – que alavancou significativos avanços na área de ciência e tecnologia – e do crescimento do comércio exterior (90% realizado por via marítima). No entanto, a recente e incisiva atuação do Brasil na promoção das iniciativas inter-regionais aqui mencionadas reflete um redespertar ainda maior para as potencialidades marítimas do país. Esta revalorização do Atlântico Sul nas políticas nacionais traduz, por sua vez, a reformulação das estratégias de desenvolvimento e defesa empreendida pelos governos vigentes na última década.

Podemos encontrar esta mudança formalizada em dois documentos oficiais do Estado, a II Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovados no Congresso Nacional em 2005 e 2008, respectivamente⁴⁹. Ambos os documentos destacam a Amazônia, as fronteiras terrestres e o Atlântico Sul como espaços prioritários para os interesses brasileiros de segurança e defesa. Além disso, deixam explícito que a extensão do entorno estratégico do Brasil deve abranger também a costa ocidental da África.

A END (BRASIL, 2008a), por exemplo, tomando em conta que “as preocupações mais agudas de defesa estão no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul”, sugere ser necessário aumentar a “presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica”. Além disso, destaca o “estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro” como uma das oportunidades a serem exploradas. Para tanto, prevê não apenas atividades relacionadas a operações militares diretas, mas

⁴⁹ No ano passado, 2012, reformulações do PND e END foram apresentados ao Congresso Nacional e que ainda estão em discussão. No entanto, o conteúdo destes novos documentos não entra em confronto com as propostas anteriores em relação às questões que estudamos.

também ações que fomentem cooperações em áreas tecnológicas e produtivas estratégicas.

2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; 3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa.

Na PND (Brasil, 2005), também fica expresso que “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”. Também aponta como diretrizes aumentar a presença militar nestas áreas e “intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lideiras ao Atlântico Sul”. Na PND, se manifesta mais claramente o interesse brasileiro em consolidar a África ocidental como área de influência, “buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países lideiros da África”. Neste documento, a importância dispensada ao fortalecimento das relações no ambiente regional e no entorno estratégico ganha referências mais concretas.

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

O conteúdo destes documentos oferece indicativos importantes sobre as disposições de projeção do Brasil no Atlântico Sul. No entanto, ao ampliarmos nossa análise para além do âmbito militar, veremos que esta projeção também responde a uma orientação de política externa que envolve outros domínios públicos e o setor privado. No campo diplomático, por exemplo, segundo Costa (2012, p.20), há expressivos avanços:

A ofensiva diplomática dos últimos anos tem logrado êxitos importantes, aprofundando relações com o grupo de nações lusófonas abrigadas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e expandindo-as para outras, como a África do Sul e a Namíbia. Impulso relevante nesse processo também é dado pela extroversão recente de um seleto grupo de

empresas brasileiras e pelo peso dos seus investimentos diretos estrangeiros na América do Sul e na África, neste caso com destaque para Angola.

Desde 2003, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil criou e fortaleceu vários mecanismos inter-regionais no cenário das relações Sul-Sul: neste mesmo ano, formou-se o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); em 2006, na I Cúpula América do Sul-África (ASA) foi criada o “Fórum de Cooperação América do Sul - África” (ASACOF); em 2011, o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC) passou também a incorporar a África do Sul, tornando-se BRICS; entre outros. Cabe destacar que, em 2010, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁵⁰, estabelecida em 1996, aprovou sua Estratégia para os Oceanos. Segundo o Balanço de Política Externa (BRASIL, 2011c):

O documento oferece uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respectivas jurisdições nacionais e determinou iniciativas específicas, como a elaboração de “Atlas dos Oceanos da CPLP”; a dinamização da cooperação para desenvolvimento dos respectivos projetos de extensão da plataforma continental, bem como da investigação científica e proteção ambiental associadas.

As intenções de projeção do Brasil no Atlântico Sul, seja por vias diplomáticas ou por meios militares, estão respaldadas pelo avanço obtido no bojo de diversos programas de pesquisa inscritos na área de ciências do mar. Em 1974, foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) com o fim de coordenar a execução das metas estabelecidas na Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Neste documento, revisado e aprovado no ano de 2008, nos deparamos novamente como reconhecimento da relevância da aproximação do país com a África atlântica.

Estudos de processos oceânicos e de fenômenos em larga escala, cujas atividades transcendem os limites jurisdicionais brasileiros, envolvem a cooperação internacional, propiciando a progressiva ampliação das linhas de fomento a projetos de larga escala, desenvolvidos no Atlântico Sul e Tropical. Assim, esse plano visa, também, à colaboração na implementação nacional de acordos e demais instrumentos jurídicos internacionais relativos aos programas nele estabelecidos, bem como ao atendimento dos interesses do País, no cumprimento de compromissos assumidos com os organismos internacionais nos quais o Brasil faz parte, em especial naqueles que envolvam cooperações regionais no âmbito do MERCOSUL e com países da África Atlântica. (BRASIL, 2008b)

⁵⁰ Conformada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No documento enviado ao Congresso em 2012, o atual governo brasileiro reintera seu interesse em dar impulso aos diversos programas coordenados pela CIRM.

Em 2011, o Governo deu continuidade às atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Governo influenciou na formação de recursos humanos e apoiou o desenvolvimento de pesquisas científicas no mar e na Antártida. (BRASIL, 2012a, p.137)

O Brasil possui programas que realizam estudos sobre as potencialidades contidas no espaço marítimo nacional e, também, as localizadas fora de sua jurisdição. No primeiro caso, podemos citar: o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (REVIZEE); o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC); o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE); os projetos da Petrobras relacionados ao desenvolvimento de tecnologia para a exploração e produção petrolífera em águas profundas⁵¹; o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMPLOC), entre outros.

No segundo caso, encontramos o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA). Estes programas são estimados como empreendimentos fundamentais para promover uma inserção mais ativa do Brasil no mundo. O PROANTAR foi criado em 1982 e, por meio dele, o Brasil realiza pesquisas científicas no continente antártico, atividade que confere ao país o direito de participar como membro consultivo do Tratado da Antártida⁵². A importância deste programa está claramente expressa no Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (BRASIL, 2012b).

Este programa consolida a posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca de mudanças climáticas e do uso sustentável dos recursos do mar, com inovações tecnológicas propiciadoras de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio para a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente.

⁵¹ Não podemos deixar de destacar que a Petrobras é hoje uma das líderes mundiais em tecnologias para exploração em águas profundas.

⁵² Documento firmado em 1959, no qual os países que reivindicavam posses na Antártida se comprometiam em promover o conhecimento científico sobre este continente e garantir o uso desta zona para fins pacíficos.

O PROAREA é considerado um programa de ainda maior relevância para política externa brasileira devido a atual conjuntura de expansão da disputa global por recursos minerais presentes na Área. O documento que o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional em 2012, com o fim de prestar contas das principais iniciativas levadas a cabo até 2011, ressalta o peso do PROAREA como política estratégica.

O Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) é um importante instrumento para ampliar a presença brasileira naquela área e também para promover o desenvolvimento socioeconômico do País e contribuir para a inserção brasileira no cenário internacional. Foram realizadas, em 2011, duas expedições de pesquisas biológicas e coleta de rochas na Elevação do Rio Grande, coordenadas por pesquisadores e técnicos de diversas universidades brasileiras e do Serviço Geológico do Brasil, das áreas de geociências e biologia. O resultado dessas expedições subsidiará a proposta brasileira para requisição de exploração mineral que será submetida à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), logo após a aprovação do código de exploração das crostas cobaltíferas. (BRASIL, 2012a, p.138)

Por fim, no Plano Plurianual 2012-2015, o Governo Federal também propõe o Programa temático Mar, Zona Costeira e Antártida como mais um instrumento para promover o progresso científico brasileiro e a atuação do país frente a organismos internacionais.

O Programa Mar, Zona Costeira e Antártida deve contribuir para consolidar a posição ativa do Brasil nas negociações globais sobre as mudanças climáticas. O Programa visa apoiar o uso sustentável dos recursos do mar e a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente. Além disso, deve promover a consolidação de uma Política Nacional de C,T&I para os Oceanos e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO). O INPO será um importante instrumento de execução da política nacional para o setor e contará com toda a infraestrutura necessária para promover a pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade sobre os oceanos e suas interações com a atmosfera e com os continentes. (BRASIL, 2012b).

Como podemos observar, nos últimos anos, o Estado brasileiro procurou reforçar sua presença no Atlântico Sul por meio do incentivo institucional às atividades de pesquisa e produção oceânicas, da ampliação dos acordos de cooperação no cenário das relações Sul-Sul, da reativação da indústria naval nacional, do fortalecimento de programas inter-regionais na área de Defesa, etc. Esta postura evidencia o interesse do Brasil em alargar sua zona de influência política-econômica para além do cenário sul-americano, buscando incluir a costa ocidental da África em seu entorno estratégico. Ao fazer isso, o Brasil estará projetando poder sobre um espaço onde a cada dia cresce a atuação de poderosos

players na geopolítica internacional. Desta forma, o país entra em uma esfera de atuação onde os projetos expansionistas de grandes potências e potências emergentes interagem e se chocam. No entanto, há que se considerar que, nesta esfera, o Brasil se defronta, sobretudo, com a supremacia anglo-saxã. Conforme vimos ao longo do trabalho, no Atlântico Sul, o poder antagônico aos interesses brasileiros realmente relevante é o exercido pelos Estados Unidos e a Inglaterra.

A OTAN tem sido um dos mecanismos utilizados para efetivar a presença militar de tal poder no Atlântico Sul e, como bem apontou Meira Mattos (1999), citado anteriormente, isto ficou evidente em 1999 na proposta de reformulação de seu Conceito Estratégico. Este reajuste ampliou a área de atuação geográfica e o escopo de ameaças da OTAN, justificando, assim, intervenções em qualquer lugar do mundo contra uma ampla gama de inimigos pouco precisos.

Dez anos depois, em discurso proferido em 2010, o ex-ministro de Defesa, Nelson Jobim, também mencionou a ampliação do raio de atuação da OTAN para fora do cenário europeu como um fator de risco para a defesa da região. Além disso, identificou no relatório de análise e recomendações sobre o Novo Conceito Estratégico da OTAN, divulgado em 2009, outro indício importante da oposição estadunidense aos interesses do Brasil no Atlântico Sul: a concepção de bacia do Atlântico como um espaço único. Segundo Jobim:

Vejo com reservas iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o "Norte do Atlântico" ao "Sul do Atlântico" – esta, o "Sul", área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança relacionadas às duas metades desse oceano são notoriamente distintas. O mesmo se diga sobre hipotético "Atlântico Central". Tais questões devem merecer respostas diferenciadas – tão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região.

Levando em conta a grande assimetria de capacidade de projeção de poder bélico existente entre o Brasil e os Estados Unidos, qualquer ação brasileira no sentido de ampliar sua presença militar no Atlântico Sul é bastante limitada. Mesmo assim, o Estado brasileiro, buscando maior autonomia em questões referentes à defesa do território nacional e da América do Sul, vem criando e reforçando mecanismos de defesa regional como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e o Conselho de Defesa Unasul. Além disso, através de acordos com diferentes países, o Brasil tem procurado ampliar o domínio de tecnologia naval com o intuito de aumentar seu poder dissuasório no Atlântico Sul.

Deve-se considerar que estas ações repercutem em um ambiente onde o número de conflitos vem crescendo nas últimas décadas. De acordo com Costa (2012, p.17), as chances de o Brasil se ver envolvido em diversos tipos de contendas aumentam à medida que for se fazendo cada dia mais presente no Atlântico Sul.

Essa nova dinâmica de relações envolve, num mesmo cenário, a convergência e a divergência de antigos e novos objetivos estratégicos dos estados costeiros e outros de fora da região, e o resultado é que tem aumentado o potencial de fricções em geral sob a forma de litígios, conflitos diplomáticos e até enfrentamentos armados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos evidenciar, sob diferentes óticas, os aspectos geopolíticos de maior relevância no setor sul do Oceano Atlântico. Inicialmente, fizemos um levantamento de seus fatores físicos de importância econômica e geopolítica. Logo, a partir de análises formuladas em diversos campos teóricos, o caracterizamos como instrumento estratégico para expansão de poder. E, por fim, procuramos identificar nas tendências de atuação sobre esta região elementos que nos permitissem vislumbrar o significado estratégico que o Atlântico Sul vem adquirindo na atual conjuntura geopolítica mundial.

Dentre os recursos naturais levantados em nossa pesquisa, merecem destaque: as expressivas reservas de petróleo e gás *offshore*, com grande potencial a ser explorado na plataforma continental dos países sul-atlânticos; e riquezas minerais (crostas cobaltíferas, nódulos e sulfetos polimetálicos) presentes na área oceânica internacional, estimadas como valiosos insumos para a produção industrial de importantes economias mundiais. Ainda, sob o ponto de vista econômico, identificamos o Atlântico Sul como rota comercial fundamental para a Europa e para os Estados Unidos e como alternativa relevante de conexão entre o Pacífico e o Índico. Hoje, devido a crescente obsolescência dos canais de Suez e do Panamá, a Passagem de Drake e a Rota do Cabo vêm se apresentando como alternativas relevantes para circulação de navios de grande porte como os super-petroleiros.

Vimos, também, que o Atlântico Sul está provido de ilhas que são importantes “trampolins” para atuação militar de potências externas como a Inglaterra e os Estados Unidos. A este respeito, cabe sublinhar que o posicionamento geoestratégico do Brasil imputa ao país um papel decisivo em questões relativas à Defesa e Segurança da região. Em razão de sua grande extensão territorial, da amplitude de seu litoral (com fachada tanto para o Hemisfério Norte quanto para o Sul) e de posicionar-se na zona de estrangulamento (Natal/Dakar) do Atlântico, a geografia do país permite amplas possibilidades de projeção militar.

Em nosso segundo eixo de análise, observamos como, através de uma visão estratégica sobre o poder marítimo, os Estados Unidos e algumas potências europeias consolidaram seu lugar no centro da hierarquia de poder mundial. Os oceanos eram considerados tradicionalmente como um importante instrumento para

expandir poder militar e fortalecer as economias nacionais por meio da intensificação de seu comércio exterior. Hoje, o domínio dos mares ganhou ainda maior peso nos projetos de expansão das grandes potências em razão das novas possibilidades de exploração das riquezas marinhas.

Neste capítulo também vimos que ao longo da segunda metade do século XX se consolidaram dois fatores que incidiram em mudanças nas estratégias geopolíticas das maiores potências mundiais: um é o prognóstico de escasseamento das reservas petrolíferas dos países centrais e, outro, a descoberta de valiosos recursos minerais e energéticos nos fundos oceânicos.

Nas últimas décadas, o núcleo da produção petrolífera mundial se deslocou do mundo industrializado para o subdesenvolvido, provocando um descasamento geográfico entre centros produtores e países demandantes de energia. Esta mudança se deve à progressiva diminuição das fontes energéticas das potências centrais e ao surgimento de crescentes oportunidades de exploração de reservas *offshore* em países periféricos. Hoje, em grande parte das nações detentoras de reservas petrolíferas predomina uma atmosfera de instabilidade política, causada, na maioria das vezes, pela intervenção diplomática e militar dos Estados Unidos e de outras potências emergentes. De acordo com diversos autores aqui estudados, esta competição pelo controle de áreas ricas em petróleo vem sendo o elemento desencadeador dos grandes conflitos mundiais e, atualmente, vem provocando consideráveis transformações na ordem de poder do sistema mundial.

Em face do acirramento da disputa global por fontes minerais e energéticas e da crescente valorização do mar como nova fronteira exploratória de recursos naturais, o Atlântico Sul está voltando a se apresentar como uma área relevante no cenário geopolítico internacional. Nosso estudo aponta que a fração sul do Atlântico vem transformando-se em uma zona de projeção de poder de potências externas em virtude da grande magnitude de suas reservas petrolíferas, da existência de riquezas minerais estratégicas presentes na Área e do ressurgimento das rotas sul-atlânticas como importante via de comunicação e intercâmbio mundial.

Além disso, o fortalecimento do interesse pelos recursos da Área tem intensificado a já existente ação das grandes potências no sentido de expandir e manter o controle de ilhas e zonas estratégicas na região (Malvinas, Antártida, Cabo da Boa esperança, Passagem de Drake, etc). Estes territórios, além de serem

pontos de apoio para possíveis operações militares, permitem aumentar a viabilidade de exploração dos fundos oceânicos.

No último tópico de nossa pesquisa, vimos que no marco da Guerra Fria o Atlântico Sul volta a ganhar importância geopolítica, principalmente após o governo egípcio ter nacionalizado o Canal de Suez e a União Soviética ter aumentado sua presença na África. Diante destas ameaças, os tradicionais atores externos procuram reavivar sua presença na região. Os Estados Unidos, para se protegerem de um possível ataque soviético e projetar poder sobre o continente americano, difundem o TIAR como política de defesa hemisférica e buscam enquadrar os países sul-americanos à sua estratégia de segurança e defesa nacional. A Inglaterra, para salvaguardar o seu acesso aos recursos energéticos do Oriente Médio, reativa a Rota do Cabo e estabelece o *Simonstown Agreement* com a África do Sul como política para garantir a defesa desta via de comunicação. Além disso, através de acordos bilaterais diretos e por meio da OTAN, ingleses e norte-americanos se associam para fortalecer sua supremacia militar nas águas sul-atlânticas. Prova mais patente desta associação foi o apoio dispensado pelos Estados Unidos à Inglaterra na Guerra das Malvinas.

Com o fim da Guerra Fria, esperava-se que a presença militar destes dois países no Atlântico Sul diminuísse, no entanto, o que se viu foi exatamente o contrário. Além de manterem as constantes operações de suas forças navais em águas sul-atlânticas, recentemente os norte-americanos reativaram a IV Frota e criaram o comando AFRICOM e os ingleses tornaram as Malvinas uma base militar de elevado poder dissuasivo.

Nos dias atuais, o aumento da presença de outros atores na região – países como China, França, Alemanha, Japão, Rússia e Índia – também denota a crescente valorização das potencialidades do Atlântico Sul no cenário mundial. Cabe sublinhar que a China, nas últimas duas décadas, incorporou definitivamente a América do Sul e a África como área de influência de sua política externa. Apesar de sua projeção no Atlântico Sul ser mais modesta que a norte-americana e a inglesa, em especial no campo militar, sua atuação na região tem sido considerada um forte fator de desestabilização da ordem econômica global.

Para finalizar, destacamos a atuação do Brasil. O país, a partir dos anos 70, em razão das descobertas de petróleo *offshore* e do crescimento do comércio

exterior (95% realizado por via marítima), passou a dar maior importância ao aproveitamento do potencial marítimo nacional em suas políticas estratégicas. No entanto, nos últimos dez anos, é possível perceber um despertar ainda maior do país para o Atlântico Sul. Neste período, a região passou a ser caracterizada em documentos oficiais do Estado como espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e defesa. Além disso, tais documentos, ao proporem a inclusão da costa ocidental da África em seu entorno estratégico, também sinalizam as claras intenções do Brasil em reforçar sua presença na região. Com este objetivo, o país: 1) tem incentivado atividades de pesquisa na área de ciências do mar através de programas como o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMLAC), o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), entre outros; 2) tem ampliado acordos de cooperação no cenário das relações Sul-Sul, como os estabelecidos no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), do Fórum de Cooperação América do Sul-África (ASACOF), do Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), etc; e 3) tem fortalecido diversos programas regionais e inter-regionais na área de Defesa, como o Conselho de Defesa Sul-americano e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Esta postura evidencia o interesse brasileiro em expandir sua zona de influência política-econômica e empreender uma inserção internacional mais ativa. Porém há que se destacar que, ao buscar projetar-se de forma mais incisiva sobre o Atlântico Sul, o Brasil estende sua esfera de atuação para fora do âmbito regional e entra em uma órbita de ação onde a dinâmica competitiva do sistema interestatal capitalista é muito mais intensa.

Hoje, frente ao aumento da margem de manobra dos países periféricos proporcionada pela relativa perda de poder de alguns importantes *players* globais, a América do Sul e a África Subsaariana ocidental têm por diante o desafio de buscar entender que lugar no tabuleiro geopolítico internacional elas podem vir a ocupar. A crescente tendência de valorização do Atlântico Sul na geopolítica mundial tem levado os Estados da costa atlântica sul-americana e africana a verem o

fortalecimento do processo de integração regional e das relações inter-regionais como um quesito para o desenvolvimento cada dia mais necessário.

Do nosso ponto de vista, a compreensão da dimensão estratégica das riquezas presentes no sul do Atlântico é um elemento fundamental para se pensar caminhos possíveis de fortalecimento econômico e político para a América Latina e a África. Com este trabalho pretendemos também contribuir para enriquecer o atual debate acerca do significado das recentes descobertas petrolíferas da camada do pré-sal e estimular as reflexões em torno da construção de um projeto nacional de desenvolvimento industrializante e promotor da integração sul-americana e das relações sul-sul.

BIBLIOGRAFIA

- ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo F. (orgs.). *Prospectivas, estratégias e cenários globais. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América Latina e Amazônia*. Brasília: IPEA, 2011.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. "Aspectos geopolíticos e a estratégia brasileira de defesa". Disponível em:
<http://www.nilsonfraga.com.br/anais/SILVESTRE_Edu_I.pdf> Acessado em: 08/03/2012.
- AQUINO, E. T. *A dimensão do Atlântico Sul na política externa e na defesa do Brasil, dos anos 70 ao limiar do século XXI*. 2008. Tese – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:
<http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7422> Acessado em: 30/06/2011
- ARAGÃO FILHO, Egas M. de. *O Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1981.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. "A importância do Atlântico Sul para a segurança e a integração regional". *Revista da Escola Superior de Guerra*, v.23, n.48, jul./dez., 2007, p.43-94. Disponível em:
<http://www.esg.br/uploads/2010/09/revista_48.pdf> Acessado em: 13/03/2012
- BAUMANN, Renato. Integração da América do Sul: Dois Temas Menos Considerados. In: SEMINÁRIO SOBRE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL, Palácio Itamaraty, 23 set. 2009, Rio de Janeiro.
- BAVA, Silvio Caccia. O império contra-ataca. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 04 de junho, 2008. Disponível em:
<<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=200>> Acessado em: 15/02/2013
- BONTURI, Orlando. *Brazil and the vital South Atlantic*. Washington: National Defense, 1988. Disponível em:
<<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a259350.pdf>> Acessado em: 14/01/2012.
- BRITISH PETROLEUM. Statistical Review of World Energy June 2011. Disponível em:
<<http://www.bp.com/sectionbodycopy.do?categoryId=7500&contentId=7068481>>
- BRASIL. (1993) Lei nº 8.617, 4 jan 1993, dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8617.htm> Acessado em: 30/07/2011.

- _____. (1999) *Livro Branco de Defesa Nacional*. Lei Complementar nº 97, 9 jun. 1999, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm> Acessado em: 30/02/2012.
- _____. (2005) *Política de Defesa Nacional*. Decreto nº 5.484, 30 jun. 2005, aprova a Política de Defesa Nacional. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acessado em: 28/03/2013.
- _____. (2008a) *Estratégia Nacional de Defesa*. Decreto nº 6.703, 18 dez. 2008, aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm> Acessado em: 30/02/2012.
- _____. (2008b) *VII Plano Setorial para os Recursos do Mar*. Decreto nº 6.678, 8 dez. 2008, aprova o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6678.htm> Acessado em: 28/03/2013.
- _____. (2009) Ministério de Minas e Energia. *Análise da informação sobre recursos marinhos no Brasil*. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/geologia_d_o_brasil/P08_RT16_Informaxo_sobre_Recursos_Marinhos_nxo_vivos.pdf> Acessado em: 25/11/2012.
- _____. (2010) *Estratégia Nacional de Defesa*. Lei complementar nº 136, 25 ago. 2010, altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm> Acessado em: 30/02/2012.
- _____. (2011a) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2011*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/?pg=57890#Se__o_2>
- _____. (2011b) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia Nacional de Ciência tecnologia e Inovação (2012-2015)*. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf> Acessado em: 30/02/2012.
- _____. (2011c) Ministério de Relações Exteriores. *Balanço de Política Externa (2003-2010)*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>> Acessado em: 30/02/2012.
- _____. (2012a) *Mensagem ao Congresso Nacional*. Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/mensagem-ao-congresso-nacional-2012-zip>> Acessado em: 28/03/2013.

- _____. (2012b) *Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015b*. Lei nº 12.593, 18 jan. 2012, institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Presidência da República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2012_2015/lei/Lei12.593-2012.pdf> Acessado em: 28/03/2013.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRIGAGÃO, Clóvis & SEABRA, Rafael. “Panorama estratégico da política externa brasileira. Os caminhos da inserção internacional”. *Relações Internacionais*, n.24, Lisboa, dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000400009&lang=pt> Acessado em: 05/03/2012.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARNEIRO, Ricardo. *Notas sobre a integração sul-americana*. SEMINÁRIO SOBRE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL, Palácio Itamaraty, 23 de setembro de 2009, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Roberto. *Estratégias militares dos centros mundiais de poder: reflexos para o Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, 1997.
- CASTRO, Terezinha de. *África, geografia, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- _____. (org.). "O Mar, Enfoque Geopolítico". *A Defesa Nacional*, n. 708, 1983.
- _____. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- _____. *Atlântico Sul: Riscos e vantagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- _____. “Organização dos Estados Americanos”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n.1, ano XII, 1997, pp. 155-164. Disponível em: <<http://www.esg.br/wordpress/centro-de-estudos-estrategicos/publicacoes/>> Acessado em: 15/09/2011
- _____. *Atlântico Sul: Geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- _____. “América do Sul: vocação geopolítica”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n.38, ano XVI, 1999a, pp. 165-188. Disponível em: <<http://www.esg.br/wordpress/centro-de-estudos-estrategicos/publicacoes/>> Acessado em: 15/09/2011
- _____. *Geopolítica. Princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999b.

- CAVALCANTI, Vanessa Maria Mamede. Plataforma Continental: a última fronteira da mineração brasileira. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 2011. Disponível em:
<http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=5579>
Acessado em: 08/04/2012
- CERVO, Amado Luiz. Brasil e Argentina: rumo a uma política exterior comum? In: JORNADAS INTERNACIONALES - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 1994, Buenos Aires.
- _____. “Olhares para o Atlântico Meridional”. *Correio Braziliense*, 10 maio 1999.
- _____. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. v. 1. 238 p.
- _____. “Integração na América do Sul depende do Brasil”. *Meridiano 47* (UnB), v. 96, pp. 3-4, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: UNB, 2011.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Estudos do Mar. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília, n. 24, p.11-40, ago, 2007.
- CHRISTANTE, Luciana. “A era da mineração marinha”. *Uspciência*, jun, 2010. Disponível em:
<http://www.unesp.br/aci_ses/revista_unespciencia/acervo/10/a-nova-corrída-do-ouro> Acessado em: 13/03/2012
- COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics of the word system*. New York: Rowman &Littefield, 2003.
- CORRÊA, Fernanda das Graças. “Atlântico Sul, petróleo e submarinos brasileiros. Estratégias navais e coalizões políticas”. *Revista Eletrônica Estratégia Brasileira de Defesa*, mar., 2011. Disponível em:
<<http://www.reebd.org/2011/03/atlantico-sul-petroleo-e-submarinos.htm>>
Acessado em: 30/06/2011
- COSTA, Darc. *Brasil. Defesa do Estado*. Rio de Janeiro: CEBRES, 1997.
- _____. “Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.42, n.1, Brasília, Jan./Jun., 1999.
- _____. *Estratégia Nacional. A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Porto Alegre: LP&M, 2003.
- COSTA, João Ferreira. *A estratégia brasileira para a segurança do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: ESG, 1985.
- COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008.

- _____. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. *Revistausp*, nº95, set/out/Nov, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234>> Acessado em: 30/01/2013
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Geoestrategia del Atlántico Sur*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1988.
- DODDS, Klaus-John. “Creating a Strategic Crisis out of a Communist Drama? Argentine and South African Geo-Graphs of the South Atlantic”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 56, jun., 1994, pp. 33-54.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1986.
- FILHO, O. M. *Cenários geopolíticos e emprego das forças armadas na América do Sul*. 2004. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://masterusal.campus-online.org/Archivos/at/ese.pdf>> Acessado em: 30/06/2011
- FIORI, José Luís; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da bacia do Atlântico Sul. *Revista Parcerias Estratégicas*, CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília, em preparação, 2012.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- _____. “Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano”. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- _____. “Internacional: O Brasil no império americano”. *Revista Teoria & Debate*, n. 52, dez.-fev., 2002-2003.
- _____. (org). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. “Nicolas Spykman e a América Latina”. *Carta Maior*, São Paulo, 5 dez. 2007a. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3780> Acessado em: 30/06/2011
- _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- _____. *América do Sul à beira do futuro*. *Valor Econômico*, 04/11/2009.
- _____. “Sistema mundial, América do Sul, África e ‘potências emergentes’”. *RECIIS-FIOCRUZ*, v.4, n.1, mar., 2010b, pp.3-18.
- _____. *O Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

- _____. “A geopolítica angloamericana”. *Carta Maior*, 25 jun. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5101> Acessado em: 30/06/2011
- FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*, Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FREITAS, Jorge Manuel Costa. *Escola Geopolítica Brasileira*. Lisboa: ISCSP, 1999.
- FURTADO. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- GOLÇALVES JUNIOR, João D. Cordeiro. *A importância do Atlântico Sul no cenário geoestratégico*. Rio de Janeiro: ESG, 2005.
- GONÇALVES, Manuel (org.). *Atlântico Sul XXI. África e América do Sul na virada do milênio*. São Paulo: Unesp, 2009.
- GONÇALVES, Williams. “A Inserção do Brasil na América do Sul”. *OIKOS*, vol. 10, n.2, Rio de Janeiro, pp.133-149, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/280/156>> Acessado em: 16/12/2012.
- _____. Brasil e África do Sul: Relações em nova fase. In: ZHEBIT, Alexander. (Org.). *Brasil-Índia-África do Sul: Emergência do Sul Global*. Rio de Janeiro: Gamma, 2010.
- GOMEZ, Federico Martín. “La evolución del conflicto petrolífero en Malvinas”. *Boletín Informativo del Departamento de Malvinas, Antártida e Islas del Atlántico Sur*, n.15, ano 5, abr., 2011. Disponível em: <<http://www.afip.gov.ar/genericos/malvinas/documentos/boletin15.pdf>> Acessado em: 15/08/2011
- GUARA, José Gurgel. *Análise da conjuntura internacional: relacionamento sul-sul: América Latina e África*. Rio de Janeiro: ESG, 2005.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *África do Sul: Visões Brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 2000.
- _____. *Cinco siglos de periferia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- _____. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- HAYES, Margaret Daly, “Brasil y el Atlántico Sur: cambios en las perspectivas de un problema que se vislumbra”. In: MONETA, C. J. et all (eds.). *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires: Pleamar, 1983, pp. 89-102.
- HERZ, Monica. “Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria”. *Estudos Avançados*, vol.16, n.46, Set.-Dez., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007&lang=pt> Acessado em: 07/03/2012.

- HUMES JUNIOR, Carlos. *O deslocamento do eixo-econômico financeiro mundial do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico e a estratégia nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1988.
- HURRELL, Andrew. "The Politics of South Atlantic Security: A Survey of Proposals for a South Atlantic Treaty Organization". *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), vol. 59, n. 2, 1983, pp. 179-193.
- IBSA - INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *Polymetallic nodules*. Disponível em: <<http://www.isa.org.jm/files/documents/EN/Brochures/ENG7.pdf>> Acessado em: 08/08/2012
- IPEA. *Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pontesobreatlanticopor.pdf> Acessado em: 08/03/2012.
- JOBE, Jose Tancredo Ramos. *Em relação aos países da Bacia do Prata, em face da importância geopolítica do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.
- JOBIM, N. "O futuro da Comunidade Transatlântica". Palestra no Instituto de Defesa de Lisboa, 10 de setembro de 2010, Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2010/mes09/o_futuro_da_comunidade.pdf.
- KENNEDY, Paul. *Auge y caída de las grandes potencias*. Barcelona: Debolsillo, 2006.
- KLARE, Michael. *Resource Wars: the New Landscape of Global Conflict*. London and New York: Palgrave, 2001.
- _____. *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum*. New York: Metropolitan Books, 2004.
- _____. "Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney". In: LEYS, C.; PANITCH, L. (orgs.) *O novo desafio Imperial*. CLACSO, 2006, p.201-223. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf> Acessado em: 13/03/2012
- _____. "A Nova Geopolítica da Energia". *Agência Carta Maior*, 2008a. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15011> Acessado em: 08/03/2012.
- _____. *Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy*. New York: Henry Holt, 2008b.
- _____. "There will be blood: political violence, regional warfare and the risk of great-power conflict over contested energy sources". In: LUFT, Gal; KORIN, Anne

(eds). *Energy Security Challenges for the 21 st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

KÜSTER, Paulo Cezar de Quadros. *Atlântico Sul e os interesses brasileiros*. Rio de Janeiro: ESG, 2004.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. "A ação externa dos Estados Unidos em perspectiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19 n.54, São Paulo, Feb., 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100012&lang=pt> Acessado em: 15/02/2012.

LE BILLON, Philippe. "Angola's Political Economy of War: the role of oil and diamonds – 1975-2000". In: *African Affairs*, n.100, 2001, p.55-80. Disponível em: <<http://www.geog.ubc.ca/~lebillon/angola.pdf>> Acessado em: 10/03/2012

_____. *The Geopolitical Economy of Resource Wars*. Disponível em:
https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=1357d27bd6481944&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3D13b3ef7ce4%26view%3Datt%26th%3D1357d27bd6481944%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26realattid%3Df_gyn9xwq80%26zw&sig=AHIEtbRiBL5L31y92bxb_SmZd-xeBO130w&pli=1> Acessado em: 08/03/2012.

_____. *The political economy of resource wars*. In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian (eds). *Angola's war economy. The role of oil and diamonds*. South Africa: Institute for Security Studies, 2000. Disponível em:
<<http://www.iss.co.za/pubs/books/Angola/3LeBillon.pdf>> Acessado em: 08/03/2012.

LINHARES, Ivan Dentice. *A segurança nacional em face da importância crescente do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: ESG, 1974.

LINS, Hoyêdo Nunes. "Estado, capitalismo, energia: geoeconomia e geopolítica do petróleo na primeira década do século XXI". In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Uberlândia, 2011. v. 1., pp. 1-25.

LUFT, Gal; KORIN, Anne. "Realism and idealism in the energy security debate". In: LUFT, Gal; KORIN, Anne (eds). *Energy Security Challenges for the 21 st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

LUIS, Camila C. Ribeiro. "A zona de paz e cooperação do Atlântico Sul: a construção da Política Internacional na região Sul-atlântica". In: *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, v.1, n.1, jul./out.2010.

LECHINI, Gladys. *Argentina y África en el espejo de Brasil. ¿Política por impulsos o construcción de una política exterior?* Buenos Aires: CLACSO, 2006, Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/lechini/lechini.htm>>

_____. *Así es África. Su inserción en el mundo. Sus relaciones con Argentina*. Buenos Aires: Fraterna, 1986.

_____. *Evolución de las vinculaciones entre África y Argentina desde la perspectiva de las relaciones internacionales: Aspectos políticos, económicos y culturales*. In: PICOTTI, Dina V. (comp.). *El Negro en la Argentina. Presencia y negación*. Buenos Aires: América Latina, 2001.

MARTINS, Luiz Roberto Silva. Aspectos científicos dos recursos minerais marinhos. *Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*, Brasília, n. 24, 2007.

MARTINS, R.L.; BARBOSA, E.G.. ROSA, M.L.C.C. “Nódulos polimetálicos e outros depósitos de mar profundo: o retorno do interesse”. *Gravel*, n.4, dez, 2006, p. 125-131. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ceco/gravel/4/CD/docs/Gravel_4_11.pdf> Acessado em: 13/03/2012

MEIRA MATTOS, Carlos. *Brasil: Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

_____. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

_____. “O pensamento estratégico brasileiro: projeções das influências da nossa continentalidade”. *Política e Estratégia*, São Paulo, vol. 1, n. 1, 1983, p. 177-185, out./dez.

_____. *Geopolítica e trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

_____. “The Strategic Importance of the South Atlantic”. In: KELLY, Philip; CHILD, Jack (eds.). *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.

_____. “A nova estratégia da OTAN”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 38, 1999. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/03/meiramattos3.pdf>> Acessado em: 30/06/2011

_____. "A Geopolítica Brasileira – Predecessores e Geopolíticos". *Revista da ESG*, n. 39, ano XVII, 2000, pp. 58-82. Disponível em: <<http://www.cepen.org/pdfs/art07.pdf>> Acessado em: 30/03/2012.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “Auge e declínio dos Estados desenvolvimentistas. Novos Desafios”. *Parcerias estratégicas*, vol.15, nº30, 2010.

_____. “Os Dilemas da Integração Sul-Americana”. In: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Org.).

Cadernos do Desenvolvimento. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, p. 213-254.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

_____. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (org). *Relações no Atlântico Sul: História e contemporaneidade*. Salvador: UNEB, 2003.

MÍGUEZ, Alberto; SÁNCHEZ-GIJÓN, Antonio; SALGADO ALBA, Jesús. *El Atlántico Sur: un estudio político-estratégico*. Madrid: Instituto de Cuestiones Internacionales, 1984.

MILIA, F. A. *La Atlantartida: un espacio geopolítico*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

MIYAMOTO, Shiguenoli. "Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação?". *Lua Nova*, vol.3, n.3, São Paulo, mar., 1987. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451987000100005> Acessado em: 30/01/2012.

_____. "Mercosul e Atlântico Sul: das divergências ao entendimento?". *História*, São Paulo, vol. 16, 1997, pp. 68-91.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 2003a.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (da Triplique Aliança ao Mercosul – 1870 a 2002)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003b.

_____. "A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 89, out., 2008a. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.htm>> Acessado em: 21/01/2012.

_____. "O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 91, dez., 2008b. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>> Acessado em: 14/01/2012.

_____. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.

_____. "A integração da América do Sul como espaço geopolítico". SEMINÁRIO SOBRE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL, Palácio Itamaraty, 23 set 2009b, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Adriano et alli. "Uma visão estratégica do mar na geopolítica do Atlântico". *Cadernos Navais*, n.24, jan.-mar., 2008. Disponível em:

<http://www.moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Gepolitica%20do%20Atlantico.pdf> Acessado em: 08/03/12

NINCIC, Donna J. "Trouble Waters: Energy Security as Maritime Security". In: LUFT, Gal; KORIN, Anne (eds). *Energy Security Challenges for the 21 st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: UNESP, 2002.

OLIVEIRA, L. K. (2009). "Segurança Energética no Atlântico Sul: Análise Comparada dos Conflitos e Disputas em Zonas Petrolíferas na América do Sul e África". XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26 a 30 out 2009, Caxambu, MG. Disponível em: <<http://sec.adtevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC1584-1.pdf>> Acessado em: 08/03/12

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e segurança internacional : aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. 2007. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11150/000607059.pdf?sequence=1>> Acessado em: 13/03/2012

PADULA, Raphael. *Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica*. Tese de doutorado. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto de 2010.

_____. "As visões dominantes sobre a integração regional". In Darc Costa (org.), *América do sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.

PEDROSA, José F. de Maya. *A posição do Brasil e a crescente importância estratégica do Atlântico Sul, particularmente após o conflito das Malvinas/Falklands*. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. 1998. Tese – Instituto de Geociências, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. "A fronteira marítima brasileira e a geoestratégica Sul-Atlântica. Geoestratégia Sul-Atlântica". In: VII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/01.pdf>> Acessado em: 30/06/2011

PENNA FILHO, Pio. "Regionalismo, Segurança e Cooperação: O Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e a África Austral". *Cena Internacional*, v. 2, 2003, pp. 12-32, Brasília: UnB.

_____. *O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000)*. Porto Alegre: FUNAG, 2008.

- PEREIRA, Claudia Victor; SOUSA, Kaiser Gonçalves de. Minerais do fundo do mar: avanços e retrocessos das negociações internacionais da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. *Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*, Brasília, n. 24, 2007.
- PESCE, Eduardo Ítalo. O Atlântico Sul no contexto sul-americano de segurança e defesa. *Monitor Mercantil Digital*, 08 set. 2010. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/est-militares/atlantico-sul.html>> Acessado em: 27/06/2012
- PIRES, Hely de Andrade. *O Atlântico Sul e a segurança nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1975.
- PROENÇA JUNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. *A Política de Defesa no Brasil*. Brasília: UNB, 1998.
- PRUDENTE FILHO, Dilzon. *Atlântico Sul: um vazio de poder*. Rio de Janeiro: ESG, 2000.
- REIS, R.G.G. dos. “Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas novas?” In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo F. (orgs), *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: Ipea, 2011.
- RIBEIRO, Antônio S. “A Consciência Estratégica dos Oceanos”. *Nação e Defesa, Revista Marítima Brasileira*, n.108, 2004. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacao_defesa/numeros/108.html> Acessado em: 15/12/2011.
- RÓTULO, Daniel. *Geopolítica, política externa e pensamento militar: brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. 1991. Dissertação – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- _____. *Política exterior y estrategia de Brasil en el Atlántico Sur (1964-1990): la Cancillería y el mito de Golbery*. Montevideo: Universidad de la Republica, Facultad de Ciencias Sociales, 1999.
- SADER, Emir (org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro: Flacso-Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf> Acessado em: 04/06/2013
- SANNÁ PINTO, Luiz Fernando. “As relações internacionais contemporâneas e a América Latina”. In: SOUZA, Nilson Araujo de; SANNÁ PINTO, Luiz. F.; MOURA E SILVA, Luisa Maria de. *Relações internacionais do Brasil e Integração Latino-americana*. Campo Grande: UFMS, 2008.
- SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

- SARAIVA, José Flávio. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*. Brasília: UnB, 1996.
- SARAIVA, José Flávio; PANTOJA, Selma. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- SARAIVA, Miriam Gomes. "As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.50 n.2, Jul./Dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004&lang=pt>. Acessado em: 07/03/2012.
- SERRANO, Franklin. "Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível". In: *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SILVA, Luiz Fernando da. "A política externa estadunidense no atual quadro político sul-americano". *Latinoamérica*, n.52, México, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742011000100005&lang=pt> Acessado em: 07/03/2012.
- SILVA, Nilson. *O Atlântico e os interesses Brasileiros*. Rio de Janeiro: ESG, 1999.
- SOMBRA SARAIVA, José Flávio; GALA, Irene Vida (2000). "O Brasil e a África no Atlântico Sul: Uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul". X CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 26 a 29 out 2000. UCAM, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>> Acessado em: 05/02/2012
- SOSA, Alberto Justo. ¿El Atlántico Sur, OTAS o Zona de Paz? *AmerSur*, Buenos Aires, 1985. Disponível em: <<http://www.amersur.org.ar/Pollnt/OTAS.htm>> Acessado em: 17/05/2011.
- SOUZA, Luiz F. da Silva. *A defesa do Atlântico Sul por parte das nações ocidentais, em face do avanço comunista na África*. Rio de Janeiro: ESG, 1978.
- SOUZA, Kaiser Gonçalves de. Subsídios para o Estabelecimento de um Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentado dos Recursos Minerais da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial. *Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*, Brasília, v.15, n.31, 2010.
- SOUZA, Kaiser Gonçalves de; ROCHA NETO, Manoel Barretto da; DINIZ, Noris; BRITO, Reinaldo Santana Coreia de. Minerais do Fundo do Mar. Aspectos políticos-estratégicos dos recursos minerais da área internacional dos oceanos. *Revista Parcerias Estratégicas, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE*. nº 24. ago, pp.11-40 - Brasília, 2007.

- SOUZA, Nilson Araujo de; SANNÁ PINTO, Luiz. F.; MOURA E SILVA, Luisa Maria de. *Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana*. Campo Grande: UFMS, 2008.
- SOUZA, Nilson Araujo de. América Latina: a nova onda da integração. In: XI SEMINÁRIO ARGENTINO-CHILENO Y IV SEMINÁRIO CONO SUR DE CIENCIAS SOCIALES, HUMANIDADES Y RELACIONES INTERNACIONALES. Mendoza: Centro de Estudios Transandinos y Latinoamericanos, 2012.
- SPYKMAN, N. Estados Unidos frente al mundo. México: Fondo de Cultura, 1942.
- TEIXEIRA, Ernani. “O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana”. In: *Estados Unidos: presente e desafios*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2007.
- TEIXEIRA, V. M.; ANSELMO, R.C.M.S. “As expectativas brasileiras sobre o Atlântico Sul para século XXI: Geopolítica e desenvolvimento tecnológico”. XVI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Porto Alegre, 25 a 31 jul 2010. Disponível em:
<<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2453>> Acessado em: 30/06/2011
- TRÍAS, Vivian. “El Atlántico Sur: Encrucijada del futuro latinoamericano”. *Nueva Sociedad*, n.33, nov. /dez, pp. 129-139, 1977. Disponível em:
<http://www.nuso.org/upload/articulos/378_1.pdf> Acessado em: 30/06/2011
- UC, Pablo. “El discurso geopolítico del petróleo como representación espacial dominante de la economía política internacional”. *Argumentos*, v.21, n.58, México set./dez., 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952008000300004&lang=pt> Acessado em: 15/02/2012.
- UNESCO. *História geral da África*. 2010. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146> Acessado em: 29/03/2012.
- VAZ, Alcides Costa. “O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul”. *Boletim de economia e política internacional*. Brasília: IPEA/Dinte, n.6, abr./jun., 2011.
- VIDIGAL, Armando A. Ferreira. *Conflito no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: ESG, 1985.
- _____. “Atlântico Sul: uma visão brasileira”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n.1, ano XII, 1997, pp. 103-113.
- VILARINO, Ramon Casas. “Por que se luta pelas Malvinas: as ilhas do Atlântico Sul não possuem riquezas visíveis”. *Carta fundamental*, São Paulo: confiança, n.17, abr. 2010, pp.22-24.

VIZENTINI, Paulo G. F.. “Mercosul: Dimensões Estratégicas, Geopolíticas e Geoeconômicas”. In: LIMA, Marcos; MEDEIROS, Marcelo (Org.). *O Mercosul no Limiar do Século XXI*. São Paulo: CLACSO, 2000.

_____. “América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro”. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Henrique (orgs.) *Política externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

WALLERSTEIN, I. *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.